

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LORENZO GIACOMO VENZON

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA FRENTE À
INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA**

**Porto Alegre
2013**

LORENZO GIACOMO VENZON

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA FRENTE À
INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2013

LORENZO GIACOMO VENZON

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA FRENTE À
INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, 01 de julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as consequências para o Brasil do crescimento das exportações chinesas para a América Latina. Parte-se do pressuposto de que o crescimento da China no mercado mundial gera efeitos negativos para a economia brasileira, tornando-se uma ameaça às exportações de produtos manufaturados, assim como à produção que visa atender ao mercado interno. É visto que o comércio bilateral entre os dois países tende a gerar uma relação no estilo centro-periferia, levando a uma reprimarização da pauta exportadora brasileira e causando efeitos danosos sobre a indústria.

Palavras-chave: Brasil. China. América Latina. Comércio internacional. Especialização regressiva.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the consequences for Brazil of Chinese exports growth to Latin America. This is based on the assumption that China's growth in the global market generates negative effects on the Brazilian economy, becoming a threat to exports of manufactured goods, and to domestic absorption. It is observed that the bilateral trade between the two countries tends to generate a center-periphery way of relationship, leading to an exports breakdown more concentrated on primary products, causing harmful effects on the industry.

Keywords: Brazil. China. Latin America. international trade. Regressive specialization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dez principais produtos primários exportados pela ALC, 2011	61
Gráfico 2 - IED chinês na América do Sul por setor (2003-2011).....	71
Gráfico 3 - Índice de Preços de Commodities – variação real em US\$ – 2005 = 100	76
Gráfico 4 - Evolução dos preços das <i>commodities</i> (1977-79 = 100) – preços constantes.....	78
Gráfico 5 - Evolução dos preços do petróleo (1977-79 = 100) – preços constantes.	78
Gráfico 6 - Evolução dos preços dos metais* - preços constantes.....	79
Gráfico 7 - Evolução dos preços das matérias-primas agrícolas* – preços constantes	79
Gráfico 8 - Evolução dos preços dos alimentos* – preços constantes	80
Gráfico 9 - Índice de intensidade regional dos investimentos chineses, 2005-2011*	82
Gráfico 10 - Sincronização do ciclo de negócios, 1975-2010*	83
Gráfico 11 - Composição das exportações brasileiras para a China (1989-2012) – US\$ F.O.B.....	87
Gráfico 12 - Exportações Brasileiras para a América Latina (1989-2012) - US\$ F.O.B.	88
Gráfico 13 - Coeficiente de penetração das importações chinesas no setor manufatureiro brasileiro por setores (% do consumo aparente).....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplo de vantagem absoluta	16
Tabela 2 - Exemplo de vantagem absoluta em ambos os produtos.....	16
Tabela 3 - Exemplo de vantagem comparativa	18
Tabela 4 - Custos relativos.....	18
Tabela 5 - Comércio bilateral sino-latino-americano – 2009	62
Tabela 6 - Ameaça direta e indireta às exportações latino-americanas em 2009 (em porcentagem).....	66
Tabela 7 - Estoque de IED chinês na ALC em 2009 – US\$ milhões.....	68
Tabela 8 - IED Chinês em extração mineral na América Latina (2003-2011)	71
Tabela 9 - Exportações e importações chinesas por intensidade tecnológica, 1995 e 2011	84
Tabela 10 - Exportações e importações brasileiras por intensidade tecnológica – 1995-2011	85
Tabela 11 - Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2001 e 2012	85
Tabela 12 - Principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2001 e 2012...	86
Tabela 13 - IIC de Brasil e China com países latino-americanos* e participação das importações provenientes desses países no total importado – (1994-2008)	90
Tabela 14 - Argentina: participação e variação da participação nas importações de Brasil e China em subsetores selecionados em 2004 e 2009 – em porcentagem	92
Tabela 15 - Venezuela: participação e variação da participação nas importações de Brasil e China em subsetores selecionados em 2004 e 2009 – em porcentagem	93
Tabela 16 - Importações latino-americanas da China	94
Tabela 17 - Participação nas Exportações Totais FOB - Produtos Primários (em porcentagem).....	95
Tabela 18 - Participação nas Exportações Totais FOB - Produtos Manufaturados (em porcentagem).....	95
Tabela 19 - Perdas líquidas para a China no mercado externo (2004-2009).....	96
Tabela 20 - Desvio de exportações brasileiras para mercados selecionados pela China (em porcentagem).....	97
Tabela 21 - Evolução das exportações das empresas que competem com os produtos chineses (em porcentagem).....	98

Tabela 22 - Perdas do Brasil para a China no mercado interno (US\$ milhões)	99
Tabela 23 - Setores manufatureiros brasileiros com os maiores déficits com a China (US\$ milhões).....	100

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	13
2.1	ADAM SMITH: TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS	14
2.2	DAVID RICARDO: TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS	17
2.3	HECKSCHER-OHLIN: INTENSIDADE DE FATORES DE PRODUÇÃO.....	19
2.3.2	O Teorema Stolper-Samuelson	21
2.3.3	O Teorema de Rybczynski	22
2.4	KRUGMAN: ECONOMIAS DE ESCALA E CONCORRÊNCIA IMPERFEITA	22
2.4.1	A Teoria das Economias Externas	24
2.5	CRÍTICAS ÀS TEORIAS CONVENCIONAIS DO COMÉRCIO.....	24
3	TEORIAS DA DEPENDÊNCIA	27
3.2	A CONTRIBUIÇÃO SEMINAL DE RAÚL PREBISCH.....	30
3.3	A VERTENTE NEOMARXISTA	32
3.4	A PERSPECTIVA DE IMMANUEL WALLERSTEIN	37
3.5	DEPENDÊNCIA EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO	39
3.6	AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E O PADRÃO DE COMÉRCIO BRASIL- CHINA.....	41
4	CHINA: UM POUCO DE HISTÓRIA	45
4.1	DO IMPÉRIO À REPÚBLICA.....	46
4.2	DE MAO À DENG XIAOPING.....	47
4.3	DAS REFORMAS AOS DIAS ATUAIS	49
4.4	A CHINA E O MERCADO LATINO-AMERICANO	55
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
5	RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-LATINO-AMERICANAS	60
5.1	EXPORTAÇÕES	60
5.2	IMPORTAÇÕES	62

5.3	IMPACTOS INDIRETOS DO CRESCIMENTO CHINÊS NA AMÉRICA LATINA	63
5.3.1	A Ameaça às Exportações	63
5.3.2	Desvio de IED	67
5.4	CHINA E OS TERMOS DE TROCA	74
5.4.1	O “<i>Boom dos Preços das Commodities</i>”	75
5.5	O CASO BRASILEIRO	81
5.5.1	Mercado Externo	81
5.5.2	Mercado Interno	98
5.6	DESINDUSTRIALIZAÇÃO	102
5.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6	CONCLUSÕES	107
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de crescimento e internacionalização da economia chinesa nos últimos trinta anos atraiu os olhos de pesquisadores, analistas de mercado e formuladores de política econômica para o segredo do sucesso chinês. Após sua entrada à OMC, em 2001, a China adentrou profundamente no comércio internacional e experimentou um desempenho singular no período em tela. Os produtos “*made in China*” tomaram conta dos mercados mundiais e elevaram a China à condição de segunda maior economia do planeta.

A partir de então, e se intensificando após a crise financeira global, o gigante asiático adotou uma estratégia de diversificação de mercados, aproximando-se, ainda mais, dos países emergentes e em desenvolvimento, particularmente na América Latina e na África. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a aproximação sino-latino-americana e as consequências para a economia brasileira, tanto em sua relação bilateral com a China, quanto em relação à ameaça que seus produtos sofrem nos principais países da região.

Tomando-se as teorias da dependência e a tradição do estruturalismo cepalino como base analítica, particularmente os trabalhos seminais de Raúl Prebisch, procura-se verificar a validade da seguinte hipótese: a relação sino-brasileira tende a gerar um padrão comercial tipo centro-periferia, afetando negativamente o crescimento de longo prazo da economia, assim como que as exportações chinesas para os principais países da região tendem a deslocar os produtos brasileiros do mercado latino-americano.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são introduzidas as teorias convencionais do comércio internacional, originadas no trabalho de Adam Smith (1776) em seu livro *A Riqueza das Nações*. Baseada no livre comércio, mercados de concorrência perfeita e outros pressupostos pouco realistas, mostra-se a evolução da teoria, seus principais expoentes e suas tentativas de criar uma teoria geral para as relações comerciais.

No segundo capítulo, são apresentadas a tradição cepalina e as teorias da dependência, que tiveram início com Raúl Prebisch (1949) em seu trabalho intitulado *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, e que repercutiram fortemente nos meios acadêmicos nas décadas de

1960 e 1970, representando as críticas latino-americanas às teorias do desenvolvimento que predominavam na época.

No terceiro capítulo, são ressaltadas as características gerais e principais transformações ocorridas na China, do período imperial às reformas de Deng Xiaoping, que proporcionaram à economia chinesa esse incrível crescimento que vem se sustentando nos últimos trinta anos.

No quarto capítulo, analisa-se o padrão comercial sino-latino-americano, assim como as relações bilaterais entre Brasil e China. São analisados os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a perda de mercado brasileiro para os produtos chineses na América Latina. Mostra-se a participação da demanda chinesa no “*boom das commodities*” ocorrido na última década, assim como se resalta os riscos de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

O trabalho encerra com o capítulo e conclusões, que regista objetivo, hipóteses e principais evidências, bem como sinaliza para as questões que deverão ser aprofundadas em estudos futuros.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Quais são os benefícios do comércio internacional? O que motiva os países a comercializarem suas mercadorias? Essas são algumas das questões que surgiram a partir do crescimento do comércio entre nações e que desafiou grandes economistas como Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817) em suas tentativas de criar uma teoria geral do comércio internacional.

Essas teorias, que ganharam impulso com o advento do liberalismo econômico, buscavam mostrar que, através da especialização, os países que estivessem comercializando no mercado internacional desfrutariam de benefícios mútuos (MOREIRA, 2012; WILLIAMSON, 1996).

Entretanto, antes das contribuições dos economistas clássicos, tendo como ponto de partida a publicação do livro *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776, o comércio seguia o padrão mercantilista (MOREIRA, 2012; WILLIAMSON, 1996).

O mercantilismo foi uma doutrina econômica que predominou na Europa, entre os séculos XVI e XVIII. Defendia a ideia de que o superávit da balança comercial, por aumentar a reserva de metais preciosos, ouro e prata, levaria os países ao desenvolvimento. Para os mercantilistas, o comércio internacional era um jogo de soma zero, não haveria como ambas as partes obterem ganhos mútuos. Logo, os países deveriam incentivar as exportações, por meio de subsídios e proteção à indústria, e restringir as importações, por meio de cotas, impostos, a fim de acumular riquezas. Destaca-se, assim, uma das características que diferencia este pensamento daquele dos economistas clássicos, a forte presença do Estado na economia (SMITH, 1996; MATTOS, 2007; RIMA, 1977).

De acordo com Williamson, foi com o desenvolvimento da teoria do comércio que se percebeu que o erro dos mercantilistas foi pensar que o aumento da oferta monetária levaria uma nação à prosperidade. Sabe-se que em certas circunstâncias a nação precisa adotar controles para não ter a deterioração de seu balanço de pagamentos, mas isso não é regra (WILLIAMSON, 1996).

Por sua vez, Adam Smith, ao contrário dos mercantilistas, via o mercado internacional como uma oportunidade para ganhos entre ambos os países envolvidos no comércio mundial. Assim, Smith, em sua obra de 1776 intitulada *A Riqueza das Nações*, deu início ao estudo da teoria do comércio internacional, que

teve como resultado a criação de sua teoria das vantagens absolutas (RIMA, 1977; SCHUMACHER, 2012)

Pode-se afirmar que, principalmente após a Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XVIII, com sua difusão para países como Bélgica, França, Itália, Alemanha, no século XIX, e com a corrida imperialista em busca de mercados para seus produtos e fontes baratas de matérias-primas, o comércio internacional tornou-se o “motor do crescimento” das nações (WILLIAMSON, 1996).

Portanto, o presente capítulo abordará, de forma geral, as teorias do comércio internacional, ressaltando os diferentes enfoques e suas principais críticas.

2.1 ADAM SMITH: TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS

Pode-se dizer que as principais críticas de Adam Smith (1996) ao mercantilismo, no livro IV da *Riqueza das Nações*, eram as que o superávit comercial não poderia ser sustentado, pois se todos os países adotassem essa estratégia não haveria comércio; que as exportações diminuiriam devido a retaliações; que a percepção mercantilista do ouro como riqueza era errônea; que a intervenção estatal era desvantajosa para o país, pois tenderia a afetar a alocação eficiente dos fatores de produção e que essa política comercial limitaria o processo de desenvolvimento inglês. Esta seria a preocupação central de Smith, que tinha como objetivo propor o livre comércio e a abertura dos mercados internacionais aos produtos ingleses, já que o país contava com um restrito mercado interno (SMITH, 1996; MATTOS, 2007; RIMA, 1977)

Smith (1996), em *Riqueza das Nações*, afirma que ambos os agentes participantes das trocas podem melhorar seu bem-estar através de ganhos do comércio, mesmo que nem sempre esses ganhos sejam equitativos. De acordo com sua teoria “Vent for Surplus”, quando um país produz excedente e não os comercializa sua fronteira de possibilidade de produção se retrai. Entretanto, com o comércio internacional, é realizada a exportação da mercadoria produzida em excesso e a fronteira de possibilidade de produção volta a sua capacidade total. Não obstante, Smith afirmava que o comércio não deveria ser realizado somente quando era criado excedente, mas que as trocas espontâneas também trariam benefícios a ambas as partes (KURZ, 1992; RIMA, 1977; SCHUMACHER, 2012).

A fim de criar uma teoria geral do comércio internacional, Adam Smith usa como principal ferramenta a teoria do valor-trabalho. De acordo com o autor:

[...] o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não pretende usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. (SMITH, 1996, p. 87).

Portanto, o valor de troca de uma mercadoria é equivalente à quantidade de trabalho incorporado, que nada mais é do que a média de horas de trabalho necessárias para se produzir uma mercadoria, sendo o trabalho considerado homogêneo.

A especialização aparece como um ponto crucial na obra de Smith (1996). Do ponto de vista microeconômico, o autor afirma que a divisão do trabalho aumentaria a sua produtividade devido a aumentos de destreza dos trabalhadores e à diminuição da perda de tempo ocorrida devido à troca de funções, elevando a produção, tanto quantitativa quanto qualitativamente, com o mesmo nível de trabalho empregado. De acordo com o economista, essa divisão seria fruto natural da propensão à troca dos excedentes (RIMA, 1977; SMITH, 1996; SHUMACHER, 2012).

De acordo com Schumacher, utilizando uma visão macroeconômica, Smith relaciona os ganhos da divisão do trabalho à extensão do mercado. Quanto maior o mercado, maiores as possibilidades de divisão do trabalho e, conseqüentemente, maior riqueza é gerada. Portanto, Smith conecta sua teoria da divisão do trabalho com o comércio internacional, ligando o aumento do mercado com a crescente especialização (SCHUMACHER, 2012).

Visto isso, cada país deveria especializar-se na produção do produto para o qual tivesse menor custo absoluto de produção, importando aquele em que o custo fosse maior. A especialização traria ganhos por causa do aumento da produtividade gerado pela maior eficiência de alocação dos recursos. Como consequência, se daria a criação de uma divisão internacional do trabalho, em que cada país deveria produzir a mercadoria em que tivesse vantagens absolutas. Juntando-se a isso tudo a abertura dos mercados ao livre comércio, seriam potencializadas as oportunidades de desenvolvimento do comércio britânico, que acumularia mais capital e geraria o crescimento de sua economia (RIMA, 1977; SCHUMACHER, 2012).

De acordo com Smith:

Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço mais baixo do que o da mercadoria fabricada por nós mesmos, é melhor comprá-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem” (SMITH, 1996, p. 439).

Tabela 1 - Exemplo de vantagem absoluta

Nação	Produção por hora trabalhada	
	Vinho	Tecido
Estados Unidos	5 garrafas	20 metros
Reino Unido	15 garrafas	10 metros

Fonte: Carbaugh (2011, p. 33, tradução nossa).

O exemplo acima mostra a produção por hora trabalhada de vinho e tecido pelos Estados Unidos e Reino Unido. Analisando-se a tabela, constata-se que, em uma hora de trabalho, os Estados Unidos produzem mais garrafas de vinho do que metros de tecido. Logo, a vantagem absoluta norte-americana está na produção de vinho. Por sua vez, o Reino Unido produz mais tecido do que garrafas de vinho em uma hora de trabalho, portanto, este país deve se especializar na produção de tecido.

Tabela 2 - Exemplo de vantagem absoluta em ambos os produtos

Nação	Produção por hora trabalhada	
	Vinho	Tecido
Estados Unidos	40 garrafas	40 metros
Reino Unido	20 garrafas	10 metros

Fonte: Carbaugh (2011, p.35, tradução nossa).

O modelo de Adam Smith abre espaço para uma questão crucial quando se é analisado qual seria o padrão de comércio se um país não tivesse vantagem absoluta em nenhum dos dois produtos. No exemplo da tabela 2, é identificada uma situação que os Estados Unidos possuem vantagens absolutas nos dois produtos. No modelo de comércio de Smith (1776), um mundo com dois países e dois produtos, se um país tivesse vantagens absolutas sobre ambas as mercadorias, não haveria comércio, já que não seria vantajoso para, no caso os Estados Unidos,

importarem vinho e tecido do Reino Unido a um custo maior do que o de sua produção nacional.

Essa situação é abordada por David Ricardo, que dá uma grande contribuição ao estudo do comércio internacional com a criação de sua famosa teoria das vantagens comparativas.

2.2 DAVID RICARDO: TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Ricardo (1817) assim como Adam Smith (1776), utiliza a teoria do valor-trabalho como instrumento analítico, determinando os custos de produção pelo número de horas trabalhadas para a produção da mercadoria.

A grande contribuição do economista clássico para a análise do comércio internacional foi a formulação da Teoria das Vantagens Comparativas. Para o autor, diferentemente de Smith, o país deve especializar-se na produção do produto no qual tem vantagem comparativa, não absoluta. A principal diferença é que o comércio ocorrerá mesmo que um dos dois países possua vantagem absoluta na produção dos dois produtos (GONÇALVES, 1997; RIMA, 1977; MOREIRA, 2012).

O autor define muito bem o conceito das vantagens comparativas nesse trecho de sua obra intitulada *On the Principles of Political Economy and Taxation*:

Assim, um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e em capacidade técnica, e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos, poderá importar em troca dessas mercadorias parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais puderem ser cultivados com menos trabalho do que no país do qual são importados. (RICARDO, 1982, p. 105).

Para David Ricardo, a produtividade determina os custos comparativos, sendo os diferenciais de produtividade resultado dos diferenciais de tecnologia entre os países (GONÇALVES, 1997).

De acordo com Carbaugh, para demonstrar o princípio das vantagens comparativas, Ricardo baseou seu modelo em um mundo composto por duas nações, em que cada uma utiliza apenas um fator (trabalho) para produzir dois produtos, sendo este fator homogêneo e plenamente empregado. A dotação dos países é fixa e não há mobilidade de fatores entre os países, ao mesmo tempo em

que o nível tecnológico entre os dois países é o mesmo e os retornos de escala são constantes. O modelo pressupõe um mercado de concorrência perfeita, onde as firmas buscam a maximização de seus lucros, assim como os consumidores buscam de suas utilidades (CARBAUGH, 2011).

Portanto, todo esse aparato instrumental-teórico utilizado por Ricardo serve para analisar e definir os diferentes padrões do comércio entre nações, como no exemplo abaixo, que é o mesmo utilizado por Carbaugh.

Tabela 3 - Exemplo de vantagem comparativa

Nação	Produção por hora trabalhada	
	Vinho	Tecido
Estados Unidos	40 garrafas	40 metros
Reino Unido	20 garrafas	10 metros

Fonte: Carbaugh (2011, p.35, tradução nossa).

Calculando-se os custos relativos:

Tabela 4 - Custos relativos

Nação	Custos Relativos	
	Vinho	Tecido
Estados Unidos	$(1/40)/(1/40) = 1$	$(1/40)/(1/40) = 1$
Reino Unido	$(1/20)/(1/10) = 0,5$	$(1/10)/(1/20) = 2$

Fonte: elaboração do autor.

O caso acima é o mesmo caso em que, de acordo com a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, não haveria comércio, já que um das nações possui vantagem na produção das duas mercadorias. Entretanto, utilizando-se as vantagens comparativas de Ricardo para a análise do padrão de comércio, o Reino Unido deve produzir vinho, já que possui o custo relativo menor, e os Estados Unidos devem produzir vestuário, para o qual possuem vantagem comparativa.

Portanto, a grande contribuição de Ricardo é que, mesmo quando um país possui vantagem absoluta em ambos os produtos, o comércio entre nações permite ganhos mútuos, sendo a vantagem relativa de custo o instrumento utilizado para definir o padrão de comércio.

Apesar da grande contribuição de Ricardo, seu modelo é simplificado e apresenta problemas, como a especialização absoluta de um país na produção de um único produto, fato que não é visto no mundo real; ignora os efeitos da distribuição de renda dentro dos países; não observa a diferença de dotações de recursos dos países como fatores que influenciam no comércio e desconsidera o papel das economias de escala (WILLIAMSON, 1996).

Em 1951, no intuito de testar empiricamente o modelo ricardiano, G. MacDougall analisou dados da produtividade dos Estados Unidos e Reino Unido. O teste mostrou que a produtividade do trabalho norte-americano era maior. Os Estados Unidos possuíam vantagem absoluta em todos os setores, entretanto, as exportações britânicas eram tão significativas quanto às estadunidenses. Comprovou-se, portanto, que a Grã-Bretanha possuía vantagem comparativa em alguns setores, o que vai ao encontro da teoria ricardiana (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009; GONÇALVES, 1997).

Apesar da sua grande colaboração para a teoria do comércio internacional, e com testes empíricos mostrando certo grau de comprovação, o modelo de David Ricardo não explicou algumas questões como: a diferença tecnológica seria a única fonte de custos relativos de produção diferentes? Por que apenas considerar o fator trabalho, sendo que se ampliava a produção intensiva em capital? As vantagens comparativas não podem mudar com o decorrer do tempo?

2.3 HECKSCHER-OHLIN: INTENSIDADE DE FATORES DE PRODUÇÃO

Na teoria de David Ricardo, os diferenciais de produtividade poderiam ser dados por diferentes condições climáticas ou tecnologias empregadas na produção. Para Eli Heckscher e Bertil Ohlin, essa diferença é resultado da diferença de dotação de fatores de cada país. Em outras palavras, as diferenças de dotação seriam o único motivo do comércio. A vantagem comparativa seria influenciada pela abundância relativa dos fatores de produção e pela tecnologia, esta interferindo na intensidade relativa com que os fatores serão utilizados (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Portanto, o teorema de Heckscher-Ohlin afirma que cada país exportará o bem intensivo em seu fator abundante. A idéia é que em um país em que há mão de

obra em excesso produzirá-se, a um custo menor, o bem que é intensivo em trabalho, tendo-se, portanto, uma vantagem comparativa nesse produto.

Williamson (1996) cita que há três conjuntos de premissas no modelo de Heckscher-Ohlin.

O primeiro conjunto se refere à tecnologia:

- a) rendimentos constantes de escala;
- b) os fatores de produção trabalho e capital podem ser substituídos um pelo outro na produção;
- c) não há inversões de intensidade de emprego de fatores;
- d) o ajuste é instantâneo, a economia está sempre em equilíbrio.

O segundo garante que após o comércio, o preço interno se igualará ao preço mundial:

- e) ausência de custos de transporte;
- f) livre comércio;
- g) concorrência perfeita.

O terceiro são premissas utilizadas para simplificar o modelo, quais sejam:

- h) Modelo 2x2x2, dois bens, dois fatores de produção, dois países (sendo um deles pequeno);
- i) as dotações são fixas e plenamente empregadas;
- j) as curvas de indiferença são convexas em relação à origem.

2.3.1 O Paradoxo de Leonfief

De acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin, é de se esperar que o padrão de comércio entre nações se dê de acordo com a intensidade de fatores de produção disponíveis em cada país. Os Estados Unidos é um país em que há alta relação capital-trabalho, ou seja, a pauta exportadora deveria se concentrar em produtos intensivos em capital, e suas importações deveriam ser intensivas em trabalho.

Em 1953, o economista Wassily Leontief publicou um artigo em que realizara um teste empírico para comprovar a validade do modelo. Para tanto, utilizara tabelas

de insumo-produto, as quais renderam-lhe o prêmio Nobel em 1973 (WILLIAMSON, 1996; KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Em seu estudo, Leontief utilizou a tabela de insumo-produto para as exportações estadunidenses, mas para as importações utilizou produtos substitutos americanos, já que o economista não tinha a tabela para os países originários das importações. Como resultado, Leontief obteve que as exportações dos Estados Unidos eram mais intensivas em mão de obra do que suas importações. Essa constatação ficou conhecida como Paradoxo de Leontief (WILLIAMSON, 1996).

A busca por explicações para o paradoxo se dava por possível erro estatístico, por inversão de intensidade de fatores, por condições de demanda, pelos níveis de proteção do mercado americano. A explicação de Leontief para o resultado obtido foi que os trabalhadores americanos eram mais eficientes que os estrangeiros, contando com a mesma quantidade de capital alocada na produção (WILLIAMSON, 1996).

Harry P. Bowen, Edward E. Leamer e Leo Sveikauskas, em 1987, realizaram outro teste empírico. Utilizaram uma amostra com vinte e sete países e doze fatores de produção. O resultado obtido foi que o comércio ocorre de acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin em menos de 70% das vezes, o que corrobora o paradoxo de Leontief (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Constatou-se, portanto, que o possível erro de Eli Heckscher e Bertil Ohlin foi o de ter dado exarcebada importância para a dotação de fatores na determinação do padrão do comércio internacional.

2.3.2 O Teorema Stolper-Samuelson

Com a publicação do artigo “Proteção e Salário Real” de Wolfgang Stolper e Paul Samuelson, foi provado que, no modelo de Heckscher-Ohlin, os países que possuem um fator de produção escasso podem aumentar a sua renda através da restrição de importações (WILLIAMSON, 1996).

As premissas são rendimentos constantes de escala, modelo com dois bens e dois fatores em quantidades fixas, concorrência perfeita e ajuste instantâneo, ou seja, que o produto marginal do capital e trabalho sejam iguais (WILLIAMSON, 1996).

O teorema afirma que a utilização de uma tarifa para proteção de um bem tem como resultado o aumento da renda do fator que é empregado intensivamente em sua produção, já que o aumento dos preços dos bens aumenta a demanda pelo fator escasso e, concomitantemente, seu preço (WILLIAMSON, 1996).

2.3.3 O Teorema de Rybczynski

O teorema, em artigo publicado por T. Rybczynski em 1955, enunciava que um aumento na dotação do fator escasso reduziria a produção do bem intensivo no fator abundante. Para o autor, o aumento da oferta do fator escasso levaria ao aumento mais do que proporcional da produção e, conseqüentemente, ao crescimento econômico (WILLIAMSON, 1996).

O crescimento econômico sempre leva ao aumento da oferta de capital. Portanto, Rybczynski afirmava que a indústria intensiva em mão de obra nos países em desenvolvimento tenderia à contração (WILLIAMSON, 1996).

As premissas do teorema são um modelo 2x2 com mobilidade perfeita de fatores e que o país seja pequeno, sendo o nível de preços determinado no mercado internacional (WILLIAMSON, 1996).

A grande contribuição do Teorema de Rybczynski foi que as vantagens comparativas são passíveis de alterações, colocando em cheque a especialização absoluta de um país na produção da mercadoria em que possui vantagens relativas de custos.

2.4 KRUGMAN: ECONOMIAS DE ESCALA E CONCORRÊNCIA IMPERFEITA

O economista Paul Krugman formalizou uma abordagem alternativa da teoria do comércio, dizendo que esse não precisa, necessariamente, ser definido somente por vantagens comparativas. De acordo com o economista, há alguns aspectos que, empiricamente, são paradoxais em relação ao modelo de Heckscher-Ohlin. De acordo com Williamson (1996), esses aspectos são:

- a) diferentemente do que sugere o modelo, há crescimento do comércio entre países com semelhantes dotações de recursos;
- b) o comércio se dá entre produtos semelhantes.

Portanto, o modelo de Krugman, diferentemente dos anteriores, possui dois aspectos centrais: retornos de escala crescentes e concorrência imperfeita. A implicação dos retornos de escala crescentes é a de que os custos caem com o aumento da produção, o que torna a especialização do país na produção de poucos produtos uma vantagem. A mudança da estrutura de mercado para concorrência imperfeita implica que as firmas não são mais *price takers*, o aumento da produção afeta negativamente os preços, e os produtos não são homogêneos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Portanto, para que os países possam aproveitar ao máximo as economias de escala, é essencial a especialização na produção de poucos produtos, pois assim produzirão mais bens a um custo mais baixo do que se os produzissem separadamente.

De acordo com Krugman and Obsfeldt:

O comércio internacional desempenha um papel crucial: ele torna possível que cada país produza uma gama restrita de bens e que se tire vantagem das economias de escala sem sacrificar a variedade no consumo (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009, p.91).

Krugman e Obstfeld ainda ressaltam que há duas diferentes formas de comércio: intra-indústria e interindústria. O primeiro está relacionado com as economias de escala, pois países com dotação de fatores semelhantes produziram produtos diferenciados, estimulando o comércio internacional. O segundo está ligado às vantagens comparativas, aos ganhos estáticos referentes à especialização em relação à dotação de fatores da nação (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Em relação à distribuição de renda, o comércio intra-indústria não gera muitos impactos, já que o motivo das trocas não se dá pela diferente dotação de fatores, e as economias de escala proporcionam ganhos. Entretanto, deve-se ressaltar que os ganhos são maiores quanto mais diferenciados forem os produtos, ou seja, maiores serão os ganhos no comércio entre produtos manufaturados do que entre matérias-primas (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

2.4.1 A Teoria das Economias Externas

Alfred Marshall (1890) foi quem primeiro analisou as economias externas. O economista percebeu que os ganhos nem sempre se dão ao nível da firma, a aglomeração das empresas em “distritos industriais” traz benefícios à indústria. De acordo com Williamson, para Marshall há três motivos principais: mercado comum de trabalho, vazamentos de conhecimento e fornecedores especializados (WILLIAMSON, 1996).

O primeiro motivo refere-se ao fato de que variações na demanda e na oferta de mão de obra são atenuadas quando há um conglomerado de firmas (*cluster*). Caso uma firma tenha que reduzir sua produção, a mão de obra excedente poderá ser utilizada por outra em que a produção esteja crescendo. Assim como é melhor para a empresa, que terá facilidade para encontrar o fator trabalho que tanto necessita.

O segundo fator é resultado do aprendizado através do estudo dos produtos, da engenharia reversa e do ambiente, que propicia a troca de informações, estimulando o conhecimento técnico. Isso tudo gera uma curva de aprendizagem com inclinação negativa, mostrando que, com o aumento da experiência, há queda do custo unitário de produção, levando a retornos crescentes dinâmicos.

O terceiro é resultado de que quando o custo de um serviço é muito caro, quando é um serviço muito especializado, a maior gama de empresas num local gera grande demanda pelos serviços, facilitando o fornecimento.

Esses fatores geram uma indústria mais competitiva, com retornos crescentes de escala a nível nacional. Há, também, problemas em relação às economias externas. Países em desenvolvimento, que não possuem um complexo parque industrial, mas possuem vantagens comparativas na produção do bem, acabam não o fazendo devido às vantagens dos países desenvolvidos, principalmente se esses já possuem a demanda mundial pelo produto (WILLIAMSON, 1996).

2.5 CRÍTICAS ÀS TEORIAS CONVENCIONAIS DO COMÉRCIO

Podem-se identificar dois tipos de visão a respeito do comércio e desenvolvimento: a tradição liberal e a antiliberal. A primeira procura mostrar que os países devem se especializar na produção da mercadoria na qual possuem

vantagens comparativas, melhorando a produtividade e aproveitando os ganhos de comércio. Por sua vez, os antiliberais alegam que a especialização pode levar a ganhos de comércio assimétricos, levando países subdesenvolvidos a permanecerem nessas condições. Portanto, defendem a atuação do Estado na economia, guiando os investimentos para setores em que o desenvolvimento possa trazer ganhos maiores do que aqueles que eram auferidos devido à herança natural (MOREIRA, 2012).

Friederich List, fundador da escola história alemã, já no século XIX elaborava fortes críticas ao pensamento dos economistas clássicos, que afirmavam que o livre-comércio levaria a ganhos mútuos. List argumentava que o livre comércio geraria assimetrias entre os países e que este era regido por uma hierarquia internacional (SZIRMAI, 2005).

Szirmai (2005, p. 72) referindo-se ao pensamento do economista alemão “[...] it was the dominant powers which primarily profited from free trade”. Portanto, List defendia a proteção por meio de tarifas para as indústrias infantis em países em desenvolvimento. Para ele, a proteção à indústria seria a forma de os países menos desenvolvidos criarem as raízes de um setor industrial e poderem, no futuro, migrar de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial.

A tradição antiliberal critica a teoria do desenvolvimento que vê o subdesenvolvimento como uma fase a ser superada para se atingir o desenvolvimento. De acordo com os autores da dependência, o subdesenvolvimento é visto como um produto natural da expansão do capitalismo. A teoria da dependência teve início na década de 1960 na América Latina e se deu devido à “[...] incapacidade de o capitalismo reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias [...]” (SANTOS, 1998, p. 8).

Para Thirlwall (2003, p. 639) há três mecanismos pelos quais o livre-comércio pode influenciar a taxa de crescimento de longo prazo de uma economia, quais sejam:

- a) “More trade encourages investment which confers externalities on an economy, particularly if the investment goods come from abroad;
- b) greater trade means larger volumes of *output* and greater scope for *specialisation*, leading to *learning by doing*;
- c) trade leads to *technology transfer* and the prospect of faster total productivity growth”.

Apesar das vantagens supracitadas do livre-comércio, há também potenciais desvantagens considerando-se a teoria das vantagens comparativas, principalmente porque esta teoria “[...] is a static one based on restrictive and very often unrealistic assumptions [...]” (THIRLWALL, 2003, p. 651). Essas suposições começam pela existência de pleno emprego, concorrência perfeita, pela dotação fixa de fatores e pela desconsideração dos efeitos do comércio sobre os termos de troca.

De acordo com Thirlwall:

The doctrine of comparative advantage is more useful in explaining the past pattern of trade than in providing a guide as to what the future pattern of trade should be as a stimulus to development (THIRLWALL, 2006, p. 652).

As críticas ao pensamento liberal baseiam-se no fato de que ele ignora os efeitos do livre-comércio no balanço de pagamentos e nos termos de troca, assim como a especialização na produção de poucos produtos cria uma situação de instabilidade no balanço de pagamentos, tornando o país mais vulnerável a flutuações no mercado mundial. Os críticos afirmam que a elasticidade-renda da demanda por produtos primários é menor que 1, o que faz com que o aumento da demanda por produtos primários não aumente na mesma proporção que a renda, além de possuírem fracos “*backward and forward linkages*” e sua produção ser dominada por multinacionais, que remetem os lucros para o exterior, não os reinvestindo na economia nacional. Em relação às vantagens comparativas, é dito que elas mudam com o tempo e que se baseiam em custos privados, negligenciando os custos e benefícios sociais.

Visto isso, o próximo capítulo abordará as diferentes correntes da teoria da dependência fazendo referência a autores como Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Immanuel Wallerstein.

3 TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

As teorias do desenvolvimento, das décadas de 50 e 60, buscavam explicações para o fato de os países periféricos não terem conseguido se desenvolver como os países centrais. Havia duas abordagens principais, a interna e a externa. A interna buscava, dentro da sociedade, os fatores que podiam promover ou comprometer o crescimento. Por sua vez, a abordagem externa via negativamente as influências dos países centrais como perpetuadores da estrutura dualística da sociedade (SZIRMAI, 2005).

Um dos expoentes de uma das abordagens internas do desenvolvimento, conhecida como “modernisation theory”, é Walt Rostow, que afirmou que o desenvolvimento socioeconômico de todo e qualquer país, cedo ou tarde, teria que passar pelos mesmos cinco estágios, quais sejam: “[...] traditional society, preconditions to take-off, take-off, drive to maturity and mass consumption society” (SZIRMAI, 2005, p. 79).

Por sua vez, Alexander Gerschenkron, em sua “theory of backwardness”, apesar de concordar com Rostow em relação à importância de se superar os obstáculos da industrialização, discorda do autor no que tange aos padrões de industrialização, afirmando que estes diferem de país para país e entre os períodos históricos, o que é corroborado por Gunnar Myrdal em sua crítica à linearidade do processo de desenvolvimento, apontando que a teoria de Rostow não considera as diferenças institucionais entre as nações. Além disso, Myrdal ressalta que as condições iniciais dos países em desenvolvimento são muito diferentes daquela dos desenvolvidos. O autor não acredita na convergência do desenvolvimento entre as nações, mas sim que as divergências tendem a aumentar com o passar do tempo (SZIRMAI, 2005; CARDOSO, 2012).

Szirmai referindo-se às teorias neoclássicas do desenvolvimento:

Neoclassical theory does not focus explicitly on developing countries. Implicitly, however, it predicts that, if markets function smoothly and the factors of production can move freely across the world economy, sooner or later rich and poor countries will converge and developing countries will catch up. (SZIRMAI, 2005, p. 85).

Portanto, na década de 1950, surgiram, na América Latina, teorias com intuito de analisar o modelo de desenvolvimento dos países locais. Seu início deu-se pela abordagem estruturalista do desenvolvimento, aparato instrumental utilizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e que tinha a intenção de que fosse criada, nos países latino-americanos, uma base industrial liderada pelo Estado aos moldes do que se é convencional chamar de processo de substituição de importações, sendo esta a única forma de os países da região alcançarem o desenvolvimento. A CEPAL, portanto, buscava a superação das condições de subdesenvolvimento via alteração da estrutura econômica dos países (DUARTE; GRACIOLLI, 2007; SILVA, 2010).

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. (SANTOS, 1998, p.4).

Sua visão de subdesenvolvimento era a ausência de desenvolvimento, sendo este último gerado por obstáculos que existiam nos países e que os impossibilitavam de alcançar o pleno desenvolvimento, característica observada na abordagem de Rostow e que foi objeto de crítica dos autores dependistas.

O fato de o capitalismo não ter conseguido reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento nos países periféricos culminou na crise das teorias do desenvolvimento (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Foi a partir de então que houve a criação das teorias da dependência no início da década de 1960. Os autores dependistas criticavam as teorias do desenvolvimento que consideravam o processo de desenvolvimento como evolutivo e que viam o subdesenvolvimento como uma fase pela qual todos os países deveriam passar para atingir o patamar dos países centrais. Além disso, suas críticas se dirigiam ao fato de que essas teorias preservavam a estrutura de poder existente e acreditavam que seu modelo de crescimento seria válido para todos os países, como fora afirmado por Rostow (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

De acordo com Thirlwall a teoria da dependência:

[...] is designed to provide a framework of ideas to accommodate the many aspects and features of the functioning of the world capitalist economy and the many types of dominance and dependency (THIRLWALL, 2003, p.285).

O termo dependência implica que o desenvolvimento dos países pobres, periféricos, é subordinado ao desenvolvimento em países avançados, centrais. Assim, Colman e Nixon (1985¹ *apud* Szirmai, 2005, p.91) citam que as características do desenvolvimento dependente são: a alta importância da exportação de *commodities*; a dependência de importação de bens manufaturados, intermediários, bens de capital e tecnologia; um setor moderno dominado por multinacionais que remetem seus lucros ao exterior; e que a dependência não se limita à esfera econômica, mantendo uma relação de dependência também na esfera política e cultural.

As teorias da dependência, que tem sua fase inicial com Prebisch (1949), veem o subdesenvolvimento como um resultado natural do desenvolvimento do sistema capitalista, que cria uma divisão internacional do trabalho que tende a perpetuar a relação de dependência entre os países da periferia e centrais, condicionando o desenvolvimento daqueles ao destes. Analisam o processo de desenvolvimento dos países periféricos em um momento em que as nações centrais já estão desenvolvidas.

The choice for the term *underdevelopment* implies that the low level of development in developing countries is the result of active negative influences from outside. One cannot speak of backwardness, because poor countries do not have the chance to follow the same path of development as the currently prosperous countries. Prosperity in the rich countries is even based on past and present exploitation of the developing countries. Poverty in developing countries is the result of such exploitation (SZIRMAI, 2005, p. 90).

Apesar de suas críticas à dependência, essa teoria não pode ser considerada como uma teoria única. Ela se divide em diferentes abordagens, considerando desde fatores externos a fatores internos como condicionantes da posição periférica dos países latino-americanos na relação internacional e hierárquica de poder.

Sua origem se dá com Raúl Prebisch, seguida da corrente neo-marxista da dependência, que iniciou com Ruy Mauro Marini (1973) em sua obra intitulada *Dialética da Dependência*, e teve como integrantes André Gunder Frank e Theotônio dos Santos; e da versão weberiana, que conta com a contribuição do sociólogo

¹ COLMAN, D.; NIXSON, F. **Economics of change in less developed countries**. 2nd ed. Oxford: Philip Allan, 1985.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (SILVA, 2010; DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Portanto, analisar-se-á as diferentes abordagens dos autores das teorias da dependência, apontando suas principais críticas e contribuições.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO SEMINAL DE RAÚL PREBISCH

Raúl Prebisch foi um dos primeiros desenvolvimentistas que questionou os ganhos mútuos do comércio internacional, teoria defendida pelos economistas neoclássicos. Criticou a divisão internacional do trabalho e a relação centro-periferia resultante, que fazia com que os países periféricos especializassem sua produção em produtos primários, ao passo que os países centrais especializavam-se em produtos com maior intensidade tecnológica.

O economista argentino classificou os países que tinham sua produção especializada na exportação de produtos primários como países *periféricos* e os países desenvolvidos, produtores de produtos com maior intensidade tecnológica de *centrais*. Para Prebisch havia uma relação de dependência e o padrão de comércio internacional tenderia a perpetuar a condição de subdesenvolvimento nos países periféricos (PREBISCH, 1949).

Prebisch (1949) e Hans Singer (1950), economista alemão, formularam a hipótese chamada Prebisch-Singer, que afirmava que os países periféricos sofriam com a deterioração dos termos de intercâmbio em relação aos países centrais.

Prebisch afirmava que havia tendência de deterioração dos termos de intercâmbio para os produtos primários. Para o economista, o centro retém mais intensamente os frutos do progresso técnico via aumentos dos lucros dos empresários e da remuneração dos fatores de produção acima da produtividade. Como no centro os sindicatos são mais organizados, na fase minguante dos ciclos os salários são mais rígidos para baixo, fazendo com que o ônus seja transferido para a periferia, via diminuição dos preços dos produtos exportados. Assim, segundo Prebisch (1949, p.56), “[...] ao passo que os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia transpassaram-lhes uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico”.

[...] The fruits of technical progress may be distributed either to producers (in the form of rising incomes) or to consumers (in the form of lower prices). In the case of manufactured commodities produced in more developed countries, the former method, i.e., distribution to producers through higher incomes, was much more important than the second method, while the second method prevailed more in the case of food and raw-material production in the underdeveloped countries. Generally, we may say that technical progress in manufacturing industries showed in a rise in incomes, while technical progress in the production of food and raw materials in underdeveloped countries showed in a fall in prices. (SINGER, 1964, p.166).

Portanto, para o autor, a única forma de superar a relação de dependência dos países latino-americanos frente aos países centrais seria pelo desenvolvimento industrial, tornando a indústria nacional a fonte de dinamismo do crescimento no longo prazo.

Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas. (PREBISCH, 1949, p. 48).

Para tanto, os países deveriam adotar um modelo de crescimento “para dentro”, em que o Estado teria forte participação no mercado, impondo tarifas protecionistas à indústria nacional. Esse modelo é chamado processo de substituição de importações e foi adotado na América Latina. No Brasil, teve seu início na década de 30, sendo finalizado no final da década de 1970, com a implantação do II PND pelo governo militar.

De acordo com Szirmai:

[...] following the classical prescriptions of Friederich List, they [Non-Marxist structuralists] do argue for a development strategy which would make developing countries less dependent on international trade. To achieve this, they have to build up and protect a domestic industrial sector which can replace imports of industrial goods by domestic production (SZIRMAI, 2005, p. 95).

Outro problema ressaltado pelos autores é a baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários. Afirmava-se que com o crescimento da renda não havia crescimento proporcional da demanda pelos produtos dos países periféricos, assim como havia tendência à substituição de algumas matérias-primas por

produtos sintéticos, como o caso da borracha, o que prejudicaria fortemente o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Prebisch analisava o padrão de troca do ponto de vista do balanço de pagamentos, que tinha tendência à deterioração nos países periféricos devido tanto ao nível das importações, que cresciam mais rapidamente do que as exportações, quanto à deterioração dos termos de troca.

De acordo com Thirlwall:

His major claim was that the unfavourable impact of unrestricted trade on the terms of trade and balance of payments of developing countries far outweighs any advantages with respect to a more efficient allocation of resources. (THIRLWALL, 2003, p. 658).

Na mesma página o autor comenta:

[...] for a given growth of world income the balance of payments of primary-producing, developing countries will automatically deteriorate vis-à-vis the balance of payments of developed countries producing and exporting industrial goods. (THIRLWALL, 2003, p. 658).

Portanto, para Prebisch, a única via para o desenvolvimento dos países latino-americanos seria pelo desenvolvimento da indústria nacional, de modo a atenuar a relação de dependência entre países periféricos e centrais.

3.3 A VERTENTE NEOMARXISTA

Diferentemente de Prebisch, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos utilizam a teoria neo-marxista para analisar as relações de dependência.

Do ponto de vista teórico, o marxismo clássico vê o capitalismo como sendo um estágio superior ao feudal. A penetração do capitalismo nas economias em desenvolvimento é visto como uma força que tende encaminha-las para o estágio hierarquicamente superior, o socialismo. Para os neo-marxistas o capitalismo funciona diferentemente em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos ele gera excedente que é apropriado pela classe capitalista e reinvestido, promovendo crescimento e dinamismo. Nas economias em desenvolvimento, o excedente é transferido para os países avançados devido ao poder monopólico das multinacionais, ou gasto com a aquisição de bens de luxo pelas elites nacionais. O resultado é a queda dos investimentos, via remessas de

lucros pelas multinacionais para os países de origem, gerando estagnação e dando forma ao chamado capitalismo dependente (SZIRMAI, 2005). Portanto, para a interpretação marxista da dependência, o subdesenvolvimento é visto como um resultado natural da expansão do sistema capitalista.

Ambos os autores criticam a teoria estruturalista da CEPAL e de Prebisch, afirmando que esta interpretação leva a uma visão limitada das relações de dependência, dando atenção somente às relações externas. Em sua crítica à teoria estruturalista da dependência, Frank (1980, p. 26) afirma que “[...] obtiveram uma imagem meramente superficial de alguns sintomas de dependência, os quais desviam nossa atenção da natureza ou das causas internas fundamentais da ‘dependência externa’”.

Theotônio dos Santos define a relação de dependência:

By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. The relation of interdependence between two or more economies, and between these and world trade, assumes the form of dependence when some countries (the dominant ones) can expand and can be self-sustaining, while other countries (the dependent ones) can do this only as a reflection of that expansion, which can have either a positive or a negative effect on their immediate development (SANTOS, 1970, p. 231).

Os autores, portanto, consideram não somente os fatores externos, mas também os internos como condicionantes da relação de dependência, e esta é uma das características que diferencia a teoria marxista da estruturalista, pois dá relevância à ideia de que a sociedade dos países periféricos é estruturada em classes que estão em constante conflito, gerando uma sociedade fragmentada. Não consideram somente o Estado, mas a estrutura de classes, o capital internacional, bancos, fazendo uma análise global da sociedade, analisando não só os aspectos econômicos, mas também os culturais e políticos. Para Frank e Santos, as relações de classe são também definidas pelas relações externas, portanto não é possível simplesmente remover essas relações, já que isso demandaria mudanças na estrutura interna da sociedade, em suas relações entre classes (SILVA, 2010; SZIRMAI, 2005).

If dependency defines the internal situation and is structurally linked to it, a country cannot break out of it simply by isolating herself external influence; such action would simply provoke chaos in a society which is of its essence

dependent. The only solution therefore would have to change its internal structure; a course which necessarily leads to confrontation with the existing international structure. (SANTOS², 1973 *apud* THIRLWALL, 2003, p. 285).

Frank, em sua obra, deixa claro que a fragmentação interna citada não significa “sociedade dual”. Dualismo se refere a uma economia em que há um setor urbano moderno capitalista, com alto nível de tecnologia, desenvolvido, monetizado, urbano, e um setor rural, tradicional, com baixa produtividade e com estrutura feudal (SZIRMAI, 2005). Para o autor neomarxista, a fragmentação interna se refere ao fato de que há setores marginais na economia que são marginais justamente por estarem incluídos no processo econômico, e não por serem excluídos dele.

De acordo com Frank:

I believe, on the contrary, that the entire “dual society” thesis is false and that the policy recommendations to which it leads will, if acted upon, serve only to intensify and perpetuate the very conditions of underdevelopment they are supposedly designed to remedy. (FRANK, 1970, p.6).

Assim, o autor critica o tipo de política econômica que afirma que o desenvolvimento deve ser difundido do setor avançado para o tradicional, e que este deve, progressivamente, ser integrado na economia mundial (FRANK, 1980).

Em *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*:

[...] a ‘exploração’ dos países pobres pelos ricos está ligada, ao mesmo tempo, ao importante fato da ‘penetração’ do modo de produção capitalista nos países dominados e às mudanças de estrutura que os *movimentos do capital* provocam no centro da economia capitalista mundial [...]. Portanto, torna-se necessário considerar cada ‘país’ como constituindo uma formação social caracterizada por uma estrutura específica e, principalmente, pela existência de classes com interesses contraditórios. É essa estrutura que determina o modo de inserção de cada formação social nas relações internacionais de produção. Aqui encontramos novamente essa proposição fundamental: Relações de exploração não podem constituir-se no ‘nível das trocas’; elas precisam, necessariamente, estar enraizadas no nível da produção, sem o qual as trocas não podem renovar-se (BETTELHEIM, *apud* FRANK, 1980, 24).

Para Frank, o desenvolvimento por si só perpetua o subdesenvolvimento dos países satélites, o que chamou de “the development of underdevelopment”.

Santos afirma que as relações de mercado são desiguais devido ao poder de monopólio nas relações de troca, fazendo que o excedente gerado no país

² SANTOS, Theotonio dos. **Underdevelopment in Historical Perspective**. Londres: Penguin Books, v. 1, 1973.

dependente seja remetido ao dominante e devido às relações financeiras baseadas em empréstimos e exportação de capitais, que faz com que os países dominantes recebam juros e lucros. Isso tudo, de acordo com o autor, leva à perda de controle, do país dependente, sobre os fatores produtivos (SANTOS, 1970).

A crítica de Santos é a de que a produção dos países latino-americanos é destinada à exportação, sendo esta determinada pela demanda dos países dominantes, o que faz com que o setor tradicional tenha ainda papel importante na economia periférica. Esse setor tradicional acaba por limitar o desenvolvimento interno por meio da conservação das relações retrógradas de produção e pela manutenção do poder das oligarquias (SANTOS, 1970).

[...] it is possible to understand the limits that this productive system imposes on the growth of the internal markets of these countries. The survival of traditional relations in the countryside is a serious limitation on the size of the market [...] (SANTOS, 1970, p. 235).

Visto isso, o autor cita quatro fatores que fazem com que os países periféricos tenham um restrito mercado interno: a maior parte da renda nacional vem das exportações e essa renda é gasta em insumos para a produção e em bens de luxo; forte exploração da mão de obra, o que limita seu consumo; grande parte desse consumo é devido à economia de subsistência; e a transferência de lucros para o exterior, que limita a possibilidade de investimento interno (SANTOS, 1970).

De acordo com Martins, há um papel cíclico do capital: na fase de expansão, “boom”, este amplia a elasticidade do balanço de pagamentos e promove desenvolvimento tecnológico no país periférico, por sua vez, na crise, fase descendente do ciclo, o capital gera um alto déficit com maior profundidade do que o seu crescimento na fase de ascensão, gerando altos níveis de endividamento externo dos países dependentes (MARTINS, 2011).

Portanto, o autor afirma que o investimento estrangeiro acaba por ter um papel contraditório no que tange o desenvolvimento das economias dependentes, pois ele superexplora a mão de obra e remete lucros para o exterior, o que, juntamente com a deterioração dos termos de troca, limita o desenvolvimento e reforça a situação de dependência.

In reality, we can understand what is happening in the underdeveloped countries only when we see that they develop within the framework for a process of dependent production and reproduction (SANTOS, 1970, p. 235).

Para Santos, a reprodução desse sistema e dessas relações, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes impossibilita-os de alcançar uma situação interna e externa que seja vantajosa, acabando por aumentar a miséria, a exploração, o atraso, gerando déficits no balanço de pagamentos e reforçando a relação de dependência (SANTOS, 1970).

Os autores da vertente neomarxista criticam a visão de que os países subdesenvolvidos de hoje estão passando por um estágio em que os países desenvolvidos passaram tempos atrás, ou seja, de que a economia capitalista é dotada de estágios pelos quais todos os países devem que passar. Frank diz que o passado dos países avançados dos dias atuais não se assemelha em nada ao presente dos países em desenvolvimento. Em uma passagem em *Development of Underdevelopment* ele cita “The now-developed countries were never underdeveloped, though they may have been undeveloped”. (FRANK, 1970, p.5).

Para Frank, a relação centro-periferia, a estrutura do sistema de acumulação capitalista, é dada pela relação metrópole-satélite, onde nações satélites são as nações periféricas que são reduzidas a um estado de dependência e que possuem uma classe local que tem interesse na perpetuação do subdesenvolvimento, a chamada “lumpemburguesia” (BREWER, 1990).

Portanto, para o autor, por a burguesia do país satélite ser também dependente da metrópole, ela não tem condições de fornecer uma alternativa para o desenvolvimento nacional, ela segue seus interesses, que convergem com os da metrópole e perpetuam a relação de dependência..

Frank afirma que:

[...] a dependência não pode ser considerada como uma relação meramente ‘externa’ imposta de fora a todos os latino-americanos e contra a sua vontade, mas que a dependência é igualmente uma condição ‘interna’ e integral da sociedade latino-americana, que determina a burguesia dominante na América Latina, e, por sua vez, é consciente e gostosamente aceita por ela.” (FRANK, 1970, p. 15).

Para Thirlwall:

[...] the system hinges on the collaboration of the governing elite who live in the capital city, who think like and identify with their ex-colonial masters. So poor countries, despite formal political independence, remain locked into an old system of economic dependence that perpetuates underdevelopment. (THIRLWALL, 2003, p. 286).

De acordo com Frank:

[...] each national and local metropolis serves to impose and maintain the monopolistic structure and exploitative relationship of this system [...] as long as it serves the interests of the metropolis which take advantage of this global, national, and local structure to promote their own development and the enrichment of their ruling classes. (FRANK, 1970, p.7).

Em suma, a visão de Andre Gunder Frank e Theotônio dos Santos é a de que a elite dos países periféricos possuem interesses similares aos interesses da metrópole, fazendo persistir a relação de dependência. Afirmam que o subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual todos os países capitalistas devem passar, mas sim o produto natural da expansão mundial desse sistema. Para os autores, a solução é a construção de uma sociedade socialista via eliminação das estruturas capitalistas. Essa ofensiva do movimento popular socialista se daria por meio dos espaços abertos devido aos conflitos gerados pelo capitalismo mundial. (MARTINS, 2011; SILVA, 2010).

3.4 A PERSPECTIVA DE IMMANUEL WALLERSTEIN

O sociólogo norte americano Immanuel Wallerstein, ao contrário de outros autores da dependência, deu início, com seu trabalho intitulado *The Modern World-System*, à análise de um sistema capitalista mundial, onde definiu um sistema em que centro e periferia, fatores interno e externos eram interdependentes, não havendo distinção entre países dependentes e autônomos (ARENTI; FILOMENO, 2007). Afirmava que o sistema social deveria ser visto como um todo, já que os Estados nacionais não eram unidades independentes dentro do sistema (BREWER 1990).

De acordo com Arenti e Filomeno (2007), Wallerstein define o conceito de sistema-mundo como sendo um espaço em que há um conjunto de Estados nacionais, o que chama de sistema interestatal, e uma economia-mundo capitalista, que vai agregando territórios, incorporando-os na reprodução material através de

uma divisão internacional do trabalho, sendo essa última o fator que dá unidade ao sistema. Portanto, as regiões são reunidas de acordo com os interesses do capital, que atua como elo de ligação, criando uma interdependência econômica (ARENTI; FILOMENO, 2007).

Wallerstein, portanto, busca a explicação para as desigualdades regionais dentro de um sistema-mundo, em que há uma divisão internacional do trabalho que gera distribuição de excedente díspar, gerando desigualdades sociais. Ressalta-se que a distribuição desigual é fruto dos interesses dos Estados e fruto do poder monopólico de mercado das multinacionais dos países centrais, não sendo gerada somente pelas trocas desiguais.

De acordo com Arenti e Filomeno a divisão internacional do trabalho é definida pelos Estados nacionais política e economicamente mais poderosos, sendo os Estados “centrais” responsáveis pelas atividades com maior valor agregado. Há, como dizem os autores, “[...] uma força centrípeta de concentração do excedente nas mãos da burguesia do centro, através de mecanismos de troca desigual que tende a dar continuidade à diferenciação entre as regiões” (2007, p. 107).

Entretanto, Wallerstein não considera que centro e periferia sejam opostos, mas que sua relação faça parte da reprodução material dentro da economia mundial, em que países diferentes têm papéis diferentes na cadeia mercantil mundial. Assim como outros teóricos da dependência, o autor afirma que em países periféricos pode haver atividades centrais e periféricas (ARENTI; FILOMENO, 2007).

[...] as partes mais rentáveis do processo produtivo e comercial se concentram nas mãos de uma burguesia estrangeira, vinculada ao centro, coloca o capitalista da periferia numa situação de dualidade e o trabalhador em uma situação de superexploração. O capitalista em atividade periférica e integrado ao sistema mundial é, ao mesmo tempo, explorador e explorado, na medida em que parte do excedente de seus trabalhadores é transferida aos capitalistas do centro. Para garantir uma taxa de lucro compatível com a sua sobrevivência no sistema, deve recorrer à superexploração dos seus trabalhadores [...] (ARENTI; FILOMENO, 2007, p. 112).

De acordo com Santos (1985), Wallerstein coloca uma categoria entre periferia e centro, a chamada semiperiferia, que tem papel na economia mundial como o da classe média no interior de uma sociedade, funcionando como um fator atenuante de conflitos entre os Estados centrais e periféricos. Sem a semiperiferia dentro do sistema mundial, este ficaria muito polarizado e estaria sujeito a revoltas. Dessa forma, a semiperiferia serviria para atenuar as disparidades da economia

mundial, possuindo um caráter estabilizador (BREWER, 1990). Além disso, serviria, também, como fuga para capitais de setores que não são mais centrais nas economias líderes (LIMA, 2007).

O autor ressalta que esse desenvolvimento desigual gera não somente os conflitos entre classes, devido ao excedente transferido dentro de uma nação, como conflitos interestatais, frutos muitas vezes do imperialismo.

Portanto, Wallerstein contribuiu para a teoria marxista da dependência com a introdução de um sistema mundial, em que se deve analisar as relações vistas como fruto de um sistema interestatal, que tem sua unidade baseada na divisão mundial do trabalho. Dessa forma, deve-se pensar as relações entre nações dentro de um contexto global. Wallerstein inseriu em sua análise a semiperiferia, que atua como fator atenuante das polaridades da relação de dependência.

3.5 DEPENDÊNCIA EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO

Os autores estabelecem uma crítica ao assim-chamado processo de substituição de importações (PSI) e ao projeto desenvolvimentista, pois as modificações no sistema produtivo não alterariam a estrutura social nacional, tornando-a autônoma, tanto no campo político quanto econômico. Assim, é feita uma crítica às análises do desenvolvimento que não incluem os fatores sociais e políticos e ao caráter evolucionista da teoria do desenvolvimento. Cardoso e Faletto também dirigem críticas à teoria neomarxista, em relação à metodologia utilizada e pela visão sistêmica das relações de dependência. Em relação à CEPAL, suas críticas se dirigiram ao modelo simplificado utilizado em sua abordagem estruturalista, deixando de lado as questões políticas e sociais (DUARTE; GRACIOLLI, 2007; MANTEGA, 1997).

De acordo com Mantega:

Nesse sentido, o trabalho de Cardoso e Faletto é, antes de mais nada, uma tentativa de superar o reducionismo econômico da CEPAL e da análise estrutural de modo geral, que privilegiava o processo de substituição de importações e contentava-se com as relações comerciais (ou a deterioração dos termos de intercâmbio), em vez de fazer uma análise em profundidade da estrutura de dominação, que já contém os laços com o capital estrangeiro. (MANTEGA, 1997, p. 44).

Em relação à situação de dependência:

A dependência encontra assim não só “expressão interna” mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma “variável externa”, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes. (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 31).

Cardoso e Faletto dão importância central para a política, pois essa seria o meio pelo qual é realizada a subordinação de interesses entre classes, buscando a “imposição” de um modelo de produção e acumulação.

Para Cardoso e Faletto não se deve considerar a dependência apenas como uma variável externa, tendo que se analisar, concomitantemente, o sistema de relações entre diferentes classes sociais. O desenvolvimento é visto como um processo social, de entraves e imposição de interesses entre as classes. A dependência se dá na esfera política.

Para os autores, a política, a reestruturação das relações sociais no interior da economia daria início a modificações nas relações de dependência.

O principal problema que se coloca consiste em explicar claramente a natureza e as vinculações deste duplo movimento: um, de crise no sistema interno de dominação anterior e o esforço conseqüente de reorganização política, e o outro, de transformação do tipo de relação entre a economia interna e os centros hegemônicos do mercado mundial. (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 114).

Para Cardoso e Faletto, o processo de desenvolvimento se daria por meio da conjugação do capital privado nacional, capital internacional e o Estado. Além disso, a integração entre centro e periferia se daria por meio das relações entre burguesia interna e externa, o que, evidentemente, faria com que os interesses do capital internacional se sobrepusessem sobre os interesses nacionais. Portanto, o processo de desenvolvimento seria dependente e associado (PEREIRA, 2011).

[...] as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado para fora, isto é, para capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança radical para o socialismo (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 120).

Em Dependência e Desenvolvimento da América Latina:

As transformações a que nos referimos se manifestam mediante uma reorientação na luta dos interesses internos e a redefinição da vinculação centro-periferia. Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 115).

Os autores afirmam que o modelo de desenvolvimento será socialmente excludente, pois tende a concentrar a renda nas mãos dos grupos que conseguirem promover seus interesses, o que é próprio da dinâmica do capitalismo.

A abordagem de Cardoso e Faletto é muito criticada pela abordagem marxista. Os críticos afirmam que suas soluções para o desenvolvimento do capitalismo na América Latina tendem a perpetuar a situação de dependência e a ampliar as disparidades sociais.

3.6 AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E O PADRÃO DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA

Apesar das críticas às abordagens da dependência, muitos aspectos ressaltados pelos teóricos são observados nas relações atuais entre Brasil e China.

Com o crescimento do comércio sino-latino-americano, principalmente com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, as relações entre a América Latina e a China se estreitaram. Em 2009, o país asiático tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os Estados Unidos.

A partir da crise de 2008, a política chinesa direcionou-se fortemente à diversificação de mercados, aumentando sua participação na América Latina e África, com interesse tanto no mercado consumidor, quanto nos recursos naturais necessários para a sustentabilidade do crescimento de sua economia, que possui 1,3 bilhão de habitantes.

Sabe-se que o aumento do IED chinês no Brasil, assim como sua demanda por *commodities*, principalmente após a crise nos Estados Unidos de 2008, ajudou a amenizar os efeitos da crise para o Brasil, principalmente devido ao seu efeito positivo sobre os preços. Entretanto, é de conhecimento de todos que a especialização na produção de produtos primários leva a níveis mais baixos de crescimento no longo prazo, assim como problemas com distribuição de renda. Por

sua vez, quando a indústria é responsável pela dinâmica do crescimento, ela tende a gerar um crescimento mais sustentável, gerando mudanças na estrutura de produção da economia (CUNHA *et al.*, 2012).

De acordo com dados do MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro, em 2001 as exportações brasileiras para o país asiático foram, em US\$ FOB, 1,9 bilhões. Dentro desse total, 60,72% eram de produtos básicos, 14,42% de semimanufaturados e 40,18% de manufaturados. Em 2012, o total das exportações alcançou o montante, em US\$ FOB, de 41,2 bilhões, crescimento de 2.167,45% em relação a 2001, e a distribuição se deu em 82,83% de produtos básicos, 11,33% de semimanufaturados e 5,76% de manufaturados.

Sua corrente de comércio, que representa a soma das exportações e importações, era de 3,2 bilhões US\$ FOB em 2001, e de 75,4 bilhões, também em US\$ FOB, em 2012. Entre os produtos mais exportados em 2012, constam: minérios de ferro, soja, óleos brutos de petróleo e açúcar. Por sua vez, os mais importados são: materiais para televisores, telefones e tela para microcomputadores. Em 2001 as exportações brasileiras para a China representavam 3,26% do total exportado, em 2012 esse número subiu para 17%.

O aumento dos preços dos produtos primários nos últimos anos, principalmente devido ao aquecimento da demanda, fez com que a exportação desses produtos crescesse sua participação no PIB brasileiro, em contraste com a queda do valor adicionado pela indústria. Pesquisadores pessimistas observam a demanda chinesa por produtos primários como um fator que atrairá recursos para a exportação de *commodities*, retomando a velha relação de dependência Norte-Sul, tratada por Prebisch (1949), ou seja, o efeito nocivo da China seria a perda de mercado pelos produtos brasileiros, a queda da participação da indústria no produto nacional – setor dinâmico do crescimento de longo prazo-, e a retomada da condição de país primário-exportador – posição muito criticada devido à baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários.

Observa-se, portanto, sinais de reprimarização das exportações brasileiras. Esse padrão de comércio se torna prejudicial à economia brasileira, já que os produtos primários possuem uma tendência de deterioração dos termos de troca no longo prazo. De acordo Prebisch (1949), esse padrão tende a criar déficits no balanço de pagamentos, gerando endividamento externo e limitando a capacidade de investimento e desenvolvimento.

Além disso, outro fator importante é a situação de dependência, que limita o crescimento do país periférico ao do central. Isso pode ser visto por meio da correlação de ciclos entre os dois países. Um teste realizado por Cunha, Lélis e Bichara mostra que há sincronização dos ciclos de negócios entre Brasil e China. O ciclo brasileiro está cada vez mais relacionado ao ciclo da China do que ao dos Estados Unidos. Isso pode ser explicado pelo aumento da participação da China no comércio internacional brasileiro. Entretanto, foi observado que a dinâmica de crescimento da China não se mostrou tão afetada pelo ciclo de negócios internacional devido a sua estratégia de diversificação de mercados. Há, portanto, uma regressão qualitativa na pauta exportadora brasileira para a China, passando esta última a exportar produtos com maior intensidade tecnológica no comércio bilateral, e uma maior relação de dependência da economia brasileira frente à chinesa (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

Verifica-se, concomitantemente, um processo perda de participação da indústria no PIB e emprego total da economia. Isso é resultado de um possível processo de desindustrialização, que é caracterizado pela queda de participação da indústria como setor dinâmico do crescimento.

Há além disso, a chamada desindustrialização precoce, que ocorre quando o fenômeno da desindustrialização é causado pela “doença holandesa”, fenômeno que ocorre quando um país tem abundância em certo recurso natural que resulta na queda de competitividade da indústria devido à apreciação cambial. A desindustrialização precoce acontece quando a indústria nacional ainda não atingiu sua maturidade (FEIJÓ; OREIRO, 2010).

A questão sobre doença holandesa é muito debatida nos dias de hoje, devido à grande demanda por *commodities* e a melhora dos termos de troca experimentado nos últimos anos. Essa melhora pode gerar um desvio do fluxo de investimentos da indústria para a produção primária. A consequente apreciação cambial faz com que a competitividade industrial caia, principalmente contra os produtos chineses, que chegam ao mercado com preços mais acessíveis tanto por causa de seus baixos custos, quanto por sua moeda fortemente desvalorizada.

Portanto, observa-se que, mesmo com incentivos do comércio gerados pela China, proporcionando forte aumento da demanda por exportações de primários, o comércio bilateral Brasil-China gera uma relação centro-periferia, que pode, no futuro, limitar o crescimento e desenvolvimento do país caso não sejam realizadas

políticas por parte do Estado a fim de incentivar a indústria nacional, fazendo esta se adaptar à nova realidade que se impõe no comércio internacional.

4 CHINA: UM POUCO DE HISTÓRIA

Nos últimos anos, a atenção dos pesquisadores direcionou-se ao continente asiático no intuito de investigar os fatores que proporcionaram, não só o alto crescimento dos países daquela região, mas o “milagre econômico” chinês, que já dura cerca de trinta anos e que não se sabe, ao certo, quando chegará ao seu limite. O país, que até então possuía baixo grau de interação política e comercial com o mundo capitalista, na segunda metade do século XX abriu suas portas e começou a desfrutar de grandes fluxos de entrada de capital internacional, lançando-se em um ritmo de crescimento extraordinário e se tornando a segunda maior economia mundial.

A China, enquanto império, chegou a ser uma das grandes das potências mundiais. Seu apogeu se deu na dinastia Song (960-1279), desfrutando de fortes avanços nas esferas tecnológica, econômica e cultural. A partir de uma sequência de derrotas militares, como nas Guerras do Ópio, e no enfrentamento de vizinhos como o Japão, na dinastia Qing (1644-1912), o Império entrou em uma época de forte instabilidade e declínio econômico, o que culminou na proclamação da República Popular da China e o crescente fechamento do país ao comércio internacional. Com a subida de Mao Tse-Tung ao poder, iniciou-se um período de forte repressão política, reformas na agricultura e investimentos na indústria pesada. A partir de 1978, após a morte de Mao, e com a subida de Deng Xiaoping ao poder, a China passou por um processo de grandes reformas, abrindo gradualmente sua economia e transformando seu modelo de crescimento.

A partir das mudanças implantadas, a China tornou-se um dos principais motores do crescimento mundial, tanto por sua ampla demanda por *commodities* e tecnologia, quanto por sua grande oferta de produtos manufaturados. A economia chinesa cresceu, em média, 10% a.a. no período, contando com um alto nível de poupança interna, que possibilitou a grande participação do investimento no produto nacional. A orientação da economia chinesa passou para os mercados internacionais, aumentando consideravelmente suas receitas de exportações, principalmente de produtos manufaturados, tanto por causa seu câmbio desvalorizado, quanto por suas vantagens de custos. Hoje, o gigante asiático é um dos principais destinos do Investimento Estangeiro Direto mundial, principalmente

por seus incentivos fiscais e subsídios à produção, contando com grande oferta de mão de obra a baixos salários.

Visto isso, o presente capítulo busca esboçar o caminho percorrido pela China, recapitulando, brevemente, os principais acontecimentos do período imperial à morte de Mao Tse-Tung, focando as mudanças geradas pelas reformas de Deng Xiaoping e a trajetória da economia até os dias atuais.

4.1 DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Antes da influência europeia no oriente, a China desenvolvia-se quase que isoladamente, não tendo que enfrentar concorrência de outras nações. Os chineses possuíam uma visão sinocêntrica, em que seu papel era o de governar pacificamente seu país e as regiões vizinhas (PINTO, 2005).

O Império do Centro possuía uma alta organização política e social, alto grau de desenvolvimento cultural e um papel centralizador, mas não dominante, frente às regiões vizinhas. Esse tipo de relacionamento tinha como objetivo estabilizar as relações com essas regiões, promovendo uma convivência harmoniosa (PINTO, 2005).

A hegemonia do Império chinês começou a ser abalada com a vinda dos europeus ao oriente, principalmente com a chegada dos holandeses e ingleses ao território, mais intensamente nos séculos XVIII e XIX. As nações europeias mostravam-se bem desenvolvidas e afetaram o sinocentrismo que dominava a região, fazendo com que aos poucos cessassem “[...] as relações de vassalagem e o sentido de proteção até então garantido pela China” (PINTO, 2005, p. 76).

De acordo com Xiaodong Zhu, estima-se que o PIB *per capita* chinês tenha estagnado entre 1500 e 1800, período em que o Império do Meio acabou perdendo sua liderança para as economias do ocidente (ZHU, 2012).

Nesse contexto, há duas visões sobre a decadência chinesa: a primeira afirma que o Império Chinês entrou em declínio antes da Revolução Industrial, devido à orientação mais interna da dinastia Ming e Qing (esta última também conhecida como Manchu); a segunda afirma que a Revolução Industrial foi o marco que iniciou um período de forte crescimento das economias ocidentais, ou seja, com o advento da Revolução Industrial e com o desenvolvimento do capitalismo, a China com sua economia relativamente fechada ao comércio exterior não conseguiu

acompanhar o desenvolvimento das principais economias emergentes, perdendo participação na economia mundial (ZHU, 2012; CUNHA, 2011).

Na década de 1830, a China viu grande parte de sua prata ser utilizada para a importação do ópio, que era produzido na Índia e levado para a China por meio de *traders* árabes e britânicos, gerando uma forte valorização cambial prata/cobre. Além de um problema puramente monetário, o ópio se tornou um problema social e econômico, destruindo famílias e demandando grandes extensões de terras para sua produção. Em 1839, iniciou-se a Primeira Guerra do Ópio entre China e Inglaterra, que teve como motivo a proibição do comércio do ópio dentro do território chinês. O resultado foi a perda de Hong Kong para os ingleses, a abertura de cinco portos para a Inglaterra e a liberação do comércio por meio do Tratado de Nanquim. O Império chinês ainda acumulou outras perdas com a Segunda Guerra do Ópio e com a Primeira Guerra Sino-japonesa, perdendo Taiwan para o Japão (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

A forte estagnação e a fragilidade do país fizeram com que se iniciasse um movimento nacionalista de proclamação da República. Em 1911, com a Revolução Nacionalista, foi derrubada a dinastia Qing e proclamada a República. Com o final da Guerra Civil Chinesa, após confrontos entre facções comunistas e nacionalistas, os comunistas tomaram o poder e, em 01 de outubro de 1949, constituíram a República Popular da China, tendo como líder Mao Tse-Tung (LEÃO, 2010).

4.2 DE MAO À DENG XIAOPING

O período de 1950 a 1957 foi de grandes investimentos na reconstrução do país e nas forças armadas, já que a criação da RPC se deu por uma guerra civil no final da 2ª GM, no contexto da Guerra da Coréia e pouco antes da Guerra Fria (LEÃO, 2010).

Em 1950, a RPC aliou-se à URSS e contou com seu apoio na reconstrução do país através do crédito de longo prazo, assim como pelo auxílio na concretização de diversos projetos. Em 1953, foi lançado o 1º Plano Quinquenal (1953-1957), que concentrava recursos na indústria de base e buscava a coletivização da agricultura. Em 1960, a China se afastou do bloco socialista, devido primeiramente às indefinições por parte da URSS após a morte de Stalin, devido ao medo da relação

de dependência e ao revisionismo, principalmente a partir das críticas de Kruchev (LEÃO, 2010).

Para Xiaodong Zhu o processo de industrialização chinês se intensificou em 1950, após o estabelecimento da RPC. De acordo com o autor, o crescimento do país, principalmente antes das reformas de 1978, foi mais liderado por investimentos em capital e grande absorção de mão de obra do que por ganho de produtividade (ZHU, 2012).

A RPC lançou o projeto chamado Grande Salto Adiante (1958-1960), que tornava a China cada vez mais fechada e buscava independência política e militar. Houve um processo de coletivização dos meios de produção e a criação das comunas. O lema era alcançar o nível de desenvolvimento da Grã-Bretanha em quinze anos. No intuito de criar oferta interna e reduzir as importações, houve forte desvio de recursos do setor agrícola para o industrial, principalmente para o setor siderúrgico, através da redução da possibilidade de consumo dos produtores agrícolas via diminuição dos preços administrados. Foram criadas, também, taxas altas para os agricultores que quisessem sair da zona rural, assim como a posterior proibição da mobilidade. Isso tudo gerou queda de produtividade agrícola, potencializada por problemas climáticos e pelo início dos pagamentos dos empréstimos soviéticos, tornando a produção insuficiente para atender as necessidades da população, gerando uma crise de oferta de alimentos, espalhando a fome sobre a população e tirando a vida de milhões de chineses. Essa tragédia ficou conhecida como “Os Três Anos de Desastes Naturais”. (LEÃO, 2010; ZHU, 2012; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Em 1966, houve a Grande Revolução Cultural Proletária, que foi um projeto político lançado por Mao para neutralizar a oposição, principalmente após o fracasso do Grande Salto Adiante, e que se transformou em um processo de perseguição política e violência, durando até a morte de Mao em 1976. De acordo com Fairbank e Goldman (2006, p. 402): “[...] the Cultural Revolution is now understood not as a pursuit of abstract ideals but as an unprecedented wave of state-instigated persecution, torture, gang-warfare and mindless violence”.

Após a morte de Mao, Deng Xiaoping aliou-se à Hua Guofeng, que era o então *premier*, venceu a competição pelo poder contra o “Bando dos Quatro” e tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Vice-Presidente do Partido Comunista Chinês. (FAIRBANK; GOLMAN, 2006).

4.3 DAS REFORMAS AOS DIAS ATUAIS

Em 1978, Deng dá início ao plano apelidado de Quatro Grandes Modernizações, que fora arquitetado por Chou En-lai, alterando a estrutura agrária, industrial, da defesa nacional e da ciência e tecnologia. Deng propunha reformas na agricultura, a fim de aumentar a produtividade; investimentos na indústria de bens de consumo, desviando os recursos militares e da indústria pesada; aumento das exportações e mudança da política externa (LEÃO, 2010).

O período pós-1978 é visto como um período de forte crescimento real do PIB, assim como do PIB *per capita*, melhorias na condição de vida da população, com a queda dos níveis de pobreza, maior participação no comércio internacional - tanto pelo aumento das importações, quanto pela expansão de suas exportações- e pelo forte fluxo de entrada de IED, representando cerca de 40% dos investimentos destinados a países de média e baixa renda. (DORRUCCI; PULA; SANTA BÁRBARA, 2013).

Em 1979, foi implantado o sistema de “contrato de responsabilidade”, extinguindo a clássica reforma agrária e a comuna popular, mudando a redistribuição de terras e assegurando os preços dos produtos agrícolas, melhorando os lucros e aumentando a produção interna a fim de abastecer a forte demanda da imensa população. Na indústria, tanto proprietários como funcionários passaram a possuir metas de produção (OLIVEIRA, 1990).

O contrato de responsabilidade fazia com que o agricultor assumisse a responsabilidade pela produção, produzindo vários produtos agropecuários, reduzindo os controles rígidos por parte do Estado. O governo central ficava responsável pela infraestrutura, por máquinas e equipamentos necessários à produção e o agricultor dava em troca parte da produção que era direcionada a zonas carentes. O saldo ficava com o agricultor que poderia comercializá-lo a preços de mercado. O resultado foi a expansão da taxa de crescimento da produção acima da taxa de crescimento populacional, além do aumento da renda *per capita* e do consumo interno (OLIVEIRA, 1990).

Em 1979, a China, liderada por Deng Xiaoping, começa um processo de abertura gradual no intuito de atrair capitais estrangeiros, aumentar a produtividade, melhorar a condição de vida da população e retomar sua posição de “liderança” na economia mundial. Isso se daria por meio da rejeição do modelo Stalinista de

crescimento, de coletivização da agricultura e do investimento na indústria pesada, e pela implantação de um modelo de crescimento mais igualitário dos setores, o que foi proposto no Sexto Plano Quinquenal de 1982 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Seguindo a política das “portas abertas”, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), sendo elas Shantou; Hainan; Shenzhen, próxima a Hong Kong; Zhuhai, junto à Macau e Xiamen, próxima a Taiwan. A intenção da criação dessas zonas seria a atração de capital externo, transferência de tecnologia, promoção das exportações, abastecimento da crescente demanda e absorção de métodos de administração, trazendo progresso e modernização para o país (OLIVEIRA, 1990).

De acordo com Fairbank e Goldman, a criação das ZEEs foi um importantíssimo passo à abertura da economia chinesa ao mercado externo, desenvolvendo a economia, aumentando investimentos e demanda por mão de obra e elevando o nível de vida da população urbana. Já no final da década de 1980, Hong Kong e Taiwan começaram a transferir sua indústria para a China no intuito de desfrutar dos baixos custos de produção. Na década de 1990, a indústria chinesa começou a produção de bens-duráveis mais sofisticados, como computadores, máquinas, entre outros (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

De acordo com Nonnberg (2010, p. 204) houve a “criação de *clusters*, com *spillovers* positivos”, ou seja, vazamentos de conhecimentos através da troca de experiência, *learning by doing*, entre outros. A concentração industrial nessas áreas gerou economias externas, como a oferta de mão de obra, que se deslocou das zonas rurais para as urbanas sendo contratada a salários baixos. Além disso, por ser o país mais populoso do mundo, a China passou a desfrutar de grandes ganhos de economias de escala, que reduziu ainda mais o baixo custo de produção.

A liberalização do comércio exterior, assim como a criação das ZEEs fez com que o país atraísse, cada vez mais, Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) através de multinacionais que se instalavam no país, começando pelas ZEEs e se espalhando, posteriormente, por toda a costa chinesa. Juntamente a isso, em contrapartida a todos os benefícios recebidos pelas empresas que lá se instalavam, eram exigidas transferências tecnológicas ou investimentos em P&D a fim de desenvolver o conteúdo tecnológico das exportações chinesas (NONNENBERG, 2010).

Em 1985, criou-se um desequilíbrio econômico devido ao sistema de preços. Como as empresas estatais podiam vender o excedente da produção a preços de

mercado e o país vinha crescendo num ritmo acelerado, com abundância de crédito, gerou-se um grande processo inflacionário devido à alta demanda. Além disso, por causa do forte aumento dos preços, as empresas acabaram por vender, a preços flutuantes, parte da produção que era destinada à venda por preços tabelados. As grandes receitas adquiridas acabavam sendo desviadas e não retornavam ao Estado. Além disso, os administradores das estatais, em época de fim de mandato, aumentavam fortemente os investimentos em projetos não viáveis, gerando ineficiência alocativa e aumento da inflação (LEÃO, 2010).

No intuito de impedir que a China se transformasse em um centro de montagem de produtos com baixa intensidade tecnológica, em 1987 o governo passou a oferecer melhores condições aos investimentos de risco, através da implementação das *Disposições Destinadas a Estimular o Investimento Estrangeiro*, no intuito de estimular investimentos com maior intensidade tecnológica voltados à exportação (OLIVEIRA, 1990).

Em relação ao investimento direto estrangeiro, este teve inicialmente um padrão oscilatório entre os anos, assim como grandes índices de investimentos contratados, mas não efetivados. Em 1987, foram constituídas 461 *joint ventures* e 264 cooperativas mistas. Cabe ressaltar que, inicialmente, as *joint ventures* deveriam ser comandadas, majoritariamente, pelo capital chinês, tanto privado quanto público (OLIVEIRA, 1995; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

O grande feito da década de 1990 foi a gradual privatização das empresas estatais, que ganhou força, em 1997, com a venda de grande parte delas para o capital privado- sistema chamado de “*public ownership*” - mantendo-se o Estado apenas com o monopólio de indústrias-chave, como recursos naturais, energia, recursos militares, entre outras. Houve também maior mobilidade permitida às pessoas do campo, que podiam ir aos centros urbanos, mas ainda deviam conseguir permissão para poderem morar definitivamente nas grandes cidades (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Em 2001, a China deu um grande passo para sua integração internacional. Após uma série de medidas estabelecidas, como a nivelção de incentivos tributários, liberalizações financeiras, maior participação de capital estrangeiro na economia chinesa, a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde então, a economia chinesa experimentou um crescimento gigantesco de sua

participação na importância dos fluxos de capitais mundial (CUNHA *et al.*, 2011; NONNENBERG, 2010; ZHU, 2012).

No Sudeste Asiático, a China substituiu o Japão e se tornou a nova fonte de dinamismo da região, importando grandes quantidades de produtos com maior intensidade tecnológica- no intuito de desenvolver sua indústria e, por conseguinte, sua pauta exportadora-, e de recursos naturais, principalmente dos países pertencentes à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

A partir da crise financeira de 2008, a política chinesa direcionou-se fortemente à diversificação de mercados, aumentando sua participação na América Latina e África, com interesse tanto no mercado consumidor, quanto nos recursos naturais necessários para a sustentabilidade do crescimento da economia (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

Em 2009, enquanto a maioria dos países enfrentava dificuldades devido à crise, a China continuava crescendo a uma taxa de 9% e consolidava sua posição como uma das maiores economias do mundo. A manutenção desse crescimento teve como causa um enorme conjunto de medidas de estímulo econômico que foram acompanhadas de grande expansão creditícia e de investimentos governamentais (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL, 2010).

No mesmo ano, a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o maior parceiro comercial brasileiro, principalmente pelo seu grande nível de importações, predominantemente *commodities*, como soja e minério de ferro, e exportações de aparelhos de telefonia, televisores e microcomputadores. Fica clara, portanto, a estratégia chinesa de crescente participação dos produtos chineses no mercado latino-americano, principalmente no Brasil, Argentina, Chile e Panamá (CUNHA *et al.*, 2011; CEPAL, 2012d).

Hoje, o país é o motor do crescimento mundial. Contribuiu com 28% do crescimento do PIB mundial na última década e cria um forte mercado consumidor para os produtos primários latino-americanos (CEPAL, 2012c).

Em relação ao incrível desempenho da economia chinesa nos últimos trinta anos, Nonnenberg afirma que não se pode considerar apenas um fator como sendo o único responsável pela dinâmica do crescimento da economia chinesa nas últimas décadas, mas sim que há de se considerar um conjunto de fatores e políticas que

proporcionaram um ambiente favorável ao desenvolvimento da nação (NONNENBERG, 2010).

Para o autor, houve uma série de políticas que foram favoráveis para a maior dinamização do processo de crescimento. As principais foram: a liberação do sistema de preços e do comércio exterior, com a consequente criação das ZEEs; a existência de grande oferta de mão de obra a baixos salários; a ausência de proteção à propriedade intelectual; o tamanho do contingente populacional; o crescimento do IDE e políticas de incentivo à transmissão de tecnologia.

Estudos afirmam que apesar do investimento e do comércio exterior terem grande participação no crescimento econômico chinês, há também grande participação do crescimento da produtividade, principalmente após as reformas. Apesar das questões debatidas hoje sobre as mudanças necessárias no atual modelo de desenvolvimento do país asiático, os autores acreditam que o crescimento chinês não chegou ao seu limite, devido à possibilidade de aumento de produtividade e ao fato de que, de acordo com os autores, a economia não atingiu o Lewis Turning Point (LTP) (ZHU, 2010; DORRUCCI; PULA; SANTABÁRBARA, 2013).

De acordo com Xiaodong Zhu, na China do período pós-reforma houve forte aumento na produtividade dos fatores, tanto no setor agrícola quanto nos setores não-estatais. Estima-se que, entre 1978 e 2007, a taxa de crescimento médio do TFP (total factor productivity) foi de, respectivamente, 4,01% e 3,91% em cada setor. O indicador para o setor estatal teve menor crescimento antes de 1998; após, cresceu à taxa de 5,5% ao ano (ZHU, 2010).

Dorrucci, Pula e Santabárbara compartilham da visão de que o crescimento chinês é sustentado pelo alto acúmulo de capital, pelo forte aumento da produtividade do trabalho, que é reflexo da absorção do excedente de mão de obra rural pela indústria, e pela alta produtividade total dos fatores (DORRUCCI; PULA; SANTABÁRBARA, 2013).

Em 2011, momento em que ficou clara a necessidade de um rearranjo do modelo de crescimento chinês no sentido de maior participação do consumo interno no PIB, a China lançou seu 12º Plano Quinquenal (2011-2015), que de acordo com o World Bank (2011*) engloba os seguintes pontos principais:

* Documento eletrônico não paginado.

- a) Maintaining stable and fast economic growth, with focus on price stabilization, more job creation, improved balance of payment, and higher quality of growth.
- b) Achieving major progress in economic restructuring, with higher share of household consumption and the service sector, further urbanization, more balanced rural-urban development, lower energy intensity and carbon emissions, and better environment.
- c) Increasing people's incomes, reducing poverty and improving the living standards and quality of life.
- d) Expanding access to basic public services, increasing the educational level of the population, developing a sound legal system, and ensuring a stable and harmonious society.
- e) Deepening the reforms in the fiscal, financial, pricing and other key sectors, changing the role of the state, improving governance and efficiency, and further integrating into the world economy.

Em pronunciamento do Diretor Geral da OMC em Pequim, em março de 2013, foi dito:

Few could possibly disagree that China's economic performance since 1979 has been miraculous. A poor and inward-looking economy with a per capita income of 180 USD has been transformed into a middle-income country with a GDP per capita of around six thousand dollars. Hundreds of millions of people have been lifted out of poverty. No other country has achieved an average of 10 per cent growth over such a long period of 30 years. The world has clearly benefited from China's growth, its affluence, its strength and of course, it is feeling its increasing global impact. (LAMY, 2013*).

O diretor ainda afirmou que:

In today's globalised world, where countries are so closely interconnected, China cannot solve its problems alone. China's problems are no longer China's only. A large proportion of Chinese economic activities and production are intertwined with those of other trading partners, thanks to value chains. (LAMY, 2013*).

Observa-se, portanto, que o aumento da intensidade de comércio entre China e América Latina, principalmente entre Brasil e China, país mais industrializado da região, gera cada vez maior convergência de ciclos, estando os países latino-americanos cada vez mais dependentes do crescimento chinês, principalmente com a queda da participação dos Estados Unidos nos fluxos comerciais. Essa maior aproximação entre o gigante asiático e a América Latina remete a uma relação centro-periferia, que tem como causa o forte mercado consumidor latino-americano, principalmente de produtos manufaturados, assim como fonte de matérias-primas.

* Documento eletrônico não paginado.

Nas últimas três décadas, o país asiático experimentou um crescimento médio de 10% a.a., milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza, houve forte urbanização, assim como grande êxodo rural. O crescimento foi sustentado pelo grande nível de investimentos, que é possibilitado pela alta taxa de poupança nacional. Houve acumulação espantosa de reservas cambiais e incrível aumento da intensidade de comércio da China com o mundo.

Debate-se, hoje, sobre o esgotamento do modelo de crescimento da gigante economia asiática e quando ele irá acontecer. Não há respostas precisas para isso, mas apesar dos questionamentos sobre a implantação efetivas das políticas de redirecionamento do modelo, fica evidente, pelo Sexto Plano Quinquenal, a conscientização e busca do Governo Central por um crescimento mais sustentável, em direção ao maior consumo da população, com a criação de emprego e a consequente melhoria da qualidade de vida.

4.4 A CHINA E O MERCADO LATINO-AMERICANO

Com a entrada da China para a OMC, sua intensidade de comércio com o mundo cresceu fortemente, elevando a presença de seus produtos no lado ocidental do globo. Em decorrência das crises que atingiram fortemente Estados Unidos e União Européia, a China aprofundou seu processo de busca por novos mercados consumidores, aumentando sua participação na África do Sul e América do Sul.

No que tange à América do Sul, a China tem o Brasil como seu principal parceiro comercial, este sendo grande fornecedor de *commodities*, como soja, óleos e minérios, assim como um grande consumidor de produtos manufaturados chineses.

Apesar da melhoria nas transações correntes devido às exportações para o gigante asiático, um fator importante a ser analisado é a competitividade dos produtos chineses nos países do continente latino-americano, que representam grande parte do mercado consumidor dos produtos brasileiros. O crescimento da participação dos manufaturados chineses nas importações desses países se torna uma ameaça aos produtos brasileiros na região, sofrendo com a competição e perda de mercado para as exportações asiáticas, que contam com isenções fiscais do governo, subsídios e baixa remuneração da mão de obra.

Ao contrário de países como Brasil e México, que sofrem com a competição pelo mercado consumidor, os países latino-americanos não industrializados aproveitam o aumento dos preços e a crescente demanda chinesa por *commodities* para aumentarem o saldo de suas balanças comerciais. De acordo com Cunha, Lélis e Bichara, (2012, p. 224) “[...] a situação brasileira sugere a ocorrência dos dois efeitos, isto é, o estímulo aos setores que se beneficiam da demanda chinesa por recursos naturais e a pressão competitiva na indústria”.

Essas duas consequências do efeito-china geram a necessidade de se ponderar os ganhos e perdas da aproximação chinesa no continente, para que possam ser aplicadas as medidas necessárias para evitar uma reprimarização da economia brasileira. Essa especialização regressiva brasileira faz com que o setor dinâmico do crescimento passe novamente a ser o setor primário, o que é muito criticado pelos autores da dependência. A baixa elasticidade-renda da demanda, a alta flutuação dos preços e o baixo valor agregado dos produtos aprofunda cada vez mais a relação de dependência do Brasil, no caso, com a China. Esta última, apesar do aumento da intensidade tecnológica de suas exportações, especializou sua produção em produtos que utilizem grande quantidade de mão de obra, seu fator relativo abundante, usufruindo de vantagens comparativas de custos e exportando seus produtos a preços baixos.

Gallagher e Porzecanski deixam claro o cuidado que os países latino-americanos devem ter com o aumento dos preços das *commodities* frente à especialização oportuna, porém retrógrada, de alguns países nesses produtos: “High prices for commodities are another matter however. Most forecasts estimate that recent commodity boom was fairly unique and may last longer than those in the past-but not forever” (GALLAGHER; PORZECANSKI, 2009, p.13).

Sobre as possíveis consequências da presença chinesa nos mercados latino-americanos, analistas dividem-se entre otimistas e pessimistas com relação ao Efeito-China no desempenho da economia brasileira.

Os otimistas veem a demanda chinesa como uma nova fonte de dinamismo do crescimento, com poder de alavancar os setores primário-exportadores, possibilitando que o país saísse de um estado de semiestagnação, que vive desde a década perdida. Por sua vez, os pessimistas observam a demanda chinesa por produtos primários como um fator que atrairá recursos para a exportação de *commodities*, retomando a velha relação de dependência Norte-Sul, tratada por

Prebisch (1949), ou seja, o efeito nocivo da China seria a perda de mercado pelos produtos brasileiros, a queda da participação da indústria no produto nacional – setor dinâmico do crescimento de longo prazo –, e a retomada da condição de país primário-exportador – posição muito criticada devido à baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários (CUNHA *et al.*, 2011).

No Brasil, o fraco desempenho da indústria em 2012 faz com que a classe empresarial passe a reivindicar por políticas de proteção, já que esta vem perdendo participação na produção total brasileira. Isso ocorre juntamente com a tendência de aumento das exportações dos produtos chineses a preços mais competitivos tanto na economia nacional, quanto nos países “vizinhos” da América Latina, deslocando tanto importações procedentes do resto do mundo, quanto à produção local (CEPAL, 2012c).

Em relação à competitividade, uma pesquisa feita pela King & Spalding, por encomenda da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que a China possui cerca de três mil tipos diferentes de subsídios, que variam de província para província, setor para setor e até de empresa para empresa, como no caso do setor têxtil. Segundo o estudo, há cerca de cem programas de auxílio em cada uma das vinte e duas províncias e das onze regiões autônomas. De todos os subsídios, Pequim reconhece apenas noventa e três tipos, todos dentro das exigências da OMC (LANDIM, 2013).

Visto isso, fica claro que o Brasil possui novos desafios pela frente, devendo o governo adotar políticas que façam com que se possa aproveitar a presença chinesa sem que isso resulte em problemas futuros para a economia. De acordo com Jenkins e Barbosa (2012, p. 81), “[...] there is no reason why, with appropriate policies and institutions, it (Brazil) cannot meet these challenges and develop a new dynamic pattern of development”.

Portanto, o principal desafio, hoje, é identificar uma via de crescimento sustentável, a longo prazo, conjugado com a crescente presença chinesa na América Latina. O governo deve implantar políticas que tornem a produção industrial nacional mais competitiva no mercado internacional, aumentando a produtividade e melhorando a posição destas indústrias em sua disputa pelos mercados latino-americanos.

Há de se ponderar os potenciais benefícios e ameaças econômicas da relação sino-latino-americana para o Brasil, assim como de sua relação bilateral com

o país asiático. É evidente a crescente integração entre os dois países e a importância chinesa para a balança comercial brasileira. Não obstante, a perda de mercado, principalmente sul-americano, é preocupante.

Visto isso, o próximo capítulo analisará a evolução do comércio sino-latino-americano, assim como a relação direta entre os dois principais parceiros comerciais, analisando as vantagens e desvantagens da crescente presença chinesa na América Latina, suas colaborações e ameaças ao desenvolvimento da economia brasileira.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou esboçar, brevemente, o trajeto percorrido pela economia asiática desde o império aos dias atuais, ressaltando as principais reformas e suas consequências.

Foi visto que com a subida de Mao Tse-Tung ao poder, na década de 1950, deu-se o primeiro grande impulso industrializante com a implantação do chamado 1º Plano Quinquenal, em 1953, orientando os investimentos em direção à indústria pesada e lançando um projeto de coletivização da agricultura. Já no final da década, foi lançado o projeto denominado “Grande Salto Adiante”, que desviou os investimentos da agricultura para a indústria e que teve como consequência a queda de produtividade agrícola, que somada a problemas climáticos gerou uma forte crise de oferta de alimentos, espalhando a fome e ocasionando a morte de milhões de chineses. O período ficou conhecido como “Os Três Anos de Desastres Naturais”.

Com Deng Xiaoping no poder, iniciou-se o “período de ouro” chinês a partir das reformas que foram progressivamente sendo adotadas, com a implantação de um modelo de crescimento mais igualitário entre os setores. Deng Xiaoping deu início ao plano apelidado de “Quatro Grandes Modernizações”, alterando a estrutura da economia, gerando forte crescimento real do PIB *per capita*, melhorando as condições de vida da população.

Para tanto, as comunas foram extintas sendo substituídas pelos “contratos de responsabilidade”, que davam maior liberdade aos agricultores no momento de comercializar seus excedentes, gerando aumento na produtividade. Já em relação à indústria, parte dos investimentos antes direcionados para a indústria pesada foram realocados para os bens de consumo. A China abriu-se progressivamente para o

comércio internacional e, com a criação das ZEE's, incentivou a entrada de capitais no intuito de lançar suas exportações aos mercados mundiais.

Observou-se que juntamente à abertura da economia, a RPC foi progressivamente descentralizando seu poder e aumentando seu desempenho econômico. Em 2001, o país entrou na OMC e a partir de então sua participação nos fluxos internacionais de comércio aumentou fortemente, tornando-se a segunda maior economia mundial.

Em relação ao crescimento chinês, foi visto que não se pode responsabilizar somente um fator como o responsável pelo desempenho da economia. Verificou-se que antes de Deng Xiaoping o crescimento se deu pela forte acumulação de capital, enquanto que no período pós-reforma ele se sustentou, em grande parte, pelo crescimento da produtividade dos fatores, com a forte absorção de mão de obra excedente pela indústria.

Juntamente à análise dos fatores responsáveis pela ascensão chinesa, observou-se, pelo 12º Plano Quinquenal, que a China deve buscar um crescimento mais sustentável, reduzindo a participação do investimento e aumentando a participação do consumo da população no produto interno, melhorando a qualidade do crescimento, assim como da vida da população.

5 RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-LATINO-AMERICANAS

A aproximação chinesa das economias latino-americanas abriu espaço para debates sobre os efeitos para as economias da região devido a essa intensificação nas relações comerciais. O Brasil, por ser uma das principais economias da região, assim como o principal parceiro comercial chinês, começa a sentir as consequências da aproximação chinesa.

Os analistas dividem-se entre otimistas e pessimistas. Os otimistas vêem a aproximação da potência asiática como um incentivo à retomada do crescimento, aumentando os superávits comerciais e arrecadação do governo, afirmando que o país não sofre com desvio de IED ou de exportações. Os pessimistas acreditam a intensificação do comércio bilateral Brasil-China tende a causar a reprimarização da pauta exportadora brasileira, acarretando na transferência dos recursos para o setor primário, com este substituindo a indústria em seu papel de agente dinamizador do crescimento de longo prazo. Afirmam que o crescimento das exportações chinesas para os mercados mundiais causa deslocamento nas exportações brasileiras, que acaba perdendo *market-share* tanto nos Estados Unidos e União Europeia, quanto no mercado regional.

O presente capítulo analisa as relações bilaterais entre Brasil e China e as consequências da crescente presença dos produtos asiáticos na região para a economia brasileira, verificando se há perda de mercado assim como desvio de IED.

5.1 EXPORTAÇÕES

Observa-se, no padrão de trocas estabelecido entre a China e as economias latino-americanas que, predominantemente, a composição das exportações dos países da região para a economia chinesa é baseada em produtos primários e “*resource based manufactures*”, produtos com baixa intensidade tecnológica. Os principais produtos exportados são soja, minérios de ferro, couro, cobre e açúcar (CEPAL, 2012d).

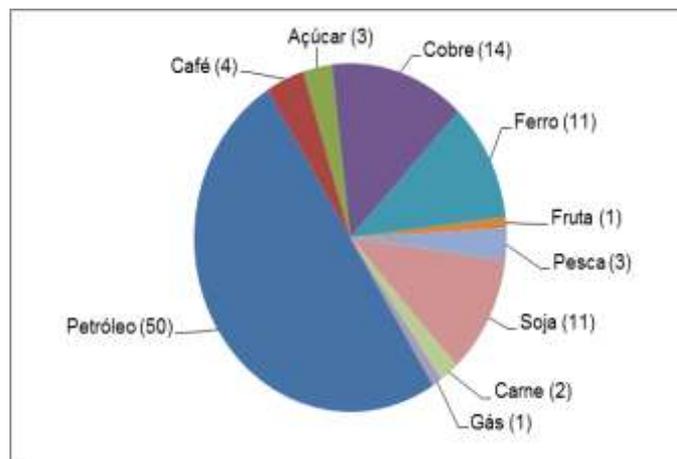
De acordo com Jenkins, Peters e Moreira, essas exportações são concentradas em uma pequena cesta de produtos, *commodities*, fazendo com que os países latino-americanos se encontrem mais suscetíveis a variações nos preços internacionais. Em relação ao Brasil, cerca de dois terços das exportações para a

China são minérios de ferro, soja e petróleo. Em 2007, a demanda chinesa foi responsável por 20% do crescimento das exportações mundiais de metais, sendo ainda responsável por 11%, 55% e 58% do crescimento da demanda por cobre, ferro e soja, respectivamente, o que revela a grande importância do gigante asiático como destino dos produtos latino-americanos (GALLAGHER, 2010; JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

Um dos condicionantes desse padrão de comércio, além dos fatores como dotação de recursos, incentivos e subsídios, é o protecionismo do mercado chinês, que dificulta a entrada de produtos com maior grau de processamento, exemplo da soja brasileira, que é mais difícil exportar seu óleo do que seus grãos (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

Não há dúvida que o impulso da demanda chinesa pelas exportações dos produtos primários latino-americanos, no curto-prazo, traz benefícios para as economias da região, com exceção de algumas economias da América Central. Não obstante, esse padrão de comércio no médio e longo prazo gera preocupação devido à reprimarização da pauta exportadora brasileira, tornando os setores primários os responsáveis pela dinâmica do crescimento.

Gráfico 1 - Dez principais produtos primários exportados pela ALC, 2011



Fonte: CEPAL (2012a).

Em relação à tabela 5, observa-se a alta concentração da pauta exportadora dos países latino-americanos para a China em poucos produtos primários, o que torna os países mais vulneráveis a oscilações nos preços internacionais. Cabe ressaltar que a maior parte dos ganhos das exportações de *commodities* é auferida somente por cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru.

Tabela 5 - Comércio bilateral sino-latino-americano – 2009

Setor	Participação nas Exportações para a China (%)	Participação do País
Ligas de cobre	17,9	Chile(90%)
Minério de ferro e seus concentrados	17,3	Brasil(89%)
Soja e outras sementes	16,8	Brasil(83%), Argentina(16%)
Minérios e concentrados de metais básicos	13,5	Chile(47%), Peru(39%)
Petróleo	4,5	Brasil(65%), Colômbia(20%)
Óleo de soja e outros óleos	4,5	Argentina(79%), Brasil(20%)
Resíduos de papel e celulose	4,4	Brasil(55%), Chile(43%)
Alimentos	2,4	Peru(63%), Chile(30%)
TOTAL	81,3	

Fonte: Gallagher (2010).

5.2 IMPORTAÇÕES

Apesar da grande participação da China nas exportações brasileiras, as importações não assumem a mesma grandeza. Em relação aos tipos de produtos importados do país asiático, mais de 90% são produtos manufaturados, sendo a sua maioria “*non-resource based manufactures*”. Apesar de cerca da metade das importações serem manufaturados com baixa intensidade tecnológica e intensivos em trabalho, mostra-se que o teor tecnológico segue uma tendência de alta (LALL; WEISS, 2005). De acordo com Jenkins, Peters e Moreira, o teor tecnológico das importações provenientes da China variam de país para país, pesando menos nas importações de países como Brasil e México e mais nas de países como Bolívia e Peru (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008)

Em sua análise, Lall e Weiss afirmam que o aumento do nível tecnológico dos produtos exportados se dá de acordo com o desenvolvimento das capacitações da população e pela atração de grandes multinacionais por causa dos baixos custos de produção (LALL; WEISS, 2005).

Em relação à destinação das importações, deve-se analisar se elas são encaminhadas ao mercado final ou se são bens intermediários, ou seja, se há competitividade ou complementariedade em relação às exportações chinesas.

5.3 IMPACTOS INDIRETOS DO CRESCIMENTO CHINÊS NA AMÉRICA LATINA

A preocupação dos países latino-americanos mais industrializados não se resume apenas a suas relações diretas com a China, mas também aos impactos indiretos que os países podem sofrer nos mercados mundiais devido ao crescimento da participação dos produtos chineses. Além da competição por mercados consumidores de produtos manufaturados, a preocupação chega ao possível desvio de Investimento Estrangeiro Direto que antes era direcionado à América Latina e agora rumo ao país asiático.

5.3.1 A Ameaça às Exportações

A indústria chinesa é movida por fortes subsídios à produção, pela baixa remuneração do fator trabalho, por grandes investimentos e ganhos de produtividade. Com a abertura comercial, a China ascendeu sua posição no mercado internacional e invadiu o mundo com uma onda de produtos manufaturados a preços baixíssimos, criando um problema para os países produtores de similares.

De acordo com o que foi visto nos modelos de comércio internacional, a entrada de um país no comércio tenderia a aumentar o nível de bem-estar das nações devido a ganhos de especialização, seguindo o que dita a teoria das vantagens comparativas. Como no modelo de Heckscher-Ohlin, em que todos os participantes ganham nas trocas internacionais, nos modelos clássicos a entrada de um novo membro no mercado levaria a um novo equilíbrio, superior ao anterior. Entretanto, sabe-se que as premissas do modelo são irreais e que, se forem flexibilizadas, o resultado correspondente não é sempre o mesmo (LALL; WEISS, 2005).

De acordo com Lall e Weiss, no modelo clássico de trocas internacionais:

In this model, China's entry induces other countries to move along their production frontier and reach a higher social indifference curve [...] While the extent of adjustment required is particularly large because of China's size, as long as markets are efficient there *cannot be a 'competitive threat'* (that reduces welfare). On the contrary, China's size opens up greater possibilities for new specialization [...] and so larger welfare gains. (LALL; WEISS, 2005, p. 4).

Diferentemente do que é visto nas teorias clássicas, a entrada da China no comércio internacional tende a gerar significantes custos de ajustamento, podendo gerar perda de bem-estar. Para os autores, o problema está na ameaça de longo prazo, com a especialização dos países latino-americanos na produção de produtos primários, com a grande competição gerada pelos produtos chineses, assim como pelo aumento de intensidade tecnológica de suas exportações, que tende a diminuir as possibilidades de um futuro promissor para os produtos brasileiros mais complexos (LALL; WEISS, 2005).

Analisando-se o gigante asiático pelas teorias do comércio, observa-se que a China possui clara vantagem comparativa na produção de bens manufaturados intensivos em trabalho, seu fator abundante, como dita o teorema de Heckscher-Ohlin. Do ponto de vista Ricardiano, a produtividade do trabalho vem crescendo a um ritmo galopante na economia asiática, sendo responsável por grande parte do crescimento do período pós-reforma. Partindo-se, por sua vez, para a análise das economias de escala de Krugman, a China, um país grande com a maior população mundial, atrai grandes investimentos devido aos baixos custos de produção e ao crescente mercado consumidor, que possui como consequência grande concentração industrial nas ZEE's e no leste do país, gerando *spillovers* positivos. Já na esfera governamental, observa-se a grande participação do governo no mercado, gerando incentivos fiscais e subsídios para as empresas ali se instalarem, aumentando suas exportações, absorvendo a mão de obra abundante e promovendo a industrialização e o processo de *catch-up* chinês (MOREIRA, 2007).

Com o crescimento chinês e o aumento de sua competitividade nos mercados internacionais, as preocupações dos países em desenvolvimento se direcionaram à possível perda de mercado para os produtos “*made in China*”, que eram predominantemente manufaturas intensivas em trabalho e que seguem uma tendência de aumento de intensidade tecnológica.

Certas pesquisas, como de Blazquez-Lidoy, Rodriguez e Santiso e do Inter-American Development Bank (IDB) chegaram à conclusão que, com exceção do México, as economias latino-americanas são pouco ameaçadas pelas exportações chinesas para outros mercados. Outro estudo realizado por Lederman, Olarreaga e Perry (Banco Mundial) corrobora o parecer, afirmando que há evidência de substituição entre as exportações da América Latina e as chinesas, entretanto, esse fenômeno se restringe a poucos países da América Central, principalmente ao

México, predominando a complementariedade das exportações (LEDERMAN; OLARREAGA; PERRY, 2006; BLAZQUEZ-LIDOY; RODRIGUEZ; SANTISO, 2006; IDB, 2006).

Pode-se afirmar que esses estudos possuem uma visão otimista do comércio sino-latino-americano, ou seja, que predomina a complementariedade das exportações, incluindo o Brasil nesse grupo e que os efeitos positivos da aproximação chinesa na América Latina superam os negativos.

Entretanto, outros estudos, como os de Moreira e Lall e Weiss, acharam sinais de competição das exportações dos países sul-americanos frente às exportações chinesas para terceiros mercados, principalmente Brasil e Argentina (MOREIRA, 2007; LALL; WEISS, 2005).

De acordo com Lall e Weiss, as economias da América Latina sofrem com a competição frente às manufaturas produzidas com alta intensidade de mão de obra assim como em indústrias intensivas em capital, como ferro e aço. Os autores ainda acharam correlação entre a perda de mercado consumidor pelos países latino-americanos para as exportações chinesas, sendo que essa perda se revela em produtos mais dinâmicos (LALL; WEISS, 2005).

Em sua análise, Jenkins, Peters e Moreira afirmam que a ameaça aos países da América Central se deve ao fato de estes serem especializados na exportação de produtos manufaturados intensivos em trabalho, com baixo conteúdo tecnológico, enfrentando concorrência direta chinesa. Para os autores, no longo prazo, as exportações latino-americanas e as chinesas tendem a se tornar cada vez mais complementares, cabendo aos países latino-americanos especializarem suas produções em nichos de mercado em que não concorram com a potência asiática (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

De acordo com os mesmos autores, os países da América Central mais afetados pelo crescimento chinês no mercado mundial aproveitam da proximidade com seu maior consumidor, Estados Unidos, para tirarem vantagens comparativas, especializando suas produções em produtos que tenham alto custo de transporte. Como solução, Moreira afirma que os países latino-americanos devem diferenciar e diversificar sua produção, buscando ir além dos produtos manufaturados intensivos em trabalho, diminuindo sua vulnerabilidade a flutuações nos preços internacionais e aumentando o dinamismo do crescimento econômico de longo prazo (MOREIRA, 2007).

Em trabalho recente, Gallagher afirma que, em 2009, cerca de 92% dos manufaturados exportados na América Latina estavam sobre ameaça pelas exportações chinesas. Entretanto, o autor ressalta que, apesar da concorrência em certos produtos, as exportações brasileiras cresceram cerca de nove vezes em termos reais, entre 2000 e 2009, crescendo muito mais do que as exportações totais da região, que nem chegaram a dobrar no mesmo período. A intenção foi mostrar que, apesar da concorrência, o Brasil tira proveito da demanda chinesa para alavancar suas receitas de exportações, o que mostra as duas faces da situação: o aumento da demanda por *commodities*, contraposto pelo aumento da competição nos produtos manufaturados (GALLAGHER, 2010).

Tabela 6 - Ameaça direta e indireta às exportações latino-americanas em 2009 (em porcentagem).

País	Direta	Parcial	Total
Argentina			
Como % das exportações de manufaturas	20	53	73
Como % do total de exportações	6	13	21
Brasil			
Como % das exportações de manufaturas	30	54	84
Como % do total de exportações	10	18	28
Chile			
Como % das exportações de manufaturas	21	70	91
Como % do total de exportações	1	4	5
Colômbia			
Como % das exportações de manufaturas	27	62	89
Como % do total de exportações	6	14	20
Costa Rica			
Como % das exportações de manufaturas	48	51	99
Como % do total de exportações	21	22	43
México			
Como % das exportações de manufaturas	52	45	97
Como % do total de exportações	38	33	71
ALC			
Como % das exportações de manufaturas	52	40	92
Como % do total de exportações	22	17	39

Fonte: Gallagher (2010).

Em relação às ameaças sofridas pelas exportações latino-americanas, Gallagher as divide em dois grupos: as diretas, aqueles produtos que enquanto aumenta o *market share* chinês, diminui o latino-americano; e as parciais, quando o

market share chinês aumenta mais rapidamente que o latino-americano. Assim, de acordo com cálculos do autor, em 2009, 92% das exportações da América Latina e Caribe sofreram com um dos dois tipos de ameaça. No caso brasileiro, 84% das manufaturas sofreram com a concorrência chinesa, entretanto elas representaram apenas 28% das exportações brasileiras no ano, sendo os piores casos de México e Costa Rica (GALLAGHER, 2010).

Além disso, Gallagher ainda afirma que há possibilidade de doença holandesa, já que o aumento das exportações pode levar à apreciação da moeda, levando à desindustrialização devido à consequente falta de competitividade da indústria, gerando aumento das importações, queda nas exportações e problemas no balanço de pagamentos, diminuindo o ritmo de expansão da economia (GALLAGHER, 2010).

5.3.2 Desvio de IED

Com sua abertura ao comércio exterior e com a progressiva abertura à entrada de capitais estrangeiros, a China passou a desfrutar de um incrível crescimento que dura cerca de três décadas e vem atraindo a atração de grandes corporações internacionais.

Esse alto crescimento, assim como a flexibilização das normas para a entrada dos capitais, tornaram o país asiático um forte atrativo para investimentos estrangeiros. O crescimento dos fluxos de investimentos para a China tornou-se preocupante para os países da América Latina, já que a partir de 2000 observou-se uma queda dos fluxos para a esta região assim como seu aumento para aquela. Abriu-se, então, a possibilidade de que haja desvio de IED desses países para a economia asiática, reduzindo o nível de investimentos, criação de emprego e produção. De acordo com Herrero e Santabárbara, a preocupação reside no fato de que o IED vem sendo uma das principais fontes externas de crescimento dos países da região, ajudando na modernização estrutural (HERRERO; SANTABÁRBARA, 2004).

O IED chinês na América Latina se caracteriza por três tipos: *resource seeking*, *market seeking* e *efficiency seeking*. A maior parte do fluxo que se dirige ao continente latino-americano é do tipo *resource seeking*, com investimentos direcionados para a extração de petróleo e minerais, principalmente no Peru, Brasil,

Chile e Venezuela (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008). De acordo com Gallagher, os setores que mais recebem IED são cobre, petróleo, ferro e soja. Já os investimentos tipo *efficiency seeking* se direcionam principalmente para o México, que serve de plataforma de exportação para Estados Unidos e Brasil (GALLAGHER, 2010).

Em relação aos fluxos de IED chineses para a América Latina e Caribe, a maior parte deste se direciona ao Caribe, principalmente às Ilhas Cayman e às Ilhas Virgens Britânicas, conhecidas por serem paraísos fiscais, sendo o Brasil o terceiro maior destino geral. Por sua vez, o fluxo de IED latino-americano para a China é praticamente insignificante, sendo sua maior parte originária de empresas brasileiras, como Embraco, Embraer, Weg, Sabo e Marcopolo (JENKINS, PETERS; MOREIRA, 2008).

Tabela 7 - Estoque de IED chinês na ALC em 2009 – US\$ milhões.

País	Valor	Participação (%)
Ilhas Cayman	13.557,1	44,1
Ilhas Virgens Britânicas	15.060,7	48,9
Brasil	360,9	1,2
Peru	284,5	0,9
Venezuela	272	0,9
CR (5)		96,0

Fonte: CEPAL (2012c). Elaborado a partir de dados Ministerio de Comércio da China.

De acordo com Eichengreen e Tong, o fluxo de IED para a China aumentou na década de 1990, mais precisamente a partir de 1993, refletindo o aumento da liberalização econômica e a estabilização da inflação (EICHENGREEN; TONG, 2005). Jenkins, Peters e Moreira afirmam que enquanto isso acontecia, os países latino-americanos viam seus fluxos não acompanharem o mesmo ritmo crescimento, o que passou a preocupar as economias da região. Apesar desse panorama, os autores ressaltam que essa simples análise dos movimentos não significa que haja uma relação de causalidade (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

Os trabalhos de Eichengreen e Tong, assim como de Herrero e Santabárbara acham diversos fatores condicionantes dos fluxos de IED, como a distância geográfica entre os países, diferenças de salários e incentivos, tamanho do país, corrupção, entre outros fatores. No caso da China, esta se beneficia pelo tamanho

do país e população, gerando mão de obra barata e um crescente mercado consumidor, assim como por fortes incentivos a entrada de capitais estrangeiros e pelo ótimo desempenho macroeconômico que vem obtendo nas últimas décadas. O problema chinês é a grande distância que o separa dos países do lado ocidental do globo, tendo como seus principais investidores, portanto, os países do leste asiático (EICHENGREEN; TONG, 2005; HERRERO; SANTABÁRBARA, 2004).

Herrero e Santabárbara afirmam que o desvio de IED depende de certos fatores: do grau de integração dos mercados de capitais, se o grau de integração for alto os fluxos de IED para a China não significarão necessariamente uma perda de IED para os países latino-americanos; do impacto da entrada de IED na economia chinesa para os fluxos desses investimentos no resto do mundo, se os investidores usufruem de altas taxas de lucro, ou se há *spillovers* positivos em outros países, o aumento dos lucros pode levar a investimento em outras áreas; e da orientação do IED para a exportação ou para atender a demanda interna. No primeiro caso a probabilidade de desvio é maior. Deve-se olhar também para o fato de que o IED pode aumentar as importações chinesas, levando ao aumento de fluxos para as áreas que produzem os recursos necessários para o país asiático, no caso, exportações de *commodities* (HERRERO; SANTABÁRBARA, 2004).

Os resultados da pesquisa foram que as exportações bilaterais entre China e América Latina fomentam o IED, dando suporte à teoria de que há complementariedade e não substituição entre os investimentos. Analisando o efeito por país, o teste achou impacto negativo em relação aos fluxos destinados ao México e Colômbia. Fora esses países, o teste não identificou nenhum desvio de fluxos. Portanto, os autores afirmam que de modo geral, a América Latina é pouco afetada pelo aumento de fluxos de IED para a China. Assim como Herrero e Santabárbara (2004), acompanhando o estudo dos fluxos de investimento, Eichengreen e Tong (2005) também não acharam evidência de desvio.

Herrero e Santabárbara afirmam que o tipo de IED direcionado a México e Colômbia tem como destino o setor manufatureiro, sendo esse o maior setor do país mexicano e o segundo maior colombiano. Em relação ao Brasil, os pesquisadores afirmam que apenas 10% do IED destinado ao país visa o mesmo setor. A maior parte do IED destina-se ao setor financeiro e de telecomunicações. (HERRERO; SANTABÁRBARA, 2004).

De acordo com Eichengreen e Tong:

But China is also a growing market for exports of other countries. It is currently the fastest growing foreign market for countries like Brazil that are major exporters of raw materials. Chinese companies are integrated into global supply chains, assembling components produced in other parts of the world and producing components and materials that are assembled and finished in other countries. Thus, the growth of capacity and demand in China, rather than making other developing countries less attractive as platforms for production, could make them more attractive to the extent that they succeed in producing for the Chinese market and integration into the same supply chains (EICHENGREEN; TONG, 2005, p. 2).

Assim, de acordo com os dois autores, o aumento do IED na China pode incentivar o aumento dos fluxos para outras regiões, num processo de complementariedade produtiva.

Em sua análise, Jenkins, Peters e Moreira afirmam que a maior probabilidade de desvio de IED acontece na categoria *efficiency seeking*, onde os fluxos podem se direcionar para destinos em que haja melhores condições, como sindicatos menos poderosos, mão de obra barata, incentivos fiscais. Entretanto, sabe-se que os fluxos de IED para a região, assim como para o Brasil, são predominantemente são *resource seeking*, seguidos de *market seeking*, não havendo provável competição pelos recursos (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

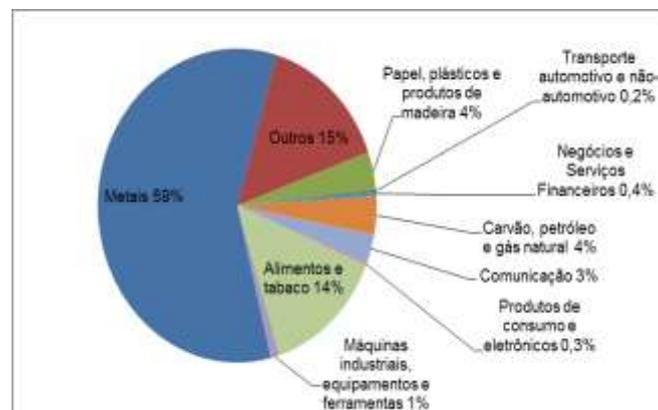
De acordo com uma pesquisa do IDB (2006), em termos de IED, a origem dos investimentos nos países latino-americanos vem dos Estados Unidos e União Européia, enquanto que os fluxos para a China advêm do leste asiático. Além disso, a pesquisa ainda mostra que o destino do IED norte-americano para a China é o setor manufatureiro, enquanto no Brasil dominam outros setores. Assim, de acordo com a pesquisa fica pouco provável que haja desvio de IED da região como um todo, entretanto, fica claro um efeito negativo sobre os fluxos que se direcionam ao México.

De acordo com Kotschwar, Moran e Muir, a grande necessidade chinesa de minérios para sustentar seu crescimento direcionou a atenção dos investidores para a América Latina. Conforme relata a CEPAL, cerca de 90% do investimento na região se direciona à indústria de extração. Os autores ainda afirmam que cerca de metade dos investimentos chineses em recursos naturais se direcionam para a América Latina. Na região o Chile é o maior fornecedor de cobre enquanto o Brasil é o maior em soja, carne bovina e o segundo em ferro (KOTSCHWAR; MORAN; MUIR, 2012; CEPAL, 2011).

Tabela 8 - IED Chinês em extração mineral na América Latina (2003-2011)

País	US\$ milhões	Ranking
Argentina	47	4
Bolívia	2	7
Brasil	11.449	1
Colômbia	10	6
Equador	n.a	n.a
Guyana	1.000	3
Peru	4.890	2
Venezuela	15	5

Fonte: Kotschwar, Moran e Muir (2012) – tradução nossa. Elaborado a partir de dados do fDi Markets.

Gráfico 2 - IED chinês na América do Sul por setor (2003-2011)

Fonte: Kotschwar, Moran e Muir (2012, tradução nossa). Elaborado a partir de dados do fDi Markets.

Visto isso, fica clara a política chinesa de garantir suas fontes de recursos naturais para manutenção do seu crescimento. Isso se dá através de participações acionárias, empréstimos, e contratos de longo prazo para óleos e minerais, ganhando preferência ao acesso e “dominando” as fontes ao redor do mundo (KOTSCHWAR; MORAN; MUIR, 2012).

Os autores afirmam ainda que a garantia da preferência no fornecimento dos recursos se dá de quatro formas, quais sejam: participação acionária em grandes empresas e em empresas que têm potencial de crescimento, e acordos de fornecimento com grandes empresas e com aquelas que estão ascendendo no mercado, via empréstimos que tem como contrapartida contratos de compra (KOTSCHWAR; MORAN; MUIR, 2012).

Sobre os fluxos de IED direcionados para a região, observa-se que a crise e a consequente incerteza que recai sobre os países desenvolvidos fizeram com que os países em desenvolvimento passassem a ter maior participação nos fluxos

internacionais, devido ao desempenho das economias e ao aumento dos preços das *commodities* (CEPAL, 2012b).

Na América do Sul, o padrão de investimento se dá principalmente em recursos naturais, reforçando o padrão produtivo dos países da região. Deve-se analisar, concomitantemente ao aumento dos fluxos de IED, o aumento da rentabilidade dos investimentos assim como a criação de empregos.

Verifica-se que as atividades de mineração, assim como de extração de petróleo, criam um posto de trabalho a cada US\$ 2 milhões investidos, enquanto que as produções manufatureiras intensivas em trabalho criam sete postos a cada US\$ 1 milhão investido. As demais atividades intensivas em recursos naturais geram dois postos por cada US\$ 1 milhão investido. Portanto, observa-se que o aumento dos investimentos chineses nos países latino-americanos acontece em atividades intensivas em capital, não gerando aumento significativo no emprego, acarretando problemas sociais, já que se observa o crescimento dessas atividades tanto no Brasil como na maioria dos países da América do Sul (CEPAL, 2012b).

De acordo com Guillermo Calvo:

[...] if by development you mean better income distribution, then I'm not sure that China is a positive factor. Because when China imports soya, minerals, that sort of thing, that does not necessarily improve living conditions in Latin America. It doesn't improve the quality of life of the majority. (CALVO, 2007*).

Além de problemas sociais, há também ambientais, como o forte aumento da produção e exportação de soja no caso brasileiro. Esse aumento da produção é gerado em parte pela expansão da fronteira agrícola. Verifica-se que em 1990, 80% da produção de soja era realizada no Mato Grosso. Em 2005, a participação caiu para 40%, tendo se expandido para o Maranhão, Pará, Acre, Roraima e Rondônia, resultando no crescimento do desmatamento na Amazônia, o que além de degradar o meio-ambiente afeta diretamente as populações indígenas que vivem na área (GALLAGHER; PORZECANSKI, 2009).

Em relação às rendas auferidas pelos investimentos estrangeiros, observa-se que estas quadruplicaram entre 2002 e 2011 na América Latina, enquanto que na a China aumentou sete vezes. Esse processo de acumulação de IED na região reflete o acúmulo de rendas. Entretanto, conforme foi visto na análise de Theotônio dos

* Documento eletrônico não paginado.

Santos, o aumento dos lucros das multinacionais tende a ser transferido da periferia para o centro, diminuindo o reinvestimento e a demanda interna. Intensificada pelo aumento dos preços das matérias-primas, o crescimento da rentabilidade se dá principalmente em indústrias extrativas, que são aquelas em que justamente há baixa criação de empregos. De acordo com uma estimativa da CEPAL, entre 2005 e 2011 o reinvestimento dos lucros foi, em média, 46%, enquanto que as repatriações alcançaram 54%. Outro problema enfrentado pelos países são as isenções fiscais geralmente dadas por certo tempo para grandes empresas, gerando um problema na arrecadação do governo, corroendo sua dotação orçamentária (SANTOS, 1970; CEPAL, 2012b).

Uma das críticas de Theotônio dos Santos se baseia no fato de que a produção dos países periféricos se destina à exportação, que é determinada a atender às demandas dos países centrais. No caso, observa-se que o aumento dos preços das *commodities*, assim como o aumento dos investimentos nos setores primários, faz com que esse setor tradicional reforce seu papel na economia. Essa crescente importância retrógrada do setor primário na economia, devido principalmente ao ritmo de crescimento chinês, está em consonância com o que André Gunder Frank chama de “development of underdevelopment”, ou seja, que o desenvolvimento das regiões centrais tende a perpetuar o subdesenvolvimento das periféricas (SANTOS, 1970; FRANK, 1970).

As críticas ainda se direcionam ao papel das multinacionais no desenvolvimento dos países periféricos. Na visão de Theotônio dos Santos (1970) a entrada dos investimentos nos países periféricos tende a aprofundar as relações de dependência, via transferência de lucros para as matrizes nos países centrais. Há a perda, pelos países dominados, dos setores produtivos, queda do consumo e aumento da exploração dos trabalhadores, reforçando o poder das oligarquias nacionais e estrangeiras, gerando uma situação em que a relação de dependência se dá pelas condições externas, mas também pela “[...] condição ‘interna’ e integral da sociedade latino-americana, que determina a burguesia dominante na América Latina, e, por sua vez, é consciente e gostosamente aceita por ela” (FRANK, 1980, p. 15).

5.4 CHINA E OS TERMOS DE TROCA

A grande demanda chinesa por produtos primários vem alterando fortemente os preços dos produtos exportados pelos países latino-americanos. De acordo com Jenkins, Peters e Moreira, a China correspondeu, aproximadamente, a um terço do consumo mundial de estanho, quase 30% de minério de ferro e aproximadamente 20% de cobre e alumínio em 2013. O aumento do consumo chinês foi responsável, em grande parte, pelo aumento dos preços dos produtos como petróleo, cobre, alumínio, zinco, entre outros. No sentido oposto, observa-se a queda dos preços das manufaturas intensivas em trabalho exportadas pela potência asiática. De acordo com os autores, os preços das manufaturas vêm caindo desde a década de 1990, beneficiando os países que demandam esses produtos (JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

Devido a esse “Efeito-China”, os países latino-americanos passaram a desfrutar de uma melhora nos termos de troca, com o aumento do preço dos principais produtos exportados assim como pela queda dos produtos manufaturados importados.

De acordo com um relatório da United Nations Conference of Trade and Development - UNCTAD, desde 2002, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Venezuela haviam melhorado seus termos de troca, enquanto México e Colômbia sofreram com o processo reverso. De acordo com a pesquisa, o Brasil se beneficiou menos que os outros países devido às importações de petróleo, que acabou por contrabalancear os ganhos auferidos pelas outras exportações (UNCTAD, 2005).

Da mesma forma que o IED, as melhoras nos termos de troca em geral beneficiaram a região, entretanto, há diferenças entre os países devido à composição das exportações e das importações. Nesse caso, observa-se que o México é o país que mais sofre com o crescimento da economia chinesa. O Brasil fica no meio-termo, por se beneficiar do aumento dos preços internacionais dos produtos primários exportáveis. Cabe ressaltar que estes dois países são os mais industrializados da região e o Brasil tende a sofrer mais com o processo de reprimarização da economia.

Estudos advertem que os ganhos no curto prazo podem causar danos ao crescimento de longo prazo. Os autores afirmam que a competição chinesa em terceiros mercados, assim como o padrão centro-periferia das trocas internacionais

entre os países latino-americanos e a China pode causar desindustrialização. A questão ainda é aprofundada devido ao fato de o IED chinês na região ser direcionado para a produção de produtos primários, intensificando o processo retrógrado de especialização. Para os autores, deve-se olhar cuidadosamente para o fato de que o crescimento chinês e a mudança estrutural da produção latino-americana, devido ao aumento dos preços das *commodities*, podem levar à Doença Holandesa. Entretanto, os autores ressaltam que mais pesquisas devem ser feitas para evidenciar tais fatos (LALL; WEISS, 2005; MOREIRA, 2007; IDB, 2006; JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008).

5.4.1 O “*Boom dos Preços das Commodities*”

Em relação ao aumento dos preços das *commodities*, de acordo com Marian Radetzki, houve três “*commodities booms*” no pós Segunda Guerra Mundial. O primeiro esteve relacionado com a Guerra da Coréia, o segundo com a grande expansão no crescimento de diversos países, quebras de safra, assim como com o choque do petróleo em 1973. O último, que é o que interessa para fins de análise das exportações brasileiras, mas também dos demais países latino-americanos, começou em 2003. Este tem como principal causa choque de demanda causado pelos países asiáticos, principalmente China e Índia (RADETZKI, 2006).

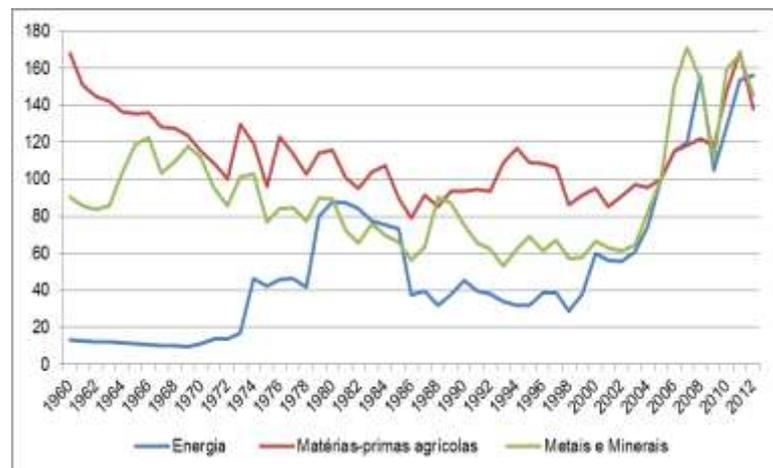
A China, particularmente, possui o maior peso na análise. A sua participação no crescimento da demanda de *commodities* aumenta muito mais rapidamente que a dos demais países. Isso se deve primeiro à maior dependência chinesa das *commodities* devido ao tamanho de sua população e características industriais, seu alto ritmo de crescimento observado nos últimos 30 anos, assim como sua maior participação no comércio mundial após sua entrada na OMC.

Para Radetzki, nem todo forte crescimento econômico dá início ao processo de crescimento dos preços das *commodities*. Há outros fatores que devem prevalecer, como uma capacidade de produção limitada ou próxima a potencial, assim como baixos estoques, que geralmente ocorrem devido há períodos de baixo crescimento de preços, não incentivando os investimentos na produção (RADETZKI, 2006).

Ricardo Carneiro, em sua análise sobre a origem da evolução dos preços na década de 2000, afirma que essa se deve ao aumento da demanda devido ao forte

ritmo de crescimento dos países asiáticos, assim como restrições de oferta devido ao baixo nível de investimentos feitos no setor devido ao comportamento dos preços na década de 1990. Outro fator seria o deslocamento das atividades industriais para regiões onde não há abundância desses recursos naturais, mas sim de mão de obra, gerando um efeito de queda nos preços das manufaturas e de aumento nos das *commodities* (CARNEIRO, 2012).

Gráfico 3 - Índice de Preços de Commodities – variação real em US\$ – 2005 = 100



Fonte: World Bank Commodity Price Data. Elaborado pelo autor.

De acordo com as observações de Thomas Helbing, mesmo após a crise financeira global e a queda dos preços das *commodities*, eles voltaram a subir, atingindo, no final de 2010, índices de preços perto do pico anterior à crise (HELBING, 2012).

A explicação para a recuperação do preço das *commodities* está, no lado da demanda, baseada no fato de que políticas contra-cíclicas aceleraram o processo de recuperação dos países em desenvolvimento, principalmente da China, onde *commodity-intensive investments* foram estimulados, gerando efeito positivo sobre a recuperação dos preços. Consequentemente, observou-se crescimento na demanda por petróleo assim como por metais. Olhando-se para o lado da oferta, verifica-se lentidão na regulação dos estoques frente à expansão da demanda. Além disso, de acordo com o autor, problemas como quebras de safra foram responsáveis, em parte, pelo aumento de preços ocorridos em 2006-07 e 2010 (HELBING, 2012).

Visto isso, percebe-se que a crise mudou apenas momentaneamente o rumo dos preços das *commodities*. Quando os países começaram a acelerar o crescimento novamente, os preços voltaram a subir. Em sua análise Radetzki afirma

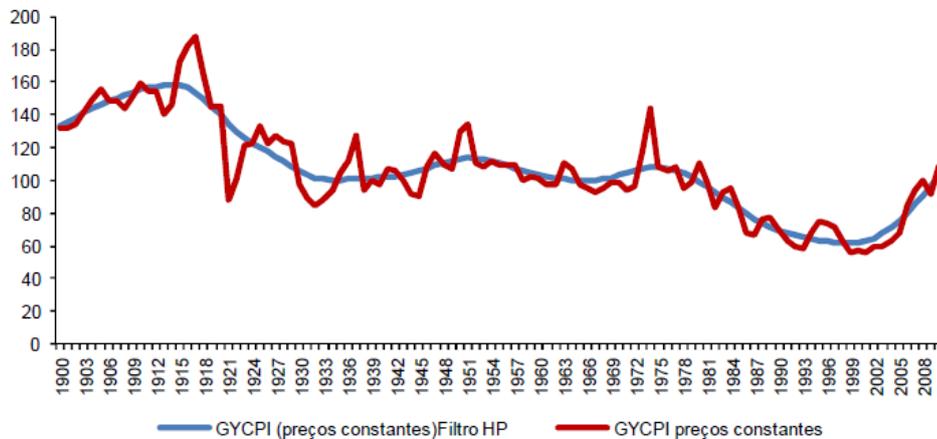
que a renda *per capita* nos países emergentes permanece no nível em que um acréscimo na renda ainda gera um crescimento na demanda por *commodities*. Isso, somado a fatores estruturais das economias, acabam por gerar a duração singular desse crescimento nos preços (RADETZKI, 2006).

Para Helbing, os dois fatores-chave para o processo de reprimarização ocorrido devido ao aumento dos preços nas *commodities* são o forte crescimento das economias emergentes e restrições de oferta (HELBING, 2012).

Deve-se entender, entretanto, que essa mudança não deverá se sustentar no longo prazo visto a tendência histórica de queda no preço desses produtos, como foi afirmado por Prebisch (1949), assim como pelo aumento da intensidade tecnológica da produção devido ao desenvolvimento industrial desses países. Ocorre, também, uma mudança no padrão de crescimento das economias em desenvolvimento, como é o caso da China, que busca reduzir seu crescimento via investimento para um modelo mais sustentável via consumo interno. Além disso, as economias vêm sofrendo um processo de ajustamento frente a esse aumento de preços, buscando cada vez mais alternativas, substitutos para esses produtos (HELBING, 2012; RADETZKI, 2006).

Em se tratando da tendência de declínio secular dos termos de troca, Ricardo Carneiro afirma que esta está associada a questões como o excesso de oferta, devido à ausência de barreiras à entrada no mercado e à baixa elasticidade-renda da demanda dos produtos primários, assim como ao aumento de alternativas substitutas como alguns produtos sintéticos. O autor ressalta que essa tendência é mais clara para produtos agrícolas, diferentemente do que ocorre com metais e petróleo. Isso se deve a diferenças na estrutura de mercado, já que nestes últimos o mercado é oligopolizado, com barreiras à entrada, além dos altos custos de produção e tempo de maturação dos investimentos. Outra questão importante a se considerar é o protecionismo de países centrais, que dificultam a entrada desses produtos na economia, assim como subsídios a exportações, que aumentam a oferta e baixam os preços internacionais (CARNEIRO, 2012).

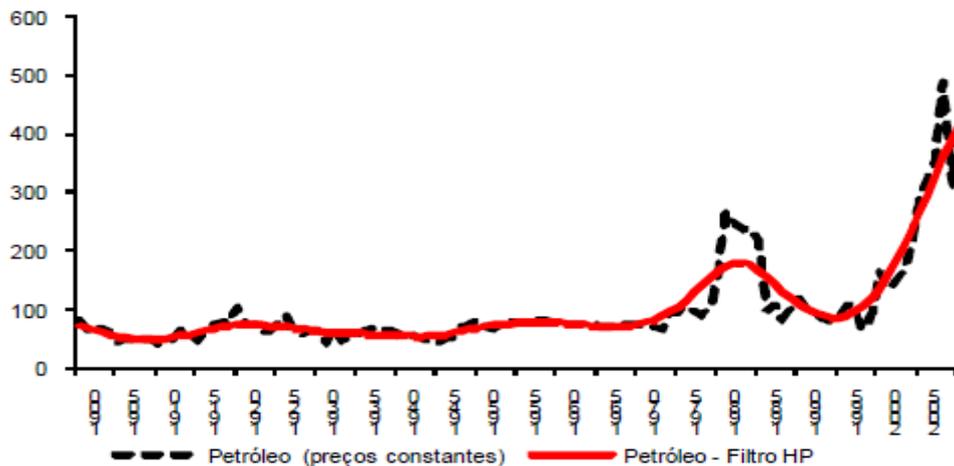
Gráfico 4 - Evolução dos preços das *commodities* (1977-79 = 100) – preços constantes



Fonte: Carneiro (2012). Elaborado a partir de dados de Pfaffenzeller (2007); World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables e U.S. Energy Information Administration (EIA).

Analisando-se o caso do petróleo, fica clara a tendência de apreciação e aumento de volatilidade dessa *commodity*, principalmente após a década de 1970, devido ao esgotamento de fontes, ao aumento dos custos de produção, assim como pela constituição da OPEP (CARNEIRO, 2012).

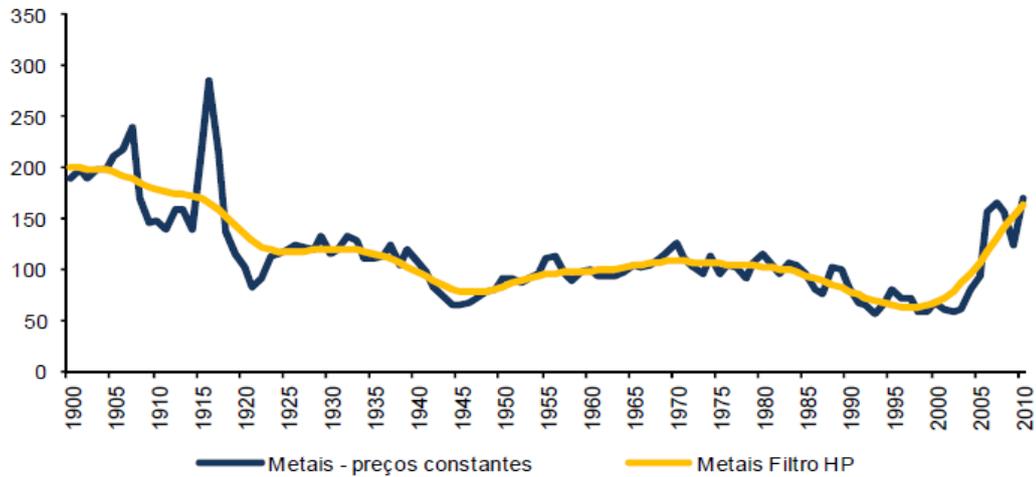
Gráfico 5 - Evolução dos preços do petróleo (1977-79 = 100) – preços constantes



Fonte: Carneiro (2012). Elaborado a partir de dados de U.S. Energy Information Administration (EIA).

Em relação aos metais, observa-se um longo período de declínio, certa estabilidade no pós Segunda Guerra Mundial e uma forte expansão a partir de 2002.

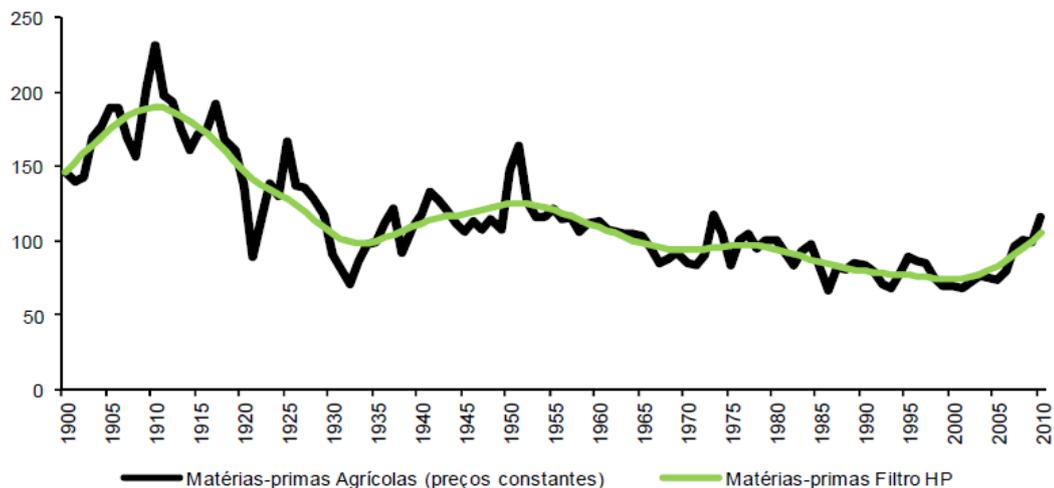
Gráfico 6 - Evolução dos preços dos metais* - preços constantes



Fonte: Carneiro (2012). Elaborado a partir de dados de Pfaffenzeller (2007); World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables.
 (*) Período base 1977-79 = 100, conforme informado na fonte.

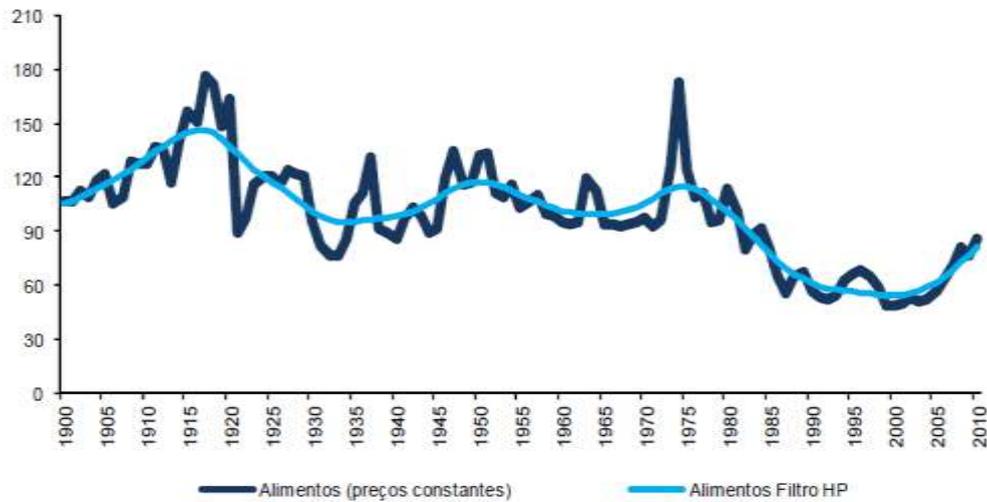
Analisando-se o comportamento dos preços dos produtos primários, fica clara a tendência de deterioração, principalmente nos alimentos. Semelhantemente às outras commodities, a partir de 2001 começaram a apresentar apreciação nos preços internacionais.

Gráfico 7 - Evolução dos preços das matérias-primas agrícolas* – preços constantes



Fonte: Carneiro (2012). Elaborado a partir de dados de Pfaffenzeller (2007); World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables.
 (*) Período base 1977-79 = 100, conforme informado na fonte.

Gráfico 8 - Evolução dos preços dos alimentos* – preços constantes



Fonte: Carneiro (2012). Elaborado a partir de dados de Pfaffenzeller (2007); World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables.

(*) Período base 1977-79 = 100, conforme informado na fonte.

Um fator a se ressaltar, e de efeitos nefastos para as economias especializadas na produção desses produtos, seria a alta volatilidade dos preços, que gera aumento dos riscos e incertezas e reduz o nível de investimentos no setor, principalmente naqueles em que o período de maturação é mais longo. Além disso, Carneiro também afirma que esse processo está ligado ao processo de financeirização e a consequente transformação das *commodities* em ativos financeiros, o que pode aumentar a volatilidade devido a especulações nos mercados futuros (CARNEIRO, 2012).

Assim, para os países latino-americanos, essas flutuações podem gerar diversos problemas para a economia. Isso depende do grau de concentração da produção, assim como do nível de abertura comercial e o tamanho da importância das exportações no PIB. Além disso, essa volatilidade prejudica também as arrecadações do governo, principalmente na fase orçamentária, já que mudanças bruscas nos preços levam a mudanças bruscas na arrecadação. Portanto, de acordo com Ricardo Carneiro, o problema não se limita à tendência de queda dos preços, mas também a incertezas geradas pela alta volatilidade das cotações dos preços nos mercados internacionais (CARNEIRO, 2012).

No caso da América Latina, de um modo geral, observa-se grande dependência desses produtos na balança comercial, assim como nas arrecadações fiscais. Fica clara, também, a pequena diversificação industrial e o aumento da vulnerabilidade a choques de preços. Carneiro confirma esse argumento quando

mostra que o peso das exportações dos bens primários juntamente com os produtos naturais processados atinge um valor médio de 50% no Brasil e 70% na América Latina entre 2000 e 2006 (CARNEIRO, 2012).

No caso do grau de abertura da economia, este define a intensidade da economia a choques de preços. De acordo com Carneiro, Brasil, Argentina e Colômbia são as economias latino-americanas em que o consumo interno tem mais peso que o mercado externo, fator que contribui para um crescimento mais estável, ainda que sejam países muito dependentes de exportações de *commodities* (CARNEIRO, 2012).

5.5 O CASO BRASILEIRO

Com a crise financeira global e a profunda recessão americana e europeia, a China passou a adotar uma estratégia de diversificação comercial, buscando tanto fornecedores de produtos primários, como mercados consumidores em expansão para suas mercadorias. É nesse contexto que a China desenvolve sua aproximação com a América Latina, principalmente com o Brasil, seu principal parceiro comercial na região.

Devido à relação do tipo centro-periferia gerada pelo padrão comercial sino-brasileiro, alerta-se para a perigosa especialização brasileira na produção de *commodities*, com o conseqüente aumento da vulnerabilidade a choques externos, à alta volatilidade de preços, ao baixo valor adicionado e à baixa elasticidade-renda da demanda.

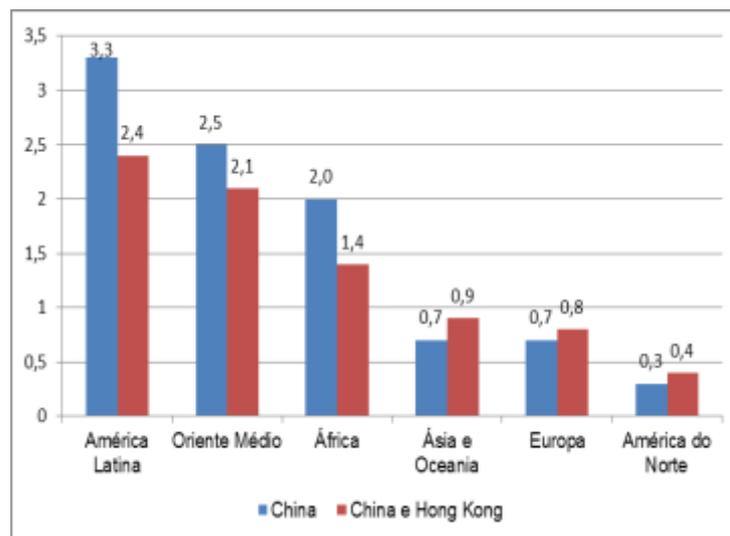
5.5.1 Mercado Externo

As pesquisas que foram mostradas anteriormente afirmam que o Brasil, assim como a maioria dos países latino-americanos, sofre pouca concorrência com os produtos chineses, prevalecendo a complementariedade das exportações. Observa-se que os autores possuem uma visão otimista da situação brasileira nos mercados globais. Deve-se ressaltar que, apesar dos ganhos realizados nas exportações de produtos primários, a intensificação tecnológica da produção chinesa impõe certa barreira à expansão brasileira nesse mercado no futuro. Portanto, deve-se achar uma maneira de se beneficiar com a expansão chinesa, sem se regredir a um

padrão que começou a ser alterado a partir do processo de substituição de importações no final da década de 1930.

No intuito de observar para onde se direcionam os fluxos de investimento chineses, Cunha, Lélis e Bichara (2012) calculam o índice de intensidade regional (IIR). Quando $IIR > 1$, a região recebe investimentos com grande intensidade relativa.

Gráfico 9 - Índice de intensidade regional dos investimentos chineses, 2005-2011*



Fonte: Cunha, Lélis e Bichara, (2012). Elaborado com base em dados de FDI Markets (2012).

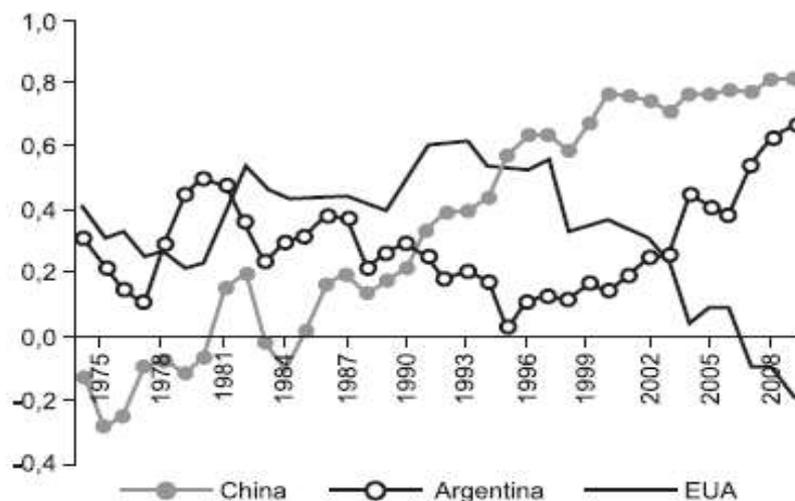
Nota: (*) dados até junho.

Observando-se o gráfico, fica clara a grande importância que tem a América Latina, assim como o Brasil, para os investimentos chineses. Os fluxos são cerca de três vezes mais intensos para os países latino-americanos do que para o resto do mundo. Entretanto, cabe ressaltar que os dois principais países latino-americanos que recebem a maior parte do fluxo de IED chinês são paraísos fiscais, ou seja, os fluxos não se destinam a investimentos produtivos.

Em relação ao crescimento do comércio, em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, passando os Estados Unidos. O aumento da dependência do país sul-americano frente ao gigante asiático aumenta sua vulnerabilidade. No momento em que o modelo de crescimento chinês se esgotar e sua demanda se retrair, o Brasil provavelmente enfrentará forte queda no crescimento, produção e emprego. Portanto, o ideal é o país intensificar a diversificação de sua produção, não ficando dependente da demanda chinesa por produtos primários.

Para avaliar isso, Cunha, Lélis e Bichara testaram a convergência de ciclos de negócios. O resultado foi um aumento da convergência com os ciclos argentino e chinês, e menor relação com o estadunidense. Há intensificação também com as economias latino-americanas e asiáticas. O aumento da correlação dos ciclos entre Brasil e China mostra-se crescente devido ao padrão comercial que está sendo “imposto” pelo mercado internacional, ou seja, pelo aumento dos preços das *commodities* e crescimento da demanda principalmente pela China. Portanto, de acordo com os autores o comércio bilateral entre Brasil e China é que define esse padrão de convergência (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

Gráfico 10 - Sincronização do ciclo de negócios, 1975-2010*



Fonte: Cunha, Lélis e Bichara (2012). Elaboração com base em World Bank (2012).

Nota: (*) Janela de 15 anos de correlações de flutuações de produto real usando filtro de Hodrick-Prescott, conforme Baxter e King (1999).

Analisando-se para a China, verifica-se que prevalecem as relações intraindustriais, o que faz com que o comércio não seja um fator que determine a convergência de ciclos. O país acaba por conseguir se proteger de flutuações nos ciclos de comércio internacionais, ainda mais devido ao processo de diversificação de mercados, reduzindo a concentração das exportações (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

Observa-se claramente que esse caso se encaixa na definição de dependência de Theotônio dos Santos “By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected”, ou seja, o aumento da

correlação do ciclo brasileiro ao chinês, principalmente devido à intensificação do comércio bilateral, que é fomentado pela demanda chinesa por produtos primários, acaba por reforçar esse relação de dependência. O autor ainda ressalta o que foi demonstrado acima, que “[...] some countries (the dominant ones) can expand and can be self-sustaining, while other countries (the dependent ones) can do this only as a reflection of that expansion, which can have either a positive or a negative effect on their immediate development” (SANTOS, 1970, p. 231). Ou seja, o efeito positivo é o crescimento das exportações, superávits comerciais, enquanto que os negativos são o aumento da vulnerabilidade da economia brasileira frente à chinesa, assim como a tendência à reprimarização das exportações.

Juntamente ao aumento da diversificação de mercados, verifica-se o aumento da intensidade tecnológica dos produtos exportados pelo gigante asiático. Observa-se a queda da participação dos produtos primários, produtos intensivos em recursos naturais e manufaturados de baixa intensidade tecnológica. Em relação às manufaturas de média e alta intensidade tecnológica, estas sofreram forte aumento, o que revela a política chinesa de *catch-up* tecnológico com intenção de aumentar a qualidade dos produtos exportados e se consolidar novamente como uma potência mundial, recuperando a posição perdida após a Revolução Industrial. Apesar da queda, verifica-se que as manufaturas de baixa intensidade tecnológica ainda representam grande parte das exportações. No que tange às importações, estas aumentaram principalmente nos produtos primários, assim como nos produtos manufaturados de alta intensidade tecnológica.

Tabela 9 - Exportações e importações chinesas por intensidade tecnológica, 1995 e 2011

Intensidade Tecnológica	Exportações (%)		Importações (%)	
	1995	2011	1995	2011
Produtos primários	9,02	2,29	10,37	27,31
Produtos intensivos em recursos naturais	12,06	9,67	13,96	14,69
Manuf. de baixa intensidade tecnológica	46,37	30,32	15,00	4,66
Manuf. de média intensidade tecnológica	18,86	24,45	42,20	23,76
Manuf. de alta intensidade tecnológica	13,02	32,80	17,49	26,49
Não classificados	0,67	0,47	1,00	3,08
Total	100	100	100	100

Fonte: SIGCI Plus. Elaborado pelo autor.

Analisando-se a tabela abaixo, observa-se a tendência à reprimarização das exportações brasileiras, com o aumento da participação dos produtos primários na pauta exportadora, assim como a queda da participação dos produtos de baixa e média intensidade tecnológica, justamente aqueles que cresceram na pauta exportadora chinesa. Ressalta-se o fraco crescimento das exportações dos manufaturados com alta intensidade tecnológica. Em relação às importações, não houve alteração bruscas na composição da pauta quando analisados os dois anos.

Tabela 10 - Exportações e importações brasileiras por intensidade tecnológica – 1995-2011

Intensidade Tecnológica	Exportações (%)		Importações (%)	
	1995	2011	1995	2011
Produtos primários	23,86	48,98	15,47	14,79
Produtos intensivos em recursos naturais	29,58	19,53	22,53	20,00
Manuf. de baixa intensidade tecnológica	14,37	5,05	8,18	8,80
Manuf. de média intensidade tecnológica	26,52	18,99	37,13	38,21
Manuf. de alta intensidade tecnológica	3,49	4,28	16,00	17,97
Não classificados	2,18	3,16	0,69	0,23
Total	100	100	100	100

Fonte: SIGCI Plus. Elaborado pelo autor.

Tabela 11 - Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2001 e 2012

	Exportações - 2012		Exportações - 2001			
	US\$ FOB milhões	Part. (%)	US\$ FOB milhões	Part. (%)		
1	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	13.950.844.361	33,84	OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	537.663.759	28,27
2	SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	11.880.053.553	28,82	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	340.139.646	17,88
3	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	4.834.736.560	11,73	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	142.493.610	7,49
4	OUTROS ACUCARES DE CANA	1.063.070.877	2,58	PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO, SEM/BRANQ	122.464.976	6,44
5	PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO, SEM/BRANQ	1.008.407.370	2,45	AUTOMOVEIS C/ MOTOR EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000, SUP.6 PASSAG	62.740.523	3,3
6	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	971.279.388	2,36	FUMO N/MANUF. TOTAL/PARC. DESTAL. FLS. SECAS, ETC. VIRGINIA	50.618.308	2,66
7	OLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	924.205.197	2,24	VEICULOS ESPACIAIS E SEUS VEICULOS DE LANCAMENTO, ETC	42.808.045	2,25
8	OUTROS AVIOES/VEICULOS AEREOS, PESO>15000KG, VAZIOS	785.721.160	1,91	OLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	39.847.335	2,09
9	ALGODAO SIMPLEMENTE DEBULHADO, NAO CARDADO NEM PENTEADO	720.219.567	1,75	OUTS. AVIOES/VEICULOS AEREOS, 2000KG<PESO<=15000KG, VAZIOS	37.505.341	1,97
10	PEDACOS E MIUZZAS COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	492.800.701	1,2	OUTRAS PARTES E ACESS. P/ TRATORES E VEICULOS AUTOMOVES	28.004.719	1,47
	TOTAL	36.631.338.734	88,88	TOTAL	1.404.286.262	73,82

Fonte: BRASIL - MDIC. Elaborado pelo autor.

A tabela 11 mostra os dez principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China em dois anos selecionados, 2001 e 2012. Analisando-se a mudança das exportações no tempo, observa-se a queda da intensidade tecnológica das exportações brasileiras para o país asiático. Ainda que esses produtos tivessem baixa participação nas exportações totais, verifica-se que as exportações eram menos concentradas em 2001. Os 10 principais produtos exportados, em 2001, somavam 73,82% das exportações, enquanto que em 2012, 88,88%. Um ponto importante a se ressaltar é que essa maior concentração da pauta exportadora em certos produtos se dá pelo aumento da participação dos três principais produtos, minérios de ferro, soja e óleos brutos de petróleo, que somam 74,39% do total exportado, mais do que a participação dos 10 principais produtos em 2001. Os demais bens reduziram sua participação nas exportações totais para a China, ou seja, rumo-se, para a reprimarização da pauta exportadora brasileira, que se torna cada vez mais vulnerável à volatilidade de um pequeno grupo de produtos primários.

Tabela 12 - Principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2001 e 2012

	Importações - 2012	US\$ FOB milhões	Part. (%)	Importações - 2001	US\$ FOB milhões	Part. (%)
1	OUTS.PARTES P/ APARELHOS RECEPT. RADIODIF. TELEVISAO, ETC	1.608.693.213	5	COQUES DE HULHA, DE LINHITA OU DE TURFA	78.321.541	5,9
2	OUTS.PARTS.P/APARS.D/TELEFONIA/ TELEGRAFIA	679.948.128	2	LAMPADAS/TUBOS DESCARGA,FLUORESCENTE,DE CATODO QUENTE	69.020.072	5,2
3	OUTRAS TURBINAS A VAPOR,DE POTENCIA>40MW	502.957.030	1	OUTS.PARTES P/ APARELHOS RECEPT.RADIODIF.TELEVISAO,ETC.	39.976.061	3,01
4	TELA P/ MICROCOMPUTADORES PORTATEIS, POLICROMATICA	467.729.215	1	OUTRAS HULHAS, MESMO EM PÓ, MAS NAO AGLOMERADAS	25.420.512	1,91
5	OUTRAS PARTES E ACESS. P/ MAQUINAS AUTOMAT. PROC. DADOS	315.497.544	1	HULHA ANTRACITA, NAO AGLOMERADA	18.054.559	1,36
6	TERMINAIS PORTÁ TEIS DE TELEFONIA CELULAR	309.193.394	1	DISPOSITIVOS DE CRISTAIS LÍQUIDOS (LCD)	16.866.603	1,27
7	CIRCUITOS IMPR. C/ COMP. ELÉTR./ELETR. MONTADOS	292.979.749	1	MECANISMOS TOCA-DISCOS, MESMO C/ CAMBIADOR, P/ APARS. REPROD.	15.177.646	1,14
8	LITORINAS (AUTOMOTORAS), DE FONTE EXT. DE ELETRICIDADE	272.079.524	1	GUINDASTES DE PORTICO	12.688.140	0,96
9	CONJUNTOS CABECA-DISCO DE UNID. DE DISCO RIGIDO, MONTADOS	242.115.727	1	GLIFOSATO E SEU SAL DE MONOISOPROPILAMINA	11.638.741	0,88
10	LAMPADAS/ TUBOS DESCARGA, FLUORESCENTE, DE CATODO QUENTE	240.455.648	1	OUTROS BRINQUEDOS	11.358.793	0,86
	TOTAL	4.931.649.172	14,41	TOTAL	298.522.668	22,49

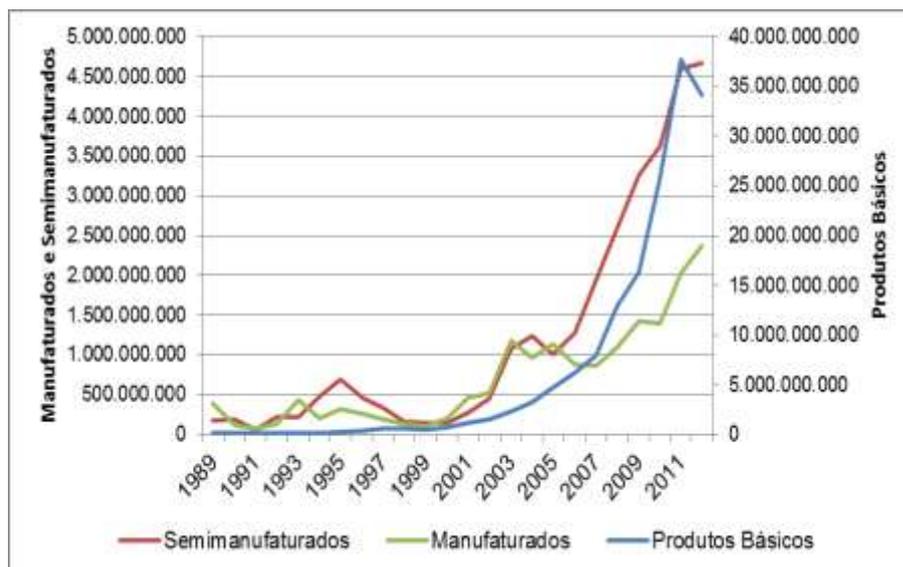
Fonte: BRASIL - MDIC. Elaborado pelo autor.

Em relação às importações, observa-se, ao contrário das exportações, a diversificação da pauta, com a redução de 22,49% para 14,41% da participação dos

10 principais itens importados no total. Cabe ressaltar o fato de que não há produtos primários nas principais importações de 2012. As importações provenientes da China aumentaram de intensidade tecnológica, o que reflete a política chinesa de *catch-up* tecnológico. Comparando-se a participação dos 10 produtos importados e exportados, verifica-se que, em 2001, as importações representaram 21,25% das exportações, enquanto que em 2012, apenas 13,46%, isso tudo devido à melhora nos termos de trocas para o Brasil, com o aumento dos preços das *commodities* e a queda dos preços dos produtos manufaturados.

Para se ter noção da imensa importância da China para as exportações brasileiras, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2012, o país asiático foi responsável pela absorção de 48,15% das exportações de minérios de ferro e seus concentrados, a maior categoria de produto exportado brasileiro, representando 12,77% das exportações totais. Em relação aos óleos brutos de petróleo, o consumo chinês tem participação de 23,81%, perdendo somente para os Estados Unidos. No que tange à soja triturada, a participação chinesa chegou a 68,91% das exportações brasileiras. A China foi responsável pela absorção de cerca 14,1% das exportações dos 10 principais grupos de produtos brasileiros exportados para o mundo em 2012, que somados representaram cerca de 46,55% das exportações totais.

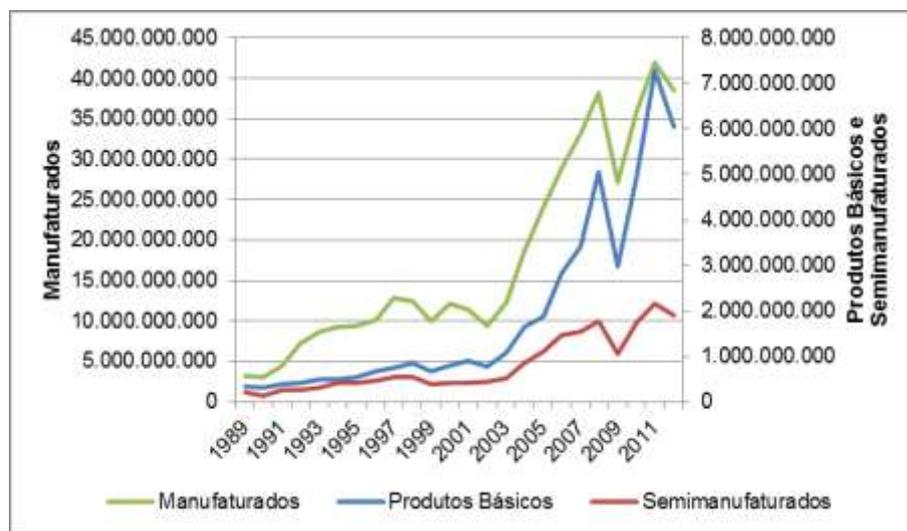
Gráfico 11 - Composição das exportações brasileiras para a China (1989-2012) – US\$ F.O.B.



Fonte: BRASIL - MDIC. Elaborado pelo autor

O gráfico 11 mostra o grande salto das exportações brasileiras de produtos básicos para a China, principalmente a partir de 2001, ano em que o país asiático entrou para a OMC. Em relação aos produtos industrializados (semimanufaturados e manufaturados), houve baixo crescimento relativo. Isso reforça a tendência de reprimarização que o comércio chinês tende a impor sobre a economia brasileira. A relação tipo Norte-Sul, onde o país periférico exporta bens primários, enquanto que o central, bens de maior intensidade tecnológica.

Gráfico 12 - Exportações Brasileiras para a América Latina (1989-2012) - US\$ F.O.B.



Fonte: BRASIL - MDIC. Elaborado pelo autor.

Já em relação ao comércio com o continente latino-americano, observa-se o forte crescimento das exportações de produtos manufaturados e básicos a partir de 2002, embora em escalas diferentes. Os semimanufaturados não obtiveram o mesmo desempenho, mas apresentaram crescimento. Cabe ressaltar que, diferentemente do comércio sino-brasileiro, as exportações brasileiras para a América Latina baseiam-se, em sua grande parte, em produtos manufaturados, o que põe o país em uma situação delicada devido ao aumento das exportações chinesas para a região.

Cunha, Lélis e Lima analisam a concentração das exportações brasileiras utilizando o índice de concentração de exportações Herfindhal-Hirschmann. O resultado encontrado foi que, além das exportações chinesas crescerem muito mais rapidamente que as brasileiras, as exportações do Brasil para a América Latina são mais concentradas que as chinesas. A concentração fica mais evidente no setor de

alta tecnologia, predominando indicadores de moderada concentração nos setores de baixa e média tecnologia, enquanto que em manufaturas intensivas em recursos naturais o Brasil apresentou alta diversificação (CUNHA; LÉLIS; LIMA, 2012).

Quando analisado o índice de complementariedade das exportações, chega-se ao resultado de que o índice de comércio complementar da China com a América Latina (sem o Brasil) era de 47,6 em 1996, subindo para 58,9 em 2008. Já o índice para o Brasil, que era de 56,9, passou para 50,8. Portanto, de acordo com Cunha, Lélis, e Lima, as exportações brasileiras encontram-se em ameaça dentro do continente latino-americano, o que tende a gerar problemas nas transações correntes no longo prazo, já que a grande parte das exportações brasileiras destinam-se à região, cerca de 19,21% em 2012 (CUNHA; LÉLIS; LIMA, 2012).

Em Cunha *et al.* (2011), tomando-se uma amostra de 23 países escolhidos pela APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) como mercados prioritários para ações de promoção comercial, foram calculados indicadores como a intensidade de comércio, diversificação da pauta exportadora, entre outras características, a fim de se analisar o padrão de comércio brasileiro com seus principais parceiros.

Foi verificado que a relação comercial bilateral entre Brasil e China vem se intensificando com o decorrer dos anos, seguindo um padrão de trocas interindustrial, caracterizado pela especialização brasileira no fornecimento de produtos intensivos em recursos naturais, de acordo com suas vantagens comparativas. No mais, foi analisada a pauta exportadora do país latino-americano e foi constatada a crescente concentração desta, principalmente no que tange aos produtos de maior teor tecnológico (CUNHA *et al.*, 2011).

A tabela 13 mostra o índice de intensidade de comércio (IIC) para a China e América Latina, excluindo-se o Brasil, entre 1994 e 2008. Verifica-se, de acordo com os dados, que o comércio sino-latino-americano tem se tornado cada vez mais intenso, seguindo a tendência chinesa de diversificação de mercados. Verifica-se, também, que o aumento foi mais significativo que o observado na África, Reino Unido e União Europeia. No sentido contrário, observa-se queda da intensidade de comércio com a Ásia e Estados Unidos, reforçando o processo de diversificação comercial (CUNHA; LÉLIS; LIMA, 2012).

No que se refere ao Brasil e às relações comerciais com os países latino-americanos, a tabela mostra que o índice passou de 5,22 em 1994 para 5,11 em

2008, sendo que sua trajetória foi flutuante no decorrer dos anos analisados. Além disso, observa-se que a proporção das exportações brasileiras para a região em relação ao total importado pelos países latino-americanos passou de 6,1% em 1994 para apenas 6,9% em 2008, representando um crescimento muito baixo. Já no caso chinês, fica clara a baixa intensidade, porém crescente, da intensidade do comércio. Em 1994 o índice era de 0,25 enquanto que em 2008 atingiu 1,13. Em relação a sua participação no total das importações da região, observa-se um elevado crescimento, de 0,8% em 1994 para 11,0% em 2008, superando com boa margem a participação dos produtos brasileiros.

Tabela 13 - IIC de Brasil e China com países latino-americanos* e participação das importações provenientes desses países no total importado – (1994-2008)

Ano	CHINA		BRASIL	
	IIC	Proporção (%)	IIC	Proporção (%)
1994	0,25	0,8	5,22	6,1
1995	0,38	1,2	5,58	5,6
1996	0,42	1,3	5,84	5,6
1997	0,43	1,6	5,44	5,7
1998	0,49	1,7	5,29	5,3
1999	0,53	1,9	4,78	4,3
2000	0,58	2,4	4,96	4,5
2001	0,69	3,1	4,56	4,5
2002	0,75	3,8	4,16	4,0
2003	0,88	5,3	5,11	5,1
2004	1,00	6,7	5,81	6,4
2005	0,95	7,2	5,92	7,1
2006	1,06	8,8	5,77	6,9
2007	1,02	9,5	5,52	6,7
2008	1,13	11,0	5,11	6,9

Fonte: Cunha, Lélis e Lima (2012).

Nota: (*) Em ambos os casos, excluído o Brasil. Elaborado com base em dados do COMTRADE.

O índice de Grubel-Lloyd serve para medir a intensidade do comércio intrassetorial, ou seja, o comércio realizado dentro de um mesmo setor e que geralmente está relacionado a economias de escala, escopo, assim como ao aumento de produtividade. Calculando-se esse índice de acordo com dados do Interactive Graphic System of International Economic Trends (SIGCI), observa-se que predomina o comércio interindustrial nas relações Brasil-China. Ressalta-se que dentro das categorias de produtos comercializados entre Brasil e China em 2012, cerca de 92,26% do comércio total se dá entre indústrias, 5,43% tem potencial para

o comércio intraindustrial e apenas 2,31% possuem padrão intraindustrial. No comércio interindustrial entre os dois países predominam as exportações de produtos primários brasileiros e importações de produtos manufaturados com maior intensidade tecnológica. Quando analisado para Brasil e América Latina e Caribe, observa-se o predomínio do comércio intraindustrial enquanto que para China e América Latina e Caribe o comércio intersetorial.

Calculando-se, de acordo com dados do SIGCI, o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR) - que mede o potencial exportador de um país frente ao resto do mundo-, fica claro que com o aumento da intensidade tecnológica dos produtos o Brasil tende a perder vantagem comparativa para a China, possuindo vantagens na produção de produtos intensivos em recursos naturais, *commodities* e em setores de baixa intensidade tecnológica.

Cunha *et. al.* calcularam o índice de similaridade de exportações, que revela se há ou não concorrência entre setores ou produtos industriais de diferentes países. O índice apresentou valor baixo frente à China, indicando menor potencial de competição entre os produtos das duas nações. Alguns dos países em que os índices foram maiores, representando maior competitividade comercial, foram: Argentina, México, Estados Unidos e África (CUNHA *et al.*, 2011).

Para medir a concentração dos destinos das mercadorias, Cunha, Lélis e Lima (2012) utilizaram o índice de concentração (CR) das exportações de ambos os países para a região latino-americana. Em 2009, os cinco principais parceiros comerciais chineses na região, em ordem decrescente e excluindo-se o Brasil, eram: México, Panamá, Chile, Argentina e Venezuela, representando 74,1% das exportações para a região, enquanto que, para o Brasil, os principais parceiros eram: Argentina, Venezuela, México, Chile e Colômbia, representando 75,4% da absorção das exportações brasileiras para o continente. Isso mostra que apesar de os países ocuparem posições diferentes no ranking, fora Panamá e Colômbia, a concentração de grande parte comércio se limita a quatro países, aumentando, portanto, o potencial de concorrência entre as exportações. No caso brasileiro, fica clara a forte concentração comercial, 41% com a Argentina em 2009, embora essa relação tenha caído frente a 1997, quando representava 47,6%. Por sua vez, a China vem intensificando seu comércio com o México, 30,3% em 2009, em relação a 1997, quando representava 26,2%. Cabe ressaltar que o CR (10) brasileiro vem em um trajeto de desconcentração, ao contrário do que é observado para a China.

Entretanto, apesar da tendência de desconcentração apresentada pelo Brasil, o índice para esses dez principais parceiros comerciais ainda é menor para a economia asiática do que para a brasileira.

Analisando subsetores do principal parceiro comercial brasileiro na região, Argentina, verifica-se, na figura abaixo, que o Brasil tem uma variação negativa em todos os subsetores selecionados entre 2004 e 2009, sendo as maiores quedas em tecidos e artigos de malha, 28,8%, vestuário, 28,4%, e em outros artigos têxteis, 23,4%. A China, por sua vez, aumenta sua participação em todos os subsetores, com ganho expressivo de 60,8% em tecidos e artigos de malha, 39,1% em aparelhos de rádio, televisão, som e vídeo e 38,9% em vestuário. Cabe ressaltar, também, as grandes perdas brasileiras e ganhos chineses nos subsetores de calçados e eletrodomésticos. Essa simples análise, entretanto, não implica causalidade, mas expõe a perda de mercado brasileiro no exterior.

Tabela 14 - Argentina: participação e variação da participação nas importações de Brasil e China em subsetores selecionados em 2004 e 2009 – em porcentagem

Subsectores	Brasil		China		Variação da Participação	
	2004	2009	2004	2009	Brasil	China
Tecelagem - Inclusive Fiação e Tecelagem	47,7	32,6	3,5	33,8	-15,1	30,3
Artefatos Têxteis	87,0	63,6	1,3	15,7	-23,4	14,4
Tecidos e Artigos de Malha	38,7	9,9	1,0	61,7	-28,8	60,8
Confecção de Artigos do Vestuário	37,0	8,6	4,8	43,7	-28,4	38,9
Calçados	74,4	55,4	10,2	27,7	-19,1	17,5
Produtos Farmacêuticos	14,2	6,8	10,6	20,4	-7,4	9,8
Produtos Cerâmicos	42,0	30,3	8,5	26,0	-11,7	17,5
Eletrodomésticos	49,7	35,1	15,0	34,0	-14,5	19,0
Geradores, Transformadores e Motores Elétricos	21,0	12,2	5,8	12,8	-8,8	7,0
Fios, Cabos e Condutores Elétricos Isolados	53,8	29,1	3,6	22,4	-24,7	18,8
Lâmpadas e Equipamentos de Iluminação	26,5	12,2	30,9	60,4	-14,3	29,5
Material Eletrônico Básico	13,0	3,7	8,4	27,1	-9,4	18,7
Rádio, Televisão, Som e Vídeo	14,6	5,8	13,9	53,0	-8,7	39,1
Aparelhos Ópticos, Fotográficos e Cinematográficos	15,3	8,2	12,7	44,2	-7,1	31,5
Cabines, Carrocerias e Reboques	78,4	51,8	3,7	20,0	-26,6	16,4
Artigos de Mobiliário	50,9	39,6	8,8	20,2	-11,3	11,3

Fonte: Cunha, Lélis e Lima, (2012). Elaborado com base em dados do Global Trade Information Services (GTIS).

Em relação à Venezuela, segundo maior parceiro comercial brasileiro na região, verifica-se o mesmo padrão de queda de participação só que com menos intensidade. Observa-se que nesse país, a maior perda brasileira, queda de 10,5%, se deu no subsetor de produtos de madeira, cortiça e material trançado – exceto móveis, enquanto que a China aumentou sua participação em 11,4%. Revela-se também forte aumento das vendas de calçados chineses no país, crescimento de 20,8%, assim como do subsetor de lâmpadas e equipamentos de iluminação e outros equipamentos de transporte, 22,9% e 26,3%, respectivamente.

Tabela 15 - Venezuela: participação e variação da participação nas importações de Brasil e China em subsetores selecionados em 2004 e 2009 – em porcentagem

Subsectores	Brasil		China		Variação da Participação	
	2004	2009	2004	2009	Brasil	China
Tecelagem – Inclusive Fiação e Tecelagem	9,1	4,2	22,1	29,3	-4,9	7,2
Calçado	11,1	8,6	4,9	25,7	-2,5	20,8
Prod. de Madeira, Cortiça e Material Trançado – Exceto Móveis	37,8	27,3	7,0	18,4	-10,5	11,4
Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Artificiais e Sintéticos	5,8	1,4	1,5	24,8	-4,4	23,3
Vidro e Produtos do Vidro	14,3	5,6	3,1	22,9	-8,7	19,8
Tanques, Caldeiras e Reservatórios Metálicos	9,2	1,8	4,4	13,0	-7,4	8,6
Máquinas-Ferramenta	12,8	7,1	4,4	16,4	-5,7	12,0
Máq. e Equip. de Uso na Extração Mineral e Construção	22,2	14,3	3,1	11,8	-7,9	8,7
Outras Máquinas e Equipamentos de Uso Específico	15,9	9,5	2,6	9,9	-6,4	7,3
Eletrodomésticos	6,6	3,4	9,2	19,5	-3,2	10,3
Lâmpadas e Equipamentos de Iluminação	8,7	1,5	21,9	44,8	-7,2	22,9
Outros Equipamentos de Transporte	2,6	0,3	23,7	50,0	-2,3	26,3
Artigos de Mobiliário	8,3	7,2	8,4	26,2	-1,1	17,8

Fonte: Cunha, Lélis e Lima, (2012). Elaborado com base em dados do Global Trade Information Services (GTIS).

Em relação à competitividade na região, Cunha, Lélis e Lima observam que o ganho de competitividade chinesa superou a brasileira em torno de quarenta vezes entre 1994 e 2008. Afirmam que a competitividade dos produtos brasileiros na América Latina aumentou fortemente entre 2003 e 2008, mas que esta continua menor que a do país asiático. No período de 1994-2008, observa-se que os ganhos exclusivamente brasileiros se deram em apenas 9 subsectores, intensivos em recursos naturais, enquanto os adquiridos somente pela China foram 40. Além disso,

verifica-se que as exportações brasileiras para os países latino-americanos, após 2003, só registraram aumento de competitividade em 10 dos 60 subsetores analisados na pesquisa (CUNHA; LÉLIS; LIMA, 2012).

Jenkins e Barbosa afirmam que estudos como os de Lederman, Olarreaga e Perry e de Blasquez-Lidooy, Rodriguez e Santiso possuem uma visão otimista sobre a influência chinesa na América Latina, indicando que há uma relação de complementariedade e não competitividade em relação às exportações chinesas. Essas pesquisas afirmam que no caso brasileiro, as importações de bens intermediários e de capital ajudarão no aumento da competitividade de seus produtos nos mercados mundiais (JENKINS; BARBOSA, 2012; LEDERMAN; OLARREAGA; PERRY, 2009; BLASQUEZ-LIDOY; RODRIGUEZ; SANTISO, 2006).

Jenkins e Barbosa criticam esses estudos afirmando que eles medem de forma errônea, via “Export Similar Index”, a extensão da competitividade chinesa com os países latino-americanos. Os autores apontam que essas pesquisas não conseguiram captar com real profundidade os problemas causados, para o Brasil e demais países da América Latina, pelo aumento das exportações chinesas para o mundo (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Tabela 16 - Importações latino-americanas da China

Países	Ranking		Valor (%)	
	2000	2009	2000	2009
Argentina	4	3	4,8	12,5
Bolívia	7	4	3,5	4,3
Brasil	11	2	2,8	13,0
Chile	4	2	5,4	11,8
Colômbia	9	2	2,3	11,5
México	7	2	1,9	14,0
Paraguai	3	1	11,4	30,3
Peru	9	2	4,3	15,1
Uruguai	7	3	4,1	10,3
Venezuela	18	3	2,0	9,6

Fonte: Jenkins e Barbosa (2012, tradução nossa).

Em relação à América Latina, Jenkins e Barbosa observam que pelas economias dos países latino-americanos serem menores que a do Brasil e dependerem mais de importações, o nível de penetração das importações chinesas é maior para esses países. Os autores ressaltam o fato de que, fora México e Brasil, em que as proporções dos bens intermediários dominam as importações totais de origem chinesa, nos outros países latino-americanos a participação das importações de bens de consumo são muito grandes, o que abre espaço para que os autores

afirmem que a hipótese de desindustrialização é mais provável que ocorra em países como Chile e Uruguai do que no Brasil (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Em relação à reprimarização da pauta exportadora, observa-se pelas tabelas 17 e 18 que, com exceção da Argentina, os países selecionados apresentaram tendência de reprimarização de suas pautas exportadoras, principalmente o Brasil. Isso se deve, em grande parte, pelo forte aumento dos preços das *commodities*, intensificando a dependência dos países em relação à demanda externa desses produtos. Cabe ressaltar que a maior parte das receitas fica concentrada em apenas alguns produtos, aumentando a vulnerabilidade a choques externos de preços, impondo barreiras ao crescimento de longo prazo das economias.

Tabela 17 - Participação nas Exportações Totais FOB - Produtos Primários (em porcentagem)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	71,2	69,3	68,2	69,1	69,1	68,0	67,8	68,5
Bolívia	86,7	89,4	89,8	91,9	92,8	92,9	92,6	95,5
Brasil	47,0	47,3	49,5	51,7	55,4	60,9	63,6	66,2
Chile	86,8	86,3	89,0	89,6	88,0	88,2	89,6	89,2
Colômbia	62,9	65,3	64,4	60,8	68,5	72,6	77,9	82,5
México*	20,2	23,0	24,3	25,0	27,1	24,9	25,3	29,3
Peru	83,1	85,3	88,0	87,6	86,6	87,8	89,1	89,3
Venezuela	86,9	90,6	89,6	91,3	92,3	93,1	94,8	95,5

Fonte: CEPAL (2012e).

Nota: (*) Inclui bens transformados pelas maquiladoras.

Tabela 18 - Participação nas Exportações Totais FOB - Produtos Manufaturados (em porcentagem)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	28,8	30,7	31,8	30,9	30,9	32,0	32,2	31,5
Bolívia	13,3	10,6	10,2	8,1	7,2	7,1	7,4	4,5
Brasil	53,0	52,7	50,5	48,3	44,6	39,1	36,4	33,8
Chile	13,2	13,7	11,0	10,4	12,0	11,8	10,4	10,8
Colômbia	37,1	34,7	35,6	39,2	31,5	27,4	22,1	17,5
México*	79,8	77,0	75,7	75,0	72,9	75,1	74,7	70,7
Peru	16,9	14,7	12,0	12,4	13,4	12,2	10,9	10,7
Venezuela	13,1	9,4	10,4	8,7	7,7	6,9	5,2	4,5

Fonte: CEPAL (2012e).

Nota: (*) Inclui bens transformados pelas maquiladoras.

Em uma análise realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, afirma-se que o aumento das exportações mundiais chinesas deslocou fortemente as brasileiras principalmente no mercado europeu, americano e

em menor intensidade no argentino. De acordo com a pesquisa, entre 2004-2009, período de forte crescimento das exportações chinesas, as perdas líquidas brasileiras nos três mercados atingiu a soma de US\$ 12,6 bilhões, com US\$ 6,2 bilhões no mercado europeu, US\$ 5,0 bilhões no estadunidense e US\$ 1,4 bilhão no argentino. Em relação ao mercado interno, observou-se o aumento do número de setores deslocados pelas exportações chinesas, atingindo, em 2009, 16 setores dentre 25 analisados (FIESP, 2013).

Apesar da concorrência, a pesquisa afirma que as perdas na Argentina foram relativamente pequenas e que a concorrência maior aconteceu no setor de químicos orgânicos e máquinas, materiais elétricos e aparelhos eletrônicos (FIESP, 2013).

De acordo com o estudo, um dos fatores mais preponderantes para essas perdas é o câmbio sobrevalorizado que, somado aos baixos custos da mão de obra chinesa, além de subsídios e incentivos tributários chineses, faz com que os produtos brasileiros percam *market share* nos principais mercados mundiais (FIESP, 2013).

Tabela 19 - Perdas líquidas para a China no mercado externo (2004-2009)

Setor (SH 2 dígitos)	Total	União Europeia		Estados Unidos		Argentina	
	(US\$ Mi.)	US\$ Mi.	Part. (%)	US\$ Mi.	Part. (%)	US\$ Mi.	Part. (%)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.153	1.256	58	670	31	226	11
Máquinas e aparelhos mecânicos	1.962	1.062	54	648	33	252	13
Ferro fundido, ferro e aço	1.504	1.336	89	150	10	18	1,2
Móveis, mobiliário médico e colchões	848	454	54	383,2	45	11	1,3
Veículos automóveis, tratores	777	108	14	501	64	168	22
Madeira, carvão vegetal	722	438	61	281	39	4	0,5
Calçados e artefatos semelhantes	694	-19	-2,8	687	99	27	3,8
Outras confecções têxteis	436	99	23	320	73	18	4,1
Obas em ferro fundido	414	109	26	271	65	34	8,2
Produtos químicos orgânicos	366	80	22	28	7,6	258	71
Produtos cerâmicos	290	90	31	189	65	11	3,7
Alumínio e suas obras	256	104	40	146	57	7	2,7
Vestuário e seus acessórios	225	104	46	98	44	22	10
Plásticos e suas obras	191	91	48	25	13	75	39
Vestuário e seus acessórios, exceto malha	189	60	31	105	56	25	13

Fonte: FIESP (2013).

Ao contrário das análises vistas anteriormente que afirmavam que apenas o México era prejudicado significativamente pela competição por mercado frente ao crescimento chinês, Jenkins e Barbosa mostram uma realidade diferente.

Tabela 20 - Desvio de exportações brasileiras para mercados selecionados pela China (em porcentagem)

Países	1996-2001	2001-2004	2004-2009
Estados Unidos	-0,7	-9,6	-5,3
União Europeia	-2,5	-0,3	-5,9
Argentina	0,1	-0,3	-6,8
Chile	-1,2	-1,0	-14,4
México	-0,4	-1,2	-6,6
Venezuela	-0,8	0,2	-8,6

Fonte: Jenkins e Barbosa (2012). Elaboração com base em dados de USITC, COMEXT e UM COMTRADE.

Analisando-se a tabela 20, observa-se que antes da entrada da China para a OMC, em 2001, o deslocamento das exportações era baixo, atingindo maior participação na União Europeia. Após 2001, fica claro o forte deslocamento nos Estados Unidos, e em 2009 a queda neste país e o aumento em todos os outros analisados. Verifica-se, no período 2004-2009, a intensificação do deslocamento das exportações, principalmente para os mercados latino-americanos. Cabe ressaltar que Argentina, Chile, México e Venezuela figuraram entre os cinco principais destinos das exportações brasileiras em 2009.

Jenkins e Barbosa afirmam, portanto, ao contrário dos otimistas, que o Brasil sofre seriamente com a competição chinesa, principalmente em produtos têxteis, de telefonia, móveis, calçados, motocicletas, entre outros, não se limitando, portanto, apenas aos produtos intensivos em trabalho (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Apesar desses resultados, deve-se ressaltar que, por o Brasil ser um país com baixa abertura comercial, a maior parte de sua produção é destinada a atender ao mercado interno, fazendo com que a perda de mercados externos tenha efeito reduzido para o país. Os autores calculam que cada perda de 5% no mercado externo representa apenas 1% de perda da produção industrial total. Entretanto, há diferentes setores que destinam partes diferentes de sua produção para os mercados externos, assim, esses estão mais suscetíveis ao aumento deslocamento das exportações (JENKINS; BARBOSA, 2012).

De acordo com uma pesquisa realizada pra Confederação Nacional da Indústria - CNI, 65% das empresas exportadoras que participaram da pesquisa (em uma amostra de 1.529) afirmaram que perderam clientes externos para os produtos chineses em 2010, ante 54% em 2006 (CNI, 2011).

Tabela 21 - Evolução das exportações das empresas que competem com os produtos chineses (em porcentagem)

	Total	Pequena	Média	Grande
Parou de exportar	4,2	9,2	4,3	-
Perdeu clientes externos para a China	66,9	64,6	70,2	64,9
Não perdeu clientes externos	27,1	21,5	25,5	33,8
Conquistou novos clientes antes atendidos por empresas chinesas	1,7	4,6	-	1,3

Fonte: CNI (2011).

Observa-se que a concorrência chinesa acaba não só afetando as vendas externas das empresas brasileiras, mas também tirando-as do mercado internacional, como no caso das pequenas e médias empresas. A perda de clientes externos não se diferencia muito em relação ao porte e supera enormemente aquelas que não perderam e as que conquistaram novos.

Em relação aos principais setores afetados, revelam-se: têxteis, máquinas e equipamentos e produtos de metal, com a perda de clientes sentida por cerca de 80% das empresas. A pesquisa ainda ressalta que no setor calçadista, cerca de 21% das empresas que responderam ao questionário pararam de exportar (CNI, 2011).

5.5.2 Mercado Interno

O comércio bilateral entre Brasil e China também gera problemas para a indústria nacional, ao contrário do que pensam os otimistas. Analisando-se a tabela 22, observa-se que as maiores perdas no mercado interno brasileiro para os produtos chineses foram nos setores de maior intensidade tecnológica, como o de material eletrônico e de comunicação, que entre 2004-2009 acumulou perdas de US\$ 4.196 milhões; máquinas e equipamentos US\$ 1.496 milhões; máquinas, aparelhos e materiais elétricos US\$ 1.008 milhões (FIESP, 2013).

Em relação ao mercado interno, estima-se que a perda líquida tenha sido de US\$ 14,4 bilhões, maior, em termos absolutos, que as perdas de exportações, mas menor, em termos relativos, frente ao tamanho da produção destinada ao mercado interno (FIESP, 2013).

Tabela 22 - Perdas do Brasil para a China no mercado interno (US\$ milhões)

Setor (CNAE)	2004-2007	2006-2009	Perdas	Part. (%)	Part. Acum. (%)
Material eletrônico e de comunicação	1.562	2.634	4.196	28,7	29%
Máquinas e equipamentos	-	1.496	1.496	9,9	39%
Máquinas para escritório e informática	-	1.389	1.389	9,9	48%
Produtos químicos	174	1.002	1.176	8,8	57%
Produtos têxteis	405	675	1.080	7,4	65%
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	-	1.008	1.008	7,2	72%
Metalurgia básica	455	269	725	4,8	77%
Couro e calçados	121	417	538	3,9	80%
Artigos do vestuário e acessórios	135	390	525	3,8	84%
Móveis e indústrias diversas	129	317	445	3,1	87%
Demais setores	268	1.514	1.783	13,0	100%
Total	3.250	11.112	14.361		

Fonte: FIESP (2013).

Verifica-se, portanto, que as perdas totais se dão tanto em produtos intensivos em trabalho como intensivos em tecnologia. Os principais produtos que sofreram com a competição chinesa, de acordo com o trabalho da FIESP, foram: calçados, aparelhos de telefonia, móveis, aparelhos transmissores, entre outros (FIESP, 2013).

Jenkins e Barbosa mostram que a participação das importações de manufaturados chineses cresceu de menos de 2% em 1996 para 16% em 2010, enquanto que neste ano a participação desses produtos nas exportações brasileiras para a China foi de apenas 4,5%. Observa-se que o Brasil enfrenta crescentes déficits nas transações de manufaturados entre os dois países, que são compensados pelas exportações de produtos primários para a China (JENKINS; BARBOSA, 2012).

As análises da balança comercial evidenciam que o aumento do déficit se deve, principalmente, ao crescimento dos bens intermediários, e em menor parte, ao dos bens de capital. De acordo com os autores, os setores mais responsáveis pelo crescimento do déficit são máquinas e peças e componentes para a indústria

eletrônica seguido de bens intermediários como aço e indústria química (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Assim, o autor afirma que:

In contrast to the deindustrialization thesis, the significant share of intermediate and capital goods in Brazil's imports might imply that China was bringing about the modernization of Brazilian manufacturing. Reliance on increased imports of intermediate goods could also indicate that Brazil is jumping into *maquiladora* type industry based on simply assembling final goods, thus paving the way for a hollowing out of its industrial base. (JENKINS; BARBOSA, 2012, p. 71, grifo do autor).

Tabela 23 - Setores manufatureiros brasileiros com os maiores déficits com a China (US\$ milhões)

Industrial sectors	1996	2004	2008	2010
Instruments for radio/TV reception and reproducing	-126	-368	-1.236	-2.151
Machinery and electronics equipment for data processing	-21	-221	-1.768	-2.149
Basic electronic material	-12	-307	-1.114	-1.607
Telecommunications equipment	-24	-310	-1.906	-1.497
General machinery and equipment	4	-44	-628	-1.309
Steel industry	72	363	-732	-1.223
Diverse products	-143	-116	-558	-751
Organic goods for the chemical industry	-66	-193	-752	-738
Electrical engines, power generators and transformers	-23	-90	-491	-668
Optical, photographic and movie equipment	-40	-198	-876	-580
Household appliances	-34	-37	-339	-485
Inorganic goods for the chemical industry	-8	-64	-743	-406

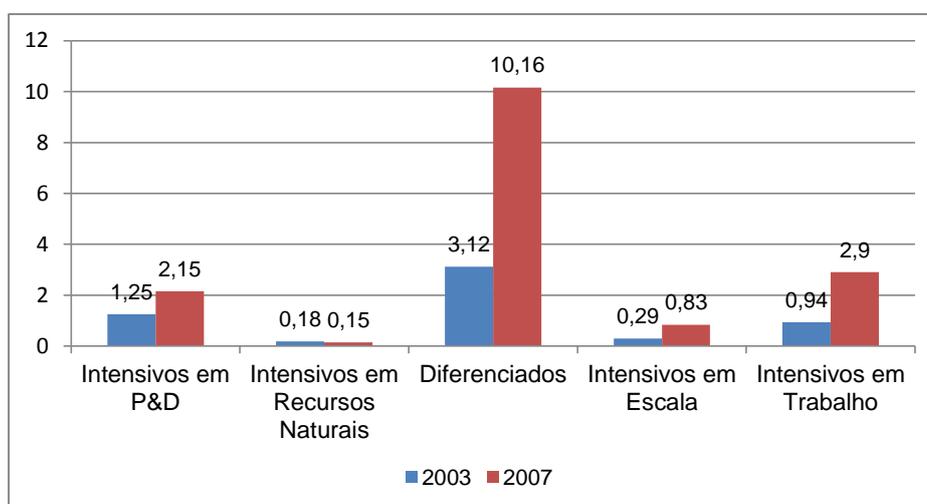
Fonte: Jenkins e Barbosa (2012).

Analisando-se o nível de penetração de importações chinesas no mercado interno brasileiro, observa-se que, apesar de ainda estar em um patamar baixo, ele apresenta uma tendência de crescimento, aumentando cerca de 10 vezes entre 1996 e 2007, tendo alcançado uma participação de 3,4% no consumo interno, enquanto que a penetração de importações geral é de 18%. Jenkins e Barbosa estimam que a penetração das importações chinesas já alcançou cerca de 5% e o total geral 20%. Os autores ainda observaram que a maior penetração se deu em setores intensivos em tecnologia como máquinas e eletrônicos, assim como produtos intensivos em mão de obra. Os autores acreditam que o rápido aumento da penetração das importações dos produtos chineses no mercado brasileiro, a partir

de 2001, se dê, pelo menos em parte, pela queda da participação de outros países. Além disso, os autores ressaltam que o maior coeficiente de penetração se dá no início das cadeias de produção (JENKINS; BARBOSA, 2012).

Em relação à competição chinesa no mercado interno, os autores concluem que, embora ainda pequena, sua continuidade pode causar um “esvaziamento” do setor manufatureiro brasileiro.

Gráfico 13 - Coeficiente de penetração das importações chinesas no setor manufatureiro brasileiro por setores (% do consumo aparente)



Fonte: Jenkins e Barbosa (2012, tradução nossa).

De acordo com a CNI, a perda de mercado interno se dá em maior parte pelas pequenas empresas do que pelas grandes. O mercado doméstico concorre fortemente com os produtos chineses em seis principais setores, quais sejam: material eletrônico e de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, indústrias diversas, calçados e máquinas e equipamentos (CNI, 2011).

Na análise de perda de mercado, as pequenas e médias empresas ficaram na frente, com 48% e 47%, respectivamente. Já as empresas de grande porte, a participação no mercado diminuiu 38%. A pesquisa ainda mostra que cerca de 45% das empresas que foram expostas à competição chinesa pelo mercado interno perderam participação no mercado. Em relação à concorrência com produtos chineses no mercado doméstico, 41% das grandes empresas que participaram da pesquisa afirmaram que sofrem concorrência direta dos produtos chineses, esse

percentual cai para as médias e pequenas empresas, 32% e 24% respectivamente. (CNI, 2011).

5.6 DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A desindustrialização é a perda relativa de participação do valor adicionado e do emprego do setor industrial no total da economia. De acordo com Carmem Feijó e José Oreiro, a desindustrialização não necessariamente está associada com a reprimarização da pauta exportadora, já que a queda da participação da indústria no PIB e no valor adicionado pode estar relacionado com o aumento de outras atividades, como o aumento da participação do setor de serviços em economias mais desenvolvidas. Assim, se a desindustrialização é causada pelo aumento da participação de produtos com maior teor tecnológico, maior valor adicionado, esse processo é conceituado como uma “desindustrialização positiva”. Caso haja reprimarização da pauta exportadora, há “desindustrialização negativa” (FEIJÓ; OREIRO, 2010).

Essa “desindustrialização negativa” pode ter como causa a apreciação da taxa de câmbio, o que a caracteriza como “doença holandesa”. A “doença holandesa” é causada por um processo de apreciação da moeda nacional devido ao aumento das exportações de produtos primários, o que torna a indústria menos competitiva nos mercados. Ela também é denominada de “desindustrialização precoce”, já que acontece antes que os países atinjam o nível de renda *per capita* atingido pelos países desenvolvidos quando passaram pelo processo de desindustrialização. Está associada a déficits crescentes da indústria e superávits no setor primário, ocorrendo desvio de recursos para este setor (FEIJÓ; OREIRO, 2010).

O assunto sobre se há, ou não, desindustrialização na economia brasileira é muito debatido nos dias de hoje. Há trabalhos que corroboram a hipótese de que o Brasil esteja sofrendo um processo de perda da participação da indústria no emprego e valor adicionado total (FEIJÓ; OREIRO, 2010; LARA, 2011), enquanto que outros afirmam que as evidências não apontam em direção à desindustrialização da economia (BONELLI; PESSÔA, 2010; CUNHA; FLIGENSPAN; LÉLIS, 2011). Não cabe a esse trabalho entrar no mérito de se o processo está ocorrendo ou não na economia brasileira, mas sim alertar que o

aumento da participação dos produtos chineses nos mercados exportadores brasileiros e sua alta demanda por *commodities*, assim como o aumento dos superávits no setor primário e das rendas nesse setor, podem intensificar o processo de reprimarização da pauta exportadora, não havendo trabalhos que provem uma relação de causalidade entre o crescimento das exportações chinesas para os mercados mundiais e o suposto processo de desindustrialização que ocorre no Brasil.

Para Jenkins e Barbosa, a China tem grande peso na tendência de reprimarização da economia brasileira, entretanto, os autores não corroboram com o diagnóstico de desindustrialização. Afirmam que não se pode aceitar esse diagnóstico sem entender profundamente o modo como os diferentes setores são afetados pela competição chinesa, tanto no mercado interno como externo (JENKINS; BARBOSA, 2012).

De acordo com Jenkins e Barbosa:

It seems more accurate to discard the deindustrialization thesis and to consider two alternative patterns that may be followed in the near future: a “hollowing out” of the manufacturing sector; or its reshaping through the maintenance of some integrated, but increasingly reduced, productive chains and by taking advantage of the internal market in order to foster the development of new technologies [...] The pattern that emerges depends on how Brazilian industry adapts and reinvents itself in order to face increasing Chinese competition. (JENKINS; BARBOSA, 2012, p. 67).

Em relação à desindustrialização, embora Jenkins e Barbosa apontem que o Brasil não esteja sofrendo desse processo, os autores afirmam que:

[...] its manufacturing industry needs to adapt its structure to a new context of more dynamic internal growth and increasing Chinese competition. Otherwise, the industrial structure will be hollowed out, and the investment rate could increase without bringing about a faster economic growth and with side-effect of a mounting current account deficit. In this situation, employment growth would not be as dynamic as before, as the multiplier effect would be exported. (JENKINS; BARBOSA, 2012, p. 68).

Fica evidente pelo que foi mostrado nas seções anteriores que a reprimarização é um processo que está ocorrendo no Brasil e que tem como principal causa o aumento da demanda chinesa por esses produtos. Ressalta-se que esse setor, por ser cada vez mais mecanizado, cria poucos postos de trabalho e

tende a causar problemas sociais na economia, além de aumentar a vulnerabilidade à alta volatilidade dos preços dos produtos primários.

De acordo com Lall e Weiss:

LAC faces a more serious threat over long term: the export specialization of most of LAC is heavily biased towards resource-based primary products, with a very small share of technology-intensive products. Chinese growth may thus constrain its ability to diversify into more dynamic and technologically advanced products, with potential harm to its dynamic comparative advantage. (LALL; WEISS, 2005, p. 6).

De acordo com Jenkins e Barbosa, se nada for feito frente ao aumento da competição chinesa nos mercados mundiais, presenciá-se, para os países latino-americanos, “[...] a less integrated productive structure and although economic growth might increase, this could be accompanied by increases in the levels of inequality in Latin America, already the highest in the world.” (JENKINS; BARBOSA, 2012, p. 63).

Portanto, pode-se afirmar que a intensificação das relações comerciais entre Brasil e China contribui para a reprimarização da pauta exportadora brasileira. Isso não tende a ocorrer somente devido ao comércio bilateral, mas também pelo desvio de exportações em terceiros mercados, como na América Latina, onde há aumento das importações de produtos manufaturados chineses e perda de mercado para os produtos brasileiros. Isso tudo, somado ao aumento dos preços das *commodities*, assim como aos fortes investimentos chineses no setor primário brasileiro, contribuem para a reprimarização das exportações nacionais. Caso os investimentos sejam transferidos da indústria para este setor, a dinâmica de um crescimento de longo prazo brasileiro pode ser comprometida, principalmente devido à alta vulnerabilidade que o país estará sujeito ao regredir tecnologicamente sua pauta exportadora.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta seção foi analisar a aproximação chinesa na América Latina, no intuito de verificar tanto suas consequências nas relações comerciais brasileiras na região, quanto os efeitos resultantes do padrão de comércio bilateral entre os dois países.

Em relação ao IED, foi visto que a estratégia chinesa baseia-se em garantir o fornecimento de produtos primários para sustentar seu crescimento. Para tanto, as empresas chinesas fazem uso de duas estratégias principais: ou compram participações em grandes empresas para auferirem lucros devido às altas rendas do setor e garantirem sua fatia na oferta, ou fornecem empréstimos que têm como contrapartida contratos de compra.

Em relação a um possível desvio de IED, as pesquisas afirmam que esse efeito não é percebido na região, ou seja, os fluxos tendem a ser complementares não havendo concorrência direta, com exceção do México. Em relação ao Brasil, primeiramente constata-se que os investimentos destinados para o país são do tipo *resource-seeking* e *market seeking*, enquanto que para a China são do tipo *efficiency-seeking*. Outra questão levantada foi que grande parte do IED direcionado a China provém dos países do leste asiático, enquanto que para a América Latina e Brasil, principalmente dos Estados Unidos e zona do euro. Observou-se, ainda, que quase a totalidade do IED chinês que ruma para a América Latina destina-se a paraísos fiscais, não refletindo em investimentos produtivos.

Em relação às exportações, foi visto que não há consenso entre os analistas. Estudos realizados pelo IDB (2006), assim como por Lederman, Olarreaga e Perry (2006), e Blasquez-Lidoy, Rodriguez e Santiso (2006) afirmam que as evidências de substituição de exportações nos mercados internacionais se restringem apenas a alguns países da América Central e México, chegando à conclusão que as exportações da maioria dos países da região, assim como do Brasil, são complementares às chinesas. Por sua vez, estudos como de Moreira (2007), Lall e Weiss (2005), Jenkins, Peters e Moreira (2008), Jenkins e Barbosa (2012) Gallagher (2010), CNI (2011), FIESP (2013), Cunha, Lélis e Lima (2012), Cunha Lélis e Bichara (2012) concluem que as exportações brasileiras de produtos manufaturados intensivos em trabalho, assim como produtos com alta intensidade tecnológica, sofrem ameaça frente à expansão dos produtos chineses. Alertou-se, também, para o fato de que a crescente intensificação do processo de *catch-up* tecnológico chinês acaba por ameaçar as possibilidades de crescimento futuro da participação brasileira em produtos mais dinâmicos.

Ainda analisando as exportações, observou-se que a crescente alta dos preços das *commodities* tende a potencializar o efeito de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Nesse caso, a China possui sua parcela de culpa devido à

forte demanda, que contribui para o aumento dos preços e das rendas no setor, direcionando seus investimentos à indústria primária. Não obstante, ressalta-se que não há evidências que confirmem uma relação de causalidade entre o efeito-China e o suposto processo de desindustrialização que pode estar ocorrendo no Brasil.

De acordo com as evidências mostradas, corrobora-se com a hipótese pessimista de que a aproximação das relações econômicas entre China e Brasil tende a prejudicar o crescimento de longo prazo da economia. As relações comerciais bilaterais tipo centro-periferia remetem às críticas de autores das teorias da dependência no que tange à subordinação do crescimento da economia brasileira ao da potência asiática. Entretanto, ressalta-se que a solução não é o Brasil afastar-se de seu maior parceiro comercial, mas sim procurar meios alternativos que possam fazê-lo adotar uma estratégia positiva, adaptando-se à nova realidade mundial sem regredir suas exportações a produtos com baixo valor adicionado.

6 CONCLUSÕES

As teorias da dependência surgiram como uma crítica às teorias do desenvolvimento, que acreditavam que todos os países deveriam passar pelas mesmas etapas para chegarem ao patamar das grandes nações desenvolvidas. Assim, na década de 1960 e 1970, ampliou-se o debate sobre as relações das economias latino-americanas frente às economias centrais.

Expoentes como Raúl Prebisch (1949) assim como Hans Singer (1950) alertavam para a deterioração dos termos de intercâmbio para os países especializados em produtos primários, devido à baixa elasticidade-renda da demanda e à maior incorporação dos frutos do progresso técnico pelos países centrais. Outros autores, como André Gunder Frank (1966) e Theotônio dos Santos (1970), também alertavam para as relações de dependência entre países periféricos e centrais, considerando que estas eram definidas não só por fatores externos, mas também internos à sociedade.

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a aproximação sino-latino-americana e as consequências para a economia brasileira. Procurou-se verificar a validade da hipótese de que a relação sino-brasileira tenderia a gerar um padrão comercial tipo centro-periferia, com impactos potencialmente negativos sobre o crescimento no longo prazo. As evidências apresentadas sugerem que tal hipótese não pode ser descartada *a priori*. Há elementos que corroboram a perspectiva de que a aproximação chinesa com os países latino-americanos tende a reforçar o padrão centro-periferia de comércio internacional, nos termos em que foram criticados pelos autores dependistas, com a China exportando produtos manufaturados e os países da América Latina *commodities* e produtos intensivos em recursos naturais, incentivados pela alta dos preços internacionais.

Com o crescimento chinês sendo sustentado em patamares altos por cerca de trinta anos, o país com a maior população mundial tornou-se um grande atrativo para os investidores internacionais. Benefícios fiscais, subsídios, mão de obra barata e grandes obras de infraestrutura tornam o país um dos maiores destinos dos fluxos de investimentos mundiais e causam preocupação aos países latino-americanos, que temem que ocorra desvio destes fluxos para o país asiático.

A partir dos estudos, verificou-se que a região como um todo não sofre desvio de investimento estrangeiro direto. No caso brasileiro, foi visto que os fluxos para o

país visam setores diferentes e possuem objetivos diferentes daqueles que fluem para a China. Constatou-se que, ao invés de competir, o aumento do IED na China pode incentivar o aumento dos fluxos para outras regiões, num processo de complementariedade produtiva. Entretanto, apesar destes resultados, não se pode garantir que no futuro não haverá desvio, mas sim que hoje ele não parece existir.

Em relação ao direcionamento do fluxo de IED chinês para a América Latina e Brasil, foi visto que o aumento dos preços das *commodities* na última década, devido principalmente à alta demanda chinesa, gerou aumento nas rendas dos setores primários, fazendo com que multinacionais chinesas adquirissem participações em território brasileiro, tanto no intuito de garantir o fornecimento dos produtos necessários para sustentar seu crescimento econômico, quanto para usufruir de grandes retornos. Esse direcionamento dos fluxos para esses setores, principalmente para a extração mineral, gera efeitos danosos na economia tanto pela reprimarização da pauta exportadora, quanto pelo baixo número de postos de trabalho que esses investimentos geram. Nesse ponto, encaixa-se a crítica de Theotônio dos Santos (1970) à remessa de lucros das multinacionais ao exterior, que tende a reduzir o investimento, geração de emprego e demanda interna.

Analisando-se as exportações, verificou-se a possibilidade de desvio de exportações brasileiras devido ao crescimento dos produtos “*made in China*” nos mercados latino-americanos. Sabe-se que o Brasil, junto ao México, é uma das principais economias da região e que os mercados vizinhos possuem grande participação no destino das exportações brasileiras.

Em relação ao comércio com o continente latino-americano, observa-se o forte crescimento das exportações brasileiras de produtos manufaturados e básicos a partir de 2002, embora em escalas diferentes. Cabe ressaltar que, diferentemente do comércio sino-brasileiro, as exportações brasileiras para a América Latina baseiam-se, em sua grande parte, em produtos manufaturados, o que põe o país em uma situação delicada devido ao aumento das exportações chinesas para a região, como foi visto na análise de subsetores selecionados na Argentina e Venezuela, com forte perda de mercado para os produtos brasileiros e ganho para os chineses.

Isso tudo é acompanhado por uma queda do índice de comércio complementar brasileiro com a região, de 56,9, para 50,8 e pelo o crescimento do índice em relação à China e América Latina (excluindo-se o Brasil), que passou de 47,6 em 1996, para 58,9 em 2008.

Ao contrário da visão dos analistas otimistas, conclui-se que há ameaça aos produtos brasileiros nos mercados vizinhos. Observa-se o crescimento da participação chinesa nos mercados latino-americanos, não só em produtos manufaturados intensivos em trabalho, mas também naqueles com maior intensidade tecnológica, resultado do esforço de *catch-up* tecnológico chinês.

Analisando-se o crescimento do comércio bilateral, em 2009, a China passou os Estados Unidos e se tornou o principal parceiro comercial brasileiro. O aumento da dependência do país sul-americano frente ao gigante asiático aumenta sua vulnerabilidade a choques de demanda. Além da reprimarização das exportações, é constatado também o aumento na convergência dos ciclos de negócios entre Brasil e China devido ao aumento do comércio bilateral, ficando o país latino-americano cada vez mais dependente do crescimento chinês, o que está em consonância com conceito de dependência definido por Theotônio dos Santos (1970), em que o crescimento do país periférico está subjugado ao desempenho da economia do país central. Portanto, o Brasil deve intensificar a diversificação de sua produção, aumentando a participação da indústria no valor adicionado, não ficando dependente somente da demanda chinesa por produtos primários.

Nesse padrão de comércio estabelecido, fica clara a queda da intensidade tecnológica das exportações brasileiras para o país asiático e o aumento da concentração da pauta exportadora em produtos como minérios de ferro, soja e óleos brutos de petróleo, que somaram 74,39% do total exportado em 2012, mais do que representaram os 10 principais produtos em 2001, 73,82%. Já as importações brasileiras originadas na China apontam, ao contrário do observado nas exportações, a diversificação da pauta, com a redução de 22,49% para 14,41% da participação dos 10 principais itens importados no total.

Observa-se, portanto, que em termos gerais os países da América do Sul beneficiam-se com o modelo de comércio sino-latino-americano. Por serem exportadores de produtos primários, países como Brasil, Chile e Argentina conseguem auferir ganhos de comércio principalmente com o aumento dos preços, alavancando os setores agrícolas e agroindustriais. Entretanto, sabe-se que a especialização da produção de *commodities*, mesmo com a alta dos preços e sua duração por um tempo mais longo que os outros *booms*, torna-se um problema para o Brasil, que se encontra em um patamar de industrialização mais avançado do que os demais países da região e que se depara com uma tendência de transferência do

núcleo do crescimento para o setor primário, que é mais suscetível à choques e que não apresenta o mesmo dinamismo da indústria para o desenvolvimento do país no longo prazo.

Além da ameaça externa, a concorrência começa a se expandir no mercado interno, para onde grande parte da produção brasileira é destinada. Verifica-se que as perdas totais se dão tanto em produtos intensivos em trabalho, como intensivos em tecnologia. A entrada de bens intermediários e bens de capital chineses gera um acúmulo de déficit nesse setor, o que mostra que a indústria brasileira terá que se adaptar ao novo panorama para não perder espaço no mercado.

Se o Brasil sofre com a desindustrialização ou se está ocorrendo o fenômeno da “doença holandesa”, não coube ao presente trabalho aprofundar-se sobre o tema, mas sim observar a importância chinesa no processo de reprimarização da pauta exportadora e ressaltar os efeitos danosos que isso representa para o crescimento da economia como um todo.

Cabe ao Brasil, portanto, saber aproveitar o momento e alocar parte dos recursos arrecadados com os superávits em projetos que incentivem a competitividade e inovação no setor industrial brasileiro. O país precisa que o Estado redefina os caminhos para um desenvolvimento baseado em um crescimento robusto, sólido, com aumento da competitividade do setor industrial, gerando emprego, distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e melhorando as condições de vida da população.

REFERÊNCIAS

ARENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2138>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

BLAZQUEZ-LIDOY, J.; RODRIGUEZ, J.; SANTISO, J. Angel or devil? China's trade impact on Latin American emerging markets, **OECD Development Centre Working Paper**, n. 252, Paris, n. 252, Jun. 2006. Disponível em: <<https://www1.oecd.org/china/37054336.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. A. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Rio de Janeiro: IBRE/Fundação Getúlio Vargas, 2010. (Texto para Discussão, n. 7).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Estatísticas do comércio exterior**. 2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=566>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BREWER, A. Dependency Theories. In: _____. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. 2nd ed. London: Routledge, 1990, p. 161-199.

CALVO, G. Who benefits from trade with China? **IDB America Magazine**, Washington, 07 Feb. 2007. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=4337>> Acesso em: 07 maio 2013.

CARBAUGH, R. J. Foundations of modern trade theory: comparative advantage. In: _____. **International Economics**. 13th ed. Mason: South-West College, 2011, p. 29-66.

CARDOSO, F. G. O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal. **FIPE**, São Paulo, n. 383, p. 13-17, ago. 2012. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2012/8_13-18-fern.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

CARDOSO, F. H. FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARNEIRO, R. M. **Commodities, choques externos e crescimento**: reflexões sobre a América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2012. Disponível em: <http://www.eclac.cl/de/publicaciones/xml/0/45770/Serie_CARNEIRO_ok.pdf>. Acesso em: 11 maio 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Panorama de inserção internacional da América Latina e Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2012a. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/47991/PANINSAL2011-12-DocInformativoPOR.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

_____. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe.** Santiago do Chile: CEPAL, 2012b. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/49843/OInvestimentoEstrangeiroDiretoDoclinf2012.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. **China y América Latina y el Caribe:** hacia una relación económica y comercial estratégica. Santiago de Chile: CEPAL, Mar. 2012c. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/46259/China_America_Latina_relacion_economica_comercial.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. **La República Popular China y América Latina y el Caribe:** Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global. Santiago do Chile: CEPAL, Jun. 2012d. Disponível em: <<http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1340920039Dialogoycooperacion-ChinaWEB.pdf>>. Acesso em: 17 abr.2013.

_____. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile: CEPAL, Dez. 2012e. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/48862/AnuarioEstadistico2012.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

_____. **Interactive Graphic System of International Economic Trends: SIGCI PLUS.** 2010. Disponível em: <http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>. Acesso em: 17 maio 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Sondagem Especial.** Brasília, ano 9, n. 1, fev. 2011. Disponível em: <[http://www.fiemt.com.br/site/arquivos/697_sondagem_especial_china_fevereiro_2011\[1\].pdf](http://www.fiemt.com.br/site/arquivos/697_sondagem_especial_china_fevereiro_2011[1].pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2013

CUNHA, A. M. A China e o Brasil na Nova Ordem Mundial. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 9-29, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/03.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

CUNHA, A. M.; FLIGENSPAN, F. B.; LÉLIS, M. T. C. Comércio exterior e indústria manufatureira no Brasil: velhas questões e novas evidências para o período 2000 a 2010. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, 3., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: FUNAG, 2011.

CUNHA A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. S. O Brasil no Espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 208-236, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CUNHA A. M. *et al.* Impactos da ascensão da china sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3,

p. 406-440, set./dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v15n3/02.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; LIMA, M. G. Desempeño de las exportaciones de China y el Brasil hacia América Latina, 1994-2009. **Revisa Cepal**, Santiago de Chile, n. 106, p. 57-77, abr. 2012.

Disponível em:

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/46221/RVE106CaputiLelisCunhaetal.pdf>>. Acesso: 25 abr. 2013.

DORRUCCI, E.; PULA, G.; SANTABÁRBARA, D. China's Economic Growth and Imbalancing. **Occasional Paper Series**, Frankfurt, n. 142, Feb. 2013. Disponível em: <http://www.ecb.int/pub/pdf/scpops/ecbocp142.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DUARTE, P. H. E; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

EICHENGREEN, B.; TONG, H. Is FDI to China coming at the expense of other countries? **NBER Working Paper**, Cambridge, n. 11335, May 2005. Disponível: <http://www.nber.org/papers/w11335>. Acesso em: 10 maio 2013.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: A New History**. 2nd ed. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. **Competição Brasil-China nos mercados externo e interno**. São Paulo.

Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/05566.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

FEIJÓ, C. A.; OREIRO, J. L. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a Teoria da Dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. The Development of Underdevelopment. In: ROBERT, I. Rhodes. **Imperialism and Underdevelopment**. New York: Monthly Review, 1970.

GALLAGHER, K. P. China and the future of Latin American industrialization. **Issues in Brief**, Boston, n. 18, p. 1-8, Oct. 2010. Disponível em:

<<http://www.bu.edu/pardee/files/2010/10/18-IIB.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GALLAGHER, K. P.; PORZECANSKI, R. China and the Latin America commodities boom: a critical assessment. Political Economy Research Institute, University of Massachusetts Amherst, **Working Paper**, Amherst, n. 192, p. 1-27, Feb. 2009.

Disponível em:

<http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_151-200/WP192.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GONÇALVES, R. A Teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 3-20, dez.1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_no._3_resenha_comercio_internacional.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

HELBING, T. **Commodities in boom**: the global economic crisis hurt commodity prices far less than in earlier recessions. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2012/06/helbling.htm>>. Acesso em: 02 maio 2013.

HERRERO, A. G.; SANTABÁRBARA, D. Does China have an impact on foreign direct investment to Latin America. In: LAEBA ANNUAL CONFERENCE, 2004, Beijing. **Anais...** Disponível em: <<http://www.bis.org/repofficepubl/apresearchagh070424.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2013.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK - IDB. **The emergence of China**: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean. Cambridge: Harvard University Press, 2006. Disponível em: <http://ctrc.sice.oas.org/geograph/caribbean/China_idb.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

JENKINS, R.; BARBOSA, A. F. Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 59-81, Mar. 2012. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0305741011001482> Acesso em: 12 maio 2013.

JENKINS, R.; PETERS, E. D., MOREIRA, M. M. The impact of China on Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 36, n. 2, p. 235-253, Dec. 2008.

KOTSCHWAR, B.; MORAN, T. H.; MUIR, J. Chinese investment in Latin American resources: the good, the bad, and the ugly. **Working Paper Series**, Washington, v. 12, n. 3, Feb. 2012. Disponível em: <<http://www.piie.com/publications/wp/wp12-3.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2013.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

KURZ, H. D. Adam Smith on foreign trade: A note on the 'Vent for Surplus' argument. **Econômica**, London, v. 59, n. 236, p. 475-481, Nov. 1992.

LALL, S.; WEISS, J. China's competitive threat to Latin America: an analysis for 1990–2002. **Oxford Development Studies**, Oxford, v. 33, n. 2, p. 163–194, Jan. 2005. Disponível em: <<http://economics.ouls.ox.ac.uk/12779/1/qehwps120.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

LAMY, P. China should be more active in global economic governance, Lamy tells Beijing forum. **WTO News**, Switzerland, 24 Mar. 2013. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/sppl_e/sppl274_e.htm>. Acesso em: 24 mar. 2013.

LANDIM, R. A caixa preta dos subsídios chineses e o desafio do Brasil. **O Jornal do Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 abr. 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/sala-ao-lado/2013/04/08/a-caixa-preta-dos-subsidios-chineses-e-o-desafio-do-brasil>>. Acesso em: 11 abril 2013.

LARA, F. M. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/2556/2950>. Acesso em: 20 maio 2013.

LEÃO, B. G. C. **A Japão, China e a integração econômica do leste Asiático: o papel de Estados Nacionais e redes produtivas**. Brasília, FUNAG, 2010.

LEDERMAN D.; OLARREAGA, M.; PERRY G. **Latin America and the Caribbean's response to the growth of China and India: overview of research findings and policy implications**. Washington, World Bank, Aug. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACOFFICEOFCE/Resources/LAC_responde_to_China_and_India_Overview.pdf>. Acesso em: 24 maio 2013.

LIMA, P. G. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.10, n. 2, p.58-85, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/LIMA_2007.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

MANTEGA, G. **Teoria da dependência revisitada: um balanço crítico**. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3003/P00187_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 maio 2013.

MARTINS, C. E. Imperialismo e dependência: revisitando um Clássico. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 33-60, out. 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=213>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

MATTOS, L. V. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 108-129, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 mar. 2013.

MOREIRA, M. M. Fear of China: Is there a future for manufacturing in Latin America? **World Development**, v. 35, n. 3, p. 355-376, 2007. Disponível em: <<http://www.deepdyve.com/lp/elsevier/fear-of-china-is-there-a-future-for-manufacturing-in-latin-america-09KXFZqluP>>. Acesso em: 13 maio 2013.

MOREIRA, U. Teoria do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 213-228, abr./jun. 2012.

NONNENBERG, M. J. B. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), p. 201-218, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/02.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

OLIVEIRA, C. T. O. **Despertar da China**: a abertura para a economia de mercado. São Paulo: Aduaneiras, 1990.

_____. **Estados Unidos e China**: o desafio econômico. São Paulo: Aduaneiras, 1995.

PEREIRA, G. O. **A Teoria da interdependência e do desenvolvimento associado**: as posições de Cardoso e Faletto. Universidade Federal Fluminense, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo. Niterói, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC32F.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PINTO, P. A. P. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 70-85, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a04v48n2.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.3, n. 3, p.47-111, jul./set. 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/Article/2443>>. Acesso: 17 dez. 2012.

RADETZKI, M. The anatomy of three commodity booms. **Resources Policy**, Philadelphia, v. 31, n. 1, p. 56-64, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.radetzki.biz/rapporter/ThreeBooms_71.pdf>. Acesso em: 29 maio 2013.

RICARDO, D. Sobre o comércio exterior. In: _____. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril, 1982, p. 101-112. (Os Economistas).

RIMA, I. H. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1977.

SANTOS, B. S. Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. **Análise Social**, Lisboa, v. 31, p. 869-901, 1985. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479107H2nRJ8ke6Mb18LZ4.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

SANTOS, T. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: SEGRERA, Francisco López. **Los retos de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos. Caracas: UNESCO, 1998. Tomo 1, p. 93-151. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 60, n. 2, p. 231-236, May 1970. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic925740.files/Week%202/Dos%20Santos_Structure.pdf>. Acesso: 12 jan. 2013.

SCHUMACHER, R. Adam Smith's theory of absolute advantage and the use of doxography in the history of economics. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Potsdam, v. 5, n. 2, p. 54-80, 2012. Disponível em: <<http://ejpe.org/pdf/5-2-art-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SILVA, G. J. C. **A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana**. 2010. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/downloads_2005/hegemonia_03_04.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SINGER, H. W. The Distribution of gains between investing and borrowing countries. In: _____. **International development: growth and change**. New York: McGraw-Hill, 1964, p. 161-172.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. 1. (Os Economistas).

SZIRMAI, A. **The dynamics of socio-economic development: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

THIRLWALL, A. P. **Growth & development: with special reference to developing economies**. 7th ed. London: MacMillan, 2003.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Trade and development report**. Geneva: United Nations, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. World Bank. **Global Economic Monitor (GEM) Commodities**. 2013. Disponível em: <[http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=global-economic-monitor-\(gem\)-commodities](http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=global-economic-monitor-(gem)-commodities)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

WILLIAMSON, J. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

WORLD BANK. **Development Progress**, Beijing, 05 abr. 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SlkP_agKtoJ:web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:20610209~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:318950,00.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 abr. 2013.

ZHU, X. Understanding China's growth: past, present, and future. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 26, n. 4, p. 103-124, 2012. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~xzhu/paper/JEP2012.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013.